

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO FERNANDO CAMPAGNA MOURA DA SILVA

A AGROECOLOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST): PRODUÇÃO ECONÔMICO-POLÍTICA OU JEAN VALJEAN ADENTRA
A BARRICADA

CAMPO GRANDE – MS
2021

Sérgio Fernando Campagna Moura da Silva

A AGROECOLOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST): PRODUÇÃO ECONÔMICO-POLÍTICA OU JEAN VALJEAN ADENTRA
A BARRICADA

Relatório de dissertação apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Elcio Gustavo
Benini

CAMPO GRANDE – MS
2021

Sérgio Fernando Campagna Moura da Silva

A AGROECOLOGIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM
TERRA (MST): PRODUÇÃO ECONÔMICO-POLÍTICA OU JEAN VALJEAN ADENTRA
A BARRICADA

Relatório dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Professor Dr. Elcio Gustavo Benini

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Prof. Dr. Gabriel Gualhanome Nemirovsky
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Nova Andradina
(Membro externo)

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(Membro externo)

Campo Grande, 11 de fevereiro de 2021

A todos aqueles que no limiar da noite, expropriados ou na iminência de expulsão de suas terras encontraram forças para lutar no dia seguinte e gritar pela liberdade no ocaso

Agradecimentos

A presente pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES consubstanciada pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Estendo, portanto, agradecimentos iniciais e obrigatórios aos institutos que financiaram e tornaram possível essa pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Elcio Benini, meu orientador, que desde a graduação me mostrou o caminho das experiências de luta para a transformação das classes subalternas pela autogestão. Um amigo que possibilitou a constituição da autonomia kantiana em meus trabalhos e sempre se colocou a disposição das angústias acadêmicas. Fez questão de construir ao seu redor não apenas bons acadêmicos e professores, mas como também, amigos que partilham boas condições de coexistência.

Ao GEPOTE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organização Trabalho e Educação) cujo qual teve papel fundamental na constituição deste trabalho. Aos camaradas Fábio Melges, Fernan Martins Ferreira, Pedro Simongini, Stanley Barbosa, Adryano de Castro, Gustavo Petean, Eziel Oliveira, Tania Calarge e Yuri Durães. Em especial, ao amigo Gabriel Nemirovsky por todos os ensinamentos e os momentos de reflexão e descontração compartilhados e que tem importância inenarrável no desenvolvimento desta dissertação.

Aos amigos que fiz nos anos de mestrado, meus colegas de sala Bruno Porto, Cassia Mendes, Karol Santos, Maria Clara, Milene Fernandes, Vanessa Zafalon, Fernanda Mansilha, Bruna Ojeda, Arthur Giordani, Alexandro Araújo, Elington Andrade e Flávio Almeida. Em especial, gostaria de agradecer ao meu amigo Maurilio Barbosa pela parceria, Cyro Guimarães pela descontração e pelo bom humor, Rafaela Kuff pelas risadas e pela leveza de nossas conversas e, por último, mas não menos importante, um grande amigo que fiz Leandro Bezerra o qual compartilho momentos de reflexão, amizade e parceria.

Agradeço aos amigos que compartilho a minha vida há muito e que mereciam uma grande dissertação para caber tudo o que seria justo ao descrever ou escrever. À Izabella Souto por ser minha irmã e a quem posso confiar a vida; à Marianne Souto pela experiência de poder se sentir amado; à Vitoria Siufi Zandoná, minha médica preferida e que vai estar sempre em meu coração; à Luana Mariotti pelo companheirismo numa das aventuras mais intensas especiais da minha vida num CTG; à Lethicia Lazzarotto, minha companheira nos primeiros anos de mestrado e quem levo lembranças com carinho. Aos amigos que levarei para a vida: Pedro Bento, a quem sempre pude confiar e será meu irmão até o fim; Gabriel

Dallegrave, irmão fiel que estará ao meu apoio até o fim de nossas vidas; Gabriel Disperati, amigo que prezo sendo um exemplo pela batalha e a forma como corre atrás de seus objetivos; Alisson Vargas que jamais deixaria um amigo na mão; Juliano Begnini que nunca deixou de lutar por aquilo que ama. A todos esses e outros amigos que não foram nominados, sou eternamente grato por ser quem sou ao lado de vocês.

Aos professores que compõem a banca e que foram escolhidos por uma dupla condição; pela admiração intelectual e acadêmica deste que escreve esta dissertação e pela capacidade de contribuição em relação ao objeto e à teoria. Agradeço, portanto, ao prof. Dr. Milton Mariani, ao prof. Dr. Henrique Novaes e ao prof. Dr. Gabriel Nemirovsky.

Estendo um agradecimento simbólico a dois professores importantes na minha formação pré-graduação que representam nessas poucas palavras, todos aqueles que a profissão eu almejo seguir e me ajudaram a construir minha caminhada acadêmica: ao Prof. Fortunato Lopes Bennett e à Profa. Fabiana Cabral. Obrigado pelo caminho trilhado.

Gostaria de agradecer imensamente à minha família que sempre me apoiou para construir um pensamento crítico e que nunca me deixou refém da mediocridade seja intelectual, moral, profissional ou fraterna. À minha mãe Joselane Campagna e ao meu pai Sérgio Moura que foram desde cedo espelhos de integridade e intelectualidade, e que ao lado de meus irmãos Pedro Henrique e João Vitor, proporcionaram a construção de um ambiente real e ao mesmo tempo terno. Inefável se torna aqui um encaixe momentâneo do quanto sou grato por sermos família.

À Sandra Ap. Moura Nonato Ramalho e ao Eudo Nonato da Silva meus mais sinceros e ternos agradecimentos. Em vida me ensinaram o que levo com muito carinho, uma grande educadora, mãe, mulher, tia e madrinha e um grande avô, pai, homem e referência. Fico imensamente feliz de poder ter retribuído o cuidado e o carinho que tiveram comigo na infância, devolvendo meu melhor cuidado e carinho sempre quando fora necessário. Estendo agradecimentos a Corina Moura da Silva, Izolito Amador Campagna e Jacy Tenório Campagna pela base constituinte do que podem conhecer de Sérgio Fernando.

“Co yvy oguereco yara”

Sepé Tiaraju

“Uma revolução é um direito de portagem. Oh! O gênero humano será libertado, reerguido e consolado! Nós o afirmamos do alto dessa barricada. De onde daremos nosso grito de amor senão da montanha do sacrifício? Ó meus irmãos, este é o lugar da junção entre os que pensam e os que sofrem; esta barricada não é feita nem de pedras, nem de barris, nem de ferros; ela é feita de dois feixes: um feixe de ideias e um feixe de dores. A miséria encontra aqui o ideal. Aqui o dia abraça a noite e lhe diz – Morrerei com você e você renascerá comigo”

Os Miseráveis, Victor Hugo

RESUMO

MOURA DA SILVA, Sérgio Fernando Campagna. **A agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): produção econômico-política ou Jean Valjean adentra a barricada.** 145 f. (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

Orientador: Elcio Gustavo Benini

Defesa: 11/02/2021

O presente trabalho teve como objeto a produção da agroecologia como política nas experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De forma mais específica, a relação particular da construção da agroecologia como possibilidade de superação nas disputas sociais sob as quais o Movimento está inserido. Para responder o problema de pesquisa: a agroecologia produz consciência política coletiva no MST? Buscou-se na tradição do materialismo histórico dialético de Antonio Gramsci, constituída como filosofia da práxis, uma forma de análise dos três níveis da consciência política coletiva: o econômico-corporativo, ético-político e a consciência política coletiva. Com o objetivo de decifrar o salto rumo ao novo, intentou-se especificamente em caracterizar as significações de agroecologia para o MST, por meio de análises documentais oficiais do Movimento e de outras instituições que o Movimento assina em conjunto desde a entrada da agroecologia oficial em 2000; identificar os produtos políticos que compõem territorialidades do Movimento; e avaliar os limites e as possibilidades da produção agroecológica do MST. A agroecologia é uma categoria que nas mediações da América Latina é capitaneada por ONGs e movimentos sociais. Na realidade brasileira, o MST atua e funciona como partido político capaz de articular formas unificadoras dos grupos sociais mais amplos. A metáfora de Jean Valjean utilizada nesta pesquisa leva o leitor a partir da compreensão da construção de um dos personagens mais emblemáticos da literatura francesa do século XIX pelo escritor Victor Hugo, a estabelecer uma relação com a entrada da agroecologia no MST, sobretudo num episódio específico no qual o protagonista entra numa barricada construída por uma insurreição nas ruas de Paris mudando sua história e seu porvir. A entrada da agroecologia no Movimento possibilita uma mudança estratégica política nas reivindicações, na (re)produção do trabalhador rural e na economia camponesa. As possibilidades da produção agroecológica são a forma de metamorfose dos produtos políticos que já estavam presentes antes no Movimento. Um dos exemplos é a luta pela reforma agrária que após a entrada e transformação da agroecologia durante fases dentro do MST, que condicionam as duas categorias a passar por uma mudança. Estamos falando, portanto de um novo produto surgido dessa relação que se apresenta como reforma agrária agroecológica. De forma geral, a agroecologia apresenta três momentos diferentes dentro do MST desde sua entrada em 2000. Nessa relação foi possível identificar formas de uma consciência política coletiva em seu terceiro estágio onde nota-se a maneira estratégica tomada pelo Movimento na agregação de grupos sociais ligados a produção camponesa desenvolvendo uma forma de hegemonia, visando a associação no campo do trabalho, seja na prestação de serviços entre assentamentos ou de famílias no campo. Nesse cenário, o grande desafio que se apresenta atualmente é na estruturação de uma forma de fazer funcionar a lógica assentamento-Movimento na produção em direção à transição agroecológica mais generalizada.

Palavras-Chave: Agroecologia. MST. Territorialidade. Questão Agrária. Política.

ABSTRACT

MOURA DA SILVA, Sérgio Fernando Campagna. **The agroecology of the Landless Rural Workers Movement (MST): economic and political production or Jean Valjean enters the barricade.** 145 f. (Master in Administration) - Postgraduate Course in Administration, Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

Orientador: Elcio Gustavo Benini
Defesa: 11/02/2021

This research aimed at the agroecology's production as politics in the Landless Rural Workers Movement's experiences. More specifically the particular relation of the agroecology construction as possibility of overcome in social disputes under which the movement is inserted. In order to respond the research problem: agroecology produces collective political consciousness at the MST? Cast around in the Antonio Gramsci's tradition of historical dialectical materialism constituted as a philosophy of praxis, this work sought a form of analysis about the collective political consciousness' three levels: economic-corporate; ethical-political and collective political consciousness. The objective was to decipher the leap towards the new. Specifically intended to characterize the agroecology's signification of MST through official document analysis from the Movement or institutions that the Movement signs together since the official entrance of agroecology in 2000; to present and to characterize the political products that composes the Movement's territoriality; and evaluate the limits and possibilities of the Movement's agroecology production. Agroecology is a category that within the mediations of Latin America is headed by NGOs and social movements. In the Brazilian reality, the MST behaves and works as a political party capable to articulate unifying forms of broader social groups. The Jean Valjean's metaphor used in this research takes the reader from the construction comprehension of one of the most emblematic characters from XIX century by the writer Victor Hugo, to establish a relation with the agroecology entrance in MST, mainly on a specific episode where the protagonist enters a barricade built by an insurrection at Paris' streets changing his history and his future. The agroecology entrance in the Movement enables a political strategic change form at the claims, (re)production of the rural workers and peasant economy. The possibilities of the agroecological productions are a form of metamorphosis from the political products that were already composed in the Movement. An example is the agrarian reform struggle that changes to a new political product, the agroecological agrarian reform after the agroecology entrance and phases inside MST. In general, the agroecology presents three different moments in the MST since its entrance in 2000. Within this correlation was possible to identify collective political consciousness in the ultimate stage from the strategic way taken by the Movement making possible the aggregation of different social groups attached to the peasant production, developing a form of hegemony and aiming the association on the labor field whether in the provision of services between settlement or between families in the field. In this scenario, the greatest challenge that appears nowadays is a way of construction of a structured form to make the logic settlement-Movement work at the production towards a transition to a generalized agroecology.

Keywords: Agroecology. MST. Territoriality. Agrarian Question. Politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trabalho concreto (específico) e trabalho abstrato (quantitativo).....	51
Figura 2: Estrutura da Organização do MST.....	90
Figura 3: Quatro visões sobre a tecnologia	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Circulação do capital na produção camponesa	56
Tabela 2: Percentual de crescimento de 1900 a 1910	57
Tabela 3: Correntes da condição do assalariamento no campo	58
Tabela 4: Evolução da população escrava em Minas Gerais	68
Tabela 5: Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos	69
Tabela 6: Número de escravos no Piauí 1762-1872	72
Tabela 7: Periodização da Trajetória do MST	88
Tabela 8: Momentos epistêmicos e desenvolvimentos na agroecologia	97
Tabela 9: periodização da agroecologia no MST	107
Tabela 10: Área plantada, média de uso por hectare e total de agrotóxicos por tipo de lavoura no Brasil, 2015.....	114

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise de Discurso

AL – América Latina

AER – Aparelho Econômico Recuperado

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CCQ – Círculo de Controle de Qualidade

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNT – Confederação Nacional do Trabalho

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ECOSOL – Economia Solidária

ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia

EMS – Escola Milton Santos

EP – Economia Política

ESAN – Escola de Administração e Negócios

EUA – Estados Unidos da América

EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Internacional Comunista

Inda – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JAC – Juventude Agrária Católica

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

Master – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul

MEB – Movimento da Educação de Base

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MNER - Movimento Nacional das Empresas Recuperadas

MPC – Modo de Produção Capitalista

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCI – Partido Comunista Italiano
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PIB – Produto Interno Bruto
PJR - Pastoral de Juventude Rural
PREC – Período Revolucionário em Curso
PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSI – Partido Socialista Italiano
PPGAD – Programa de Pós-Graduação em Administração
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
TC – Tecnologia Convencional
TS – Tecnologia Social
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

PRÓLOGO: O DESVELAR DE JEAN VALJEAN	I
1. INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO	19
1.1 SOBRE O MÉTODO: MATERIALISMO HISTÓRICO E FILOSOFIA DA PRAXIS.....	26
1.1.1 Procedimentos de pesquisa	34
1.2. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	37
2. FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: JEAN VALJEAN ENTRE A ONDA E A SOMBRA	39
2.1 MODO DE PRODUÇÃO: DESENVOLVENDO A RELAÇÃO ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA E O POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	40
2.2 QUESTÃO AGRÁRIA	53
2.3 O CASO BRASILEIRO	60
2.3.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	87
2.3.2 Agroecologia.....	93
2.3.3 MST e Agroecologia: sustentabilidade ecológica, soberania agroalimentar, comida sem veneno	99
3. CONSCIÊNCIA POLÍTICA COLETIVA: OS PRODUTOS POLÍTICOS QUE COMPÕEM TERRITORIALIDADES	109
3.1. SOBERANIA ALIMENTAR.....	113
3.2. TECNOLOGIA SOCIAL	116
3.3. ORGANIZAÇÃO	121
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

PRÓLOGO: O DESVELAR DE JEAN VALJEAN

A agroecologia é resultado dos conjuntos de saberes produzidos em resposta ao desenvolvimento agrário que o capital toma na segunda metade do século XX. Por vezes é concebida como um manejo mais sustentável que não agride nem ao meio ambiente e nem ao trabalhador rural. Alguns a consideram como uma disciplina acadêmica que tem como campo de construção debates e tentativas de aproximação. Para fins de construção metodológica crítica e rigorosa, esta pesquisa entrevê a agroecologia com as lentes das materializações de experiências de luta de classes, mais especificamente, a luta pela (re)produção do trabalhador rural assentado no Brasil nas dimensões nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para além daqueles que constroem seu Jean Valjean por uma via desmembrada, isto é, sem as relações postas e pressupostas no âmbito da produção e consumo no modo de produção sob qual se constituem, Jean Valjean subsumido na luta de classes significa trazer à baila a perspectiva de lutas políticas determinadas em última instância pelo econômico, colocando em cheque as condições objetivas produzidas em direção agroecológica e colocando ênfase na relação dessas com as condições subjetivas formadas nesse processo. Na produção agroecológica dessa perspectiva, pressupõem-se um produto para além da própria matéria produzida no campo, algo escapa a esse produto. Não apreender esse excedente, é a condição escamoteada da produção de um novo. (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; NOVAES; SANTOS, 2019; MARX, 2008; LOMBARDI, 2016; GUHUR, 2015; SEVILLA GUZMÁN, 2004; ALTIERI, 2018; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

O que se intenta demonstrar por uma sutura entre as tramas de Jean Valjean e a produção agroecológica do Movimento necessita de um breve mergulho na obra de Victor Hugo. Ainda mais, qual seria a relação alegórica entre o objeto deste estudo e uma das figuras mais emblemáticas da literatura moderna? Quem é Jean Valjean?

“Enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis” (HUGO, 2017, p. 31). Assim o autor francês escreve em seu prefácio da obra *Les Misérables*, publicada em 1862, enquanto exilado em Guernesey, devido ao golpe de Luis Bonaparte em dezembro de 1851.

A narrativa acompanha o protagonista Jean Valjean em sua história pela liberdade e ao mesmo tempo promove encontros dos produtos, em movimento, da então sociedade francesa e suas formas de organização, como nação, cenário das disputas de classes, condições da

(re)produção material e política. O protagonista não se destaca pelo método intelectual da apreensão do real concreto ao real pensado como explicitado por Marx (2011). Contudo, sua história segue o curso da relação entre estrutura e superestrutura que moldavam a condição da existência dos sujeitos franceses.

Quando em 1795 ainda morava com a irmã e os sete sobrinhos em Faverolles, mediante a fome e a miserabilidade num “inverno mais rigoroso que os demais” (HUGO, 2017, p. 143), o protagonista rouba pães para alimentar os sobrinhos. É pego e colocado na condição de forçado na prisão das Galés por cinco anos. Contudo, nesse período tenta quatro fugas de seu tártaro, nas quais em nenhuma delas obteve sucesso. O que seriam cinco anos de trabalhos forçados tornam-se dezenove anos de desespero e terror. Jean Valjean sai da prisão apenas em 1815.

O primeiro grande encontro na narrativa hugoana de Valjean é com o bispo de Digne, Charles Myriel. Personagem já habituado pelo leitor por ser o nome do primeiro capítulo e por sua descrição como portador de um espírito bondoso e justo. Dom Bienvenu, apelido que recebe dos cidadãos, é ilustrado como um homem de fé, já idoso, frágil fisicamente, porém muito determinado em seus valores solidários e empáticos, sobretudo com os mais pobres. Vale pontuar que ao se tornar bispo, decide por mudar-se para o antigo hospital da cidade, que por sua vez era pequeno, tinha uma capacidade reduzida para as quantidades necessárias de leitos e contava com uma estrutura antiga e instável, deixa assim a antiga moradia destinada ao bispo para o hospital da capital dos Baixos-Alpes. A maior parte dos soldos recebidos pelo Estado francês mensalmente doa a iniciativas mais carentes, sustentando assim ele, a irmã e uma criada apenas com o necessário. Victor Hugo aqui ilustra uma personificação das virtudes dos valores católicos cristãos.

Nota-se nesse encontro e durante todo o desenrolar da obra a utilização de antíteses entre os personagens, lugares e eventos. Certamente, o próprio título da obra pressupõe uma relatividade, posto que, para ser miserável, contradições e desigualdades devem se movimentar no liame social.

À época de sua publicação os críticos literários franceses acompanhavam a tiragem dos tomos – a obra em 1862 foi impressa em intervalos de tempo sendo ao todo dez tomos – e no Brasil, alguns críticos traduziram as principais notas em folhetins de jornais. Destacam-se aqui artigos assinados por Barão de Ernouf, traduzidos anonimamente e publicados no Diário Oficial do Rio de Janeiro: “Em toda a extensão do seu novo romance o Sr. Hugo reproduz, exagerando sempre, se é possível, o seu habitual uso dos contrastes que ele procura tornar o mais saliente que é possível” (*apud* AGUIAR, 2009, p. 165).

A recepção de Victor Hugo no marxismo tem algumas nuances e diferentes percepções, sobretudo nos autores franceses, e pode ser dividida em três períodos: o primeiro contempla Marx e Eccarius; o segundo Lafargue e Jaurès; e o terceiro os comunistas entre 1935 a 1952. As críticas a Hugo abrangem desde o seu trabalho consagrar críticas às personalidades, ao modo de tratamento de orientação burguesa (mais especificamente pequena-burguesa) às condições de miséria, até a um entusiasmo dos escritos para um olhar para a pobreza e à face mais precária da França no século XIX (BRAHAMCHA-MARIN, 2016).

Depois do encontro com o bispo, Jean Valjean levando somente como posse seu nome, alguns maltrapilhos e utensílios de prata dados¹ por Myriel, torna-se dono de uma fábrica de vidrilhos na cidade de *Montreuil-sur-Mer*. Depois de um tempo torna-se *maire*² da cidade e alcança prestígio social e uma considerável fortuna. Com o seu crescimento, fomenta a força de trabalho da região e emprega grande parte dos homens e mulheres da pequena cidade. Sobre esse ponto, cabe aqui colocar que Victor Hugo concebe o desenvolvimento econômico como uma das externalidades da indústria³. A miséria, das condições de trabalho nesse caso, carrega na obra como um todo, origem e fim último no espírito dos homens, a pobreza material tem aspecto importante para o advento da miserabilidade, contudo, não necessariamente é condição de determinação. Por isso Hugo ilumina o fato de um detentor dos meios de produção “bondoso” poder fazer florescer as virtudes econômicas e sociais.

Nessa etapa da narrativa, Victor Hugo se refere ao protagonista apenas como *monsieur* Madelaine, primeiro pelo fato do autor não revelar se tratar da mesma pessoa (Jean Valjean e *monsieur* Madelaine), segundo porque a escolha da mudança do nome tem papel importante na construção dos eventos e, sobretudo uma metáfora para a ascensão econômica em detrimento do passado miserável do personagem.

Javert, o então inspetor de *Montreuil-sur-Mer* personifica a ordem e a hierarquia, mais especificamente e extrapolando a construção hugoana, Javert personifica a ética da convicção weberiana. Importante salientar que a construção desse personagem é caricata, porém encontra na história francesa semelhanças como o fanático religioso *capitoul* Beaudrigue,

¹ Na narrativa, Jean Valjean rouba os utensílios de prata do bispo e é pego por guardas em posse dos objetos. Os guardas levam ambos (Jean e os objetos) para Myriel. Ao ver os guardas trazendo o ex-forçado e os utensílios, o bispo exclama que os objetos não eram produto de um roubo, mas sim um presente, ação que livra Jean Valjean das galés e legitima a posse das pratas.

² Equivalente a prefeito.

³ O termo “indústria” nesse caso refere-se ao conjunto de práticas de manufatura constituído pela massificação da produção de mercadorias e sua circulação descrita por Marx (2013; 2016) a partir do fim dos anos 1850 com a obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* e em 1867 com *O Capital* e, pela revolução nos meios de produção utilizados no processo produtivo, passando de uma manufatura propriamente dita para uma industrialização.

inquisidor de Jean Calas⁴. É evidente que a constituição do personagem é relativa à transição da queda dos valores absolutistas e a consolidação da república burguesa no fim no século XIX.

Suspeitando da origem de forçado e pela aparência não estranha de Jean Vajejan, o inspetor o encurrala e o leva a confessar seus crimes em plena corte para salvar um inocente que estava sendo acusado em seu lugar. O protagonista então perde o prestígio social e escapa de Javert vivendo os próximos anos como fugitivo, voltando à condição anterior, só que dessa vez com uma fortuna considerável guardada de sua vivência como *maire* e momentaneamente burguesa.

Após ser novamente jogado ao *chagrin*⁵, Victor Hugo volta a chamá-lo – e dessa forma permanece até o fim da obra – de Jean Valjean. O retorno ao nome significa mais do que apenas ao modo de tratamento, mas a exposição à realidade em sua crueza e em sua considerável beleza descrita pelo escritor.

O protagonista passa à condição de quase nômade, sempre fugindo de possíveis encontros que o pudessem levar à prisão. No momento específico da trama, à beira de uma guerra civil, barreiras construídas nas ruas de Paris, insurreições lideradas por jovens⁶, Jean Valjean vai de encontro à barricada, adentrando não só um espaço geográfico, mas também dando um basta na sua condição de fugitivo. Pela primeira vez ele se assume positivamente a escolha de lutar, luta antes que se definia nas suas possibilidades de fuga e sobrevivência. O encontro entre agroecologia e o MST é o mesmo da entrada do protagonista na barricada. Um nó se coloca na trama social, a construção do novo se põe em marcha, formas de análise se mostram necessárias.

⁴ O caso Calas ocorre no século XVIII, consiste na suspeita do assassinato do filho de Jean Calas pelo próprio pai. A família era protestante e o caso se torna uma disputa de religiões em suas moralidades mais do que uma investigação de justiça. Calas é condenado à morte e anos mais tarde Voltaire prova a inocência de Calas e redige o famoso *Traité sur la tolérance à l'occasion de la mort de Jean Calas* em 1763.

⁵ Palavra francesa para indicar um estado de pena, aflição, tormento e utilizada no contexto como sofrimento moral.

⁶ O grupo de jovens é o liderado por Enjolras, conhecidos anteriormente como ABC.

1. INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO

Na mediação entre o singular e o universal está o escritor e o texto escrito, o trabalhador rural e a reforma agrária, as condições prática imediatas e a visão do reino da liberdade. Este trabalho parte de um ponto singular, de um escritor específico, de uma tradição particular e vislumbra construir categorias que estão dimensionadas na totalidade. As próximas páginas têm o objetivo de auxiliar o leitor no pontapé inicial de onde parte esta pesquisa e no método de análise empregado, desvelando um objeto científico, porém destituído de uma neutralidade axiológica e epistêmica que marca uma tradição acadêmica da qual este trabalho não compartilha.

Victor Hugo põe em sua obra o recurso de um pano de fundo histórico-social do momento francês no século XIX, em que viveu, pensou e escreveu com notoriedade e respeito dos leitores franceses. Com efeito, dedicou alguns escritos importantes em seu diário político denominado *Choses Vues*⁷.

Nesse mesmo contexto histórico, mais especificamente no período de dezembro de 1851 a março de 1852, Marx escreve para a revista *Die Revolution* o célebre escrito político “O 18 de Brumário de Luis Bonaparte”. No prefácio à segunda edição apresenta a análise de dois intelectuais franceses sobre o golpe do então presidente Luis Bonaparte: Proudhon, socialista francês pela obra “*Coup d’État*” e Victor Hugo, mais precisamente em sua obra “*Napoléon, le Petit*” (MARX, 1961). Em relação ao Victor Hugo, Marx o critica pela sua análise superestrutural das relações políticas em suas acepções da assunção do monarca Luis Filipe Orleans em 1830, do sufrágio universal em 1848 e do golpe em 1851, golpe no qual o autor francês denomina como um “raio caído de um céu azul” (MARX, 1961, p. 199). Ao longo de sua exposição Marx desvela as relações econômicas e dos aparelhos de Estado presentes entre as classes nesse período e como a luta entre elas no campo estrutural coloca em elucidação a disputa político-jurídica da época. Coloca ainda em foco o crescente enfraquecimento das classes proletárias na disputa política francesa pós 1848.

Da mesma maneira que o golpe de Bonaparte não é um raio caído de um céu azul, podemos dizer o mesmo de Jean Valjean em relação à sua entrada na barricada e da entrada da agroecologia na agenda política do MST.

⁷ Victor Hugo tinha dois diários, um de cunho pessoal e outro político. O segundo compreende escrita de vários fragmentos de 1838 a 1875 que em sua primeira versão fora publicado por Paul Meurice em 1887. Em 1900, uma segunda versão com mais classificações e obras póstumas compreende redação entre 1825 a 1871. Ver em: (HUGO, 1913).

Em 1984 nasce oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Originando sua história pelo processo de dissolução da ditadura militar com a retomada da luta no campo pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia no ano de 1975, consolidando-se somente no ano de 1978 no Rio Grande do Sul (STÉDILE, 1997). Essa origem se dá no Sul do Brasil por conta da grande concentração de camponeses e pela luta do Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul (Master) – apoiados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Brizola – que ocupa duas grandes áreas de terra historicamente pertencente aos indígenas que haviam sido arrendadas pelo Governo do Estado para filiados de políticos e fazendeiros e apropriadas ilegalmente. As ocupações pelo Master da Granja Macali e da Granja Brilhante em conjunto com as famílias originárias, em 7 de setembro de 1979, dão origem ao MST e em menos de quatro meses assenta os agricultores que reivindicaram a terra. (STÉDILE, 1997; STÉDILE; FERNANDES, 2005; DAL RI, 2019).

No período de 1984 a 1989, a forma de organização da produção se dividida entre duas perspectivas: a primeira como uma associação solidária baseada na teologia da libertação e da Igreja. Isto é, como pequenas associações coletivas baseadas nos princípios cristãos de virtude do homem, com presença de formas baseadas nos 12 apóstolos. A segunda linha de cooperação não defendia uma forma coletiva de produção, mas sim uma grande forma produtiva “para representação política dos assentados e prestação de serviços” (NETO, 2015, p. 161), perspectiva que levaria ao caminho de uma organização social (NETO, 2015).

Nos anos 1990 algumas condições foram fundamentais para a busca de uma nova forma de produção pelo Movimento. A decadência do modelo cooperativista dessa década em conjunto com a atuação próxima de uma política neoliberal pelo Estado brasileiro, a criação da Via Campesina⁸, o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), formam os principais fatores que redirecionam o Movimento a outra forma produtiva (BORGES, 2007, PICCOLOTTO; PICCIN, 2008).

A entrada da agroecologia na agenda sócio-produtiva do MST é reconhecida a partir do IV Congresso do Movimento no ano 2000. Como estratégia dos assentamentos sob a égide do

⁸ A Via Campesina é “un movimiento mundial de organizaciones de mujeres rurales, campesinos, campesinas, pequeños agricultores y agricultoras, trabajadores y trabajadoras del campo, pueblos indígenas y afrodescendientes, de Asia, Europa, América y Africa” (VIA CAMPESINA, 2004). No Brasil os representantes além do MST são o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). À Via Camponesa Internacional articulam-se além da CPT, a Pastoral de Juventude Rural (PJR) e a Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) (RIBEIRO; SOBREIRO FILHO, 2012).

MST, a cartilha de 2001, *Construindo o caminho*, estabelece a importância de forma oficial a busca por uma forma produtiva mais segura tanto ao meio ambiente quanto ao próprio trabalhador. É evidente que o que se entende sobre agroecologia dentro do MST não é estático. Depende das experiências que se constituem entre seus núcleos educativos, produtivos e políticos que, muitas vezes, não se separam entre si (PALUDETO, 2018; NOVAES *et al*, 2015).

De acordo com Novaes e Santos (2019), no contexto brasileiro, alguns movimentos sociais que têm origem em organizações da sociedade civil, principalmente em práticas camponesas, vêm adotando medidas em direção à transição agroecológica. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adota a direção da luta das condições de produção, subsistência e comercialização no campo para o domínio de práticas agroecológicas dos assentados e assentadas como fim último da construção de um “novo ser social” (MST, 2001, p. 90).

A realidade estrutural do capital e seus modos de regulação em constante mudança impõem condições de ritmos de produção, extração de recursos naturais, exploração do trabalho assalariado e regimes de acumulação cujos quais os trabalhadores de pequenas e médias produções não conseguem imprimir em seu ato laboral. Reside aí a importância de alternativas da organização da produção.

O cenário que articulava as capacidades produtivas, de consumo e de reprodução baseava-se no conjunto de práticas do regime de acumulação, no modo de regulamentação do trabalho, nos hábitos de consumo e nas características do poder político-econômico que se estendeu de 1945 a 1973, denomina-se pacto “fordista-keynesiano”. Depois desse período, algumas das configurações dessas práticas mudaram de rumo e tomaram para si, uma tendência a outra forma mais flexível de acumulação (HARVEY, 2014).

De acordo com Harvey (2014), esse pacto fordista-keynesiano pós-guerra, caracterizava-se não somente pela acumulação em massa de capital, mas também pela inclinação a estética do modernismo quanto à funcionalidade e eficiência, explicitando e legitimando formas de intervenção estatais que conduziam à noção de democracia econômica. A relação entre corporação e sindicato mediada pelo Estado, serviu de base a essa configuração político-econômica nos países capitalistas mais desenvolvidos e a questão internacional da disseminação do fordismo, a partir do Plano Marshall principalmente, levou a reprodução e autorregulação do sistema e permaneceu quase que intacto até 1973.

A transição de características do modo de acumulação vigente até então, ocorre na dimensão de descontentamentos dos trabalhadores excluídos (todos aqueles fora da

predominância branca e masculina que por sua vez, formavam a imagem do novo homem que a partir da lógica da produção, pautava os mais diversos campos do sujeito) do pacto entre corporação e sindicatos e a insatisfação dos países não desenvolvidos diante do processo da globalização do fordismo. A questão é, para continuar a sua reprodução, esse regime de acumulação deveria basear-se na contínua produção em massa (HARVEY, 2014; GRAMSCI, 1999).

Em uma análise do período de consolidação das relações de produção capitalistas, Paul Singer (2002) resgata o movimento das cooperativas baseado no trabalho de caráter associativo que tem início justaposto ao da revolução industrial nos séculos XVIII e XIX. Depois de atos na Grã-Bretanha e em outros lugares da Europa, proibindo os trabalhadores de se organizarem em grupos e promoverem reuniões, se dá o início da retomada de fábricas por trabalhadores em Rochdale, ato que marca o começo das experiências de cooperativas autogestionárias (SINGER, 2002). Desenvolve-se nos anos seguintes a acumulação de capitais de grandes empresas e a consolidação do modo de produção capitalista.

É a partir das escolas de resgate e estudo da autogestão, principalmente na América Latina, o escritor deste trabalho inicia a sua caminhada acadêmica tendo como referência autores como Singer (2001; 2002), Luís Inácio Gaiger (2003; 2013), Henrique Novaes (2011; 2010), Elcio e Édi Benini (2010; 2015), José Luis Coraggio (2009), Claudio Nascimento (2019), Renato Dagnino (2010), Lia Tiriba (2009; 2018) que erguem-se como um ponta pé inicial as condições de busca pelas relações presentes neste trabalho.

A importância dos movimentos de negação de elementos e determinantes do modo de produção capitalista é a tentativa organizada em experiências democráticas, para uma condição de superação da alienação, produzida na relação de trabalho antagônica que move a lógica do capital. Um dos pontos mais importantes que esta pesquisa tende a explorar e “tensionar” são os limites e as possibilidades que as experiências autogestionárias, que com bases agroecológicas são colocadas na produção e reprodução sociometabólica do capital, uma vez que o modo de produção capitalista (MPC) não foi superado, portanto, todos esses movimentos tendem a se relacionar com os processos que em sua essência entram em negação (MÉSZÁROS, 2007; NOVAES, 2011).

O leitor não encontra de forma central nesta pesquisa a autogestão como objeto de estudo direto das discussões presentes, entretanto isso não significa o abandono das experiências de construção de outra forma de economia baseadas na associação no campo do trabalho buscando no imediato, condições objetivas de sobrevivência e no horizonte um processo para emancipação de grupos sociais. O objeto de pesquisa que aqui se refere é a

produção agroecológica enquanto política no MST. Logo, observa-se que a autogestão e as alternativas no campo do trabalho mantêm relação direta com o objeto central deste trabalho.

Há de se notar que neste trabalho a obra *Les Misérables* de Victor Hugo, principalmente na figura Jean Valjean, que a construção de sua subjetividade, aparece como alegoria para a agroecologia no Movimento, uma vez que o elemento determinante comum entre eles é a presença da luta de classes, sendo esta circunscrita por necessidades imediatas de sobrevivência e de solidariedade. Nesse ínterim, é importante ainda destacar a relação entre condições objetivas e a construção de novas subjetividades. Estaria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a partir do advento da agroecologia, organizados em associações democráticas, construindo novos produtos políticos que compoem territorialidades caminham em direção da consciência política coletiva? Ao se considerar a experiência da consciência de Jean Valjean e o seu processo de politização, estariam ainda tais trabalhadores associados experimentando e estruturando um novo horizonte de luta e organização sócio-técnica do trabalho? São com estas questões provisórias que esta pesquisa inicia a problematização e tensão da política enquanto práxis concreta.

A agroecologia como o novo em produção estabelece o nó que se encontra emaranhado nas linhas deste trabalho passa necessariamente pela posição histórico-crítica das condições da classe camponesa; do desenvolvimento e gênese das lutas travadas pelo acesso e sobrevivência na terra nas quais originaram o MST; da produção e resistência camponesa, de seus aspectos culturais, políticos, simbólicos e materiais que em conjunto dão forma às territorialidades.

É importante marcar que para Gramsci, a consciência é um processo. Como resume e desenvolve a consciência desde Marx até Lenin, o autor sardo destaca “a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma moral-intelectual e dos métodos de conhecimento, é um fato do conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI, 1999, p. 320). A formação da consciência coletiva, evidentemente se dá pela formação do bloco histórico universal do que se entende como humanidade, ou mesmo um sujeito coletivo, entretanto, esse bloco é formado por individualidades e subjetividades contraditórias e singulares.

A consciência política coletiva refere-se à capacidade de unificação de um determinado processo produtivo que consiga articular grupos sociais distintos e frações sociais distintas sob a noção de solidariedade e cooperação. A consciência política coletiva pode ser dividida em três momentos ou níveis. O primeiro se dá no campo econômico-corporativo, no qual sente-se a necessidade de unificação de grupos profissionais em seus determinados setores

produtivos, porém sem a agregação do grupo social mais amplo. O segundo diz respeito ao ético-político, “é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2007a, p. 41). Vale ressaltar que nesse momento já existe a noção de paridade político-jurídica, mas ainda com a presença da dominação de grupos hegemônicos – no caso do MPC, grupos ligados ao capital. O terceiro é a forma mais avançada de unificação com grupos sociais distintos atuando na construção de uma alterhegemonia. É a fase política por excelência superada do circuito apenas corporativo e em que ideologias geradas num momento anterior tornam-se partidos.

A produção do MST segue a lógica de um excedente produtivo para além do campo econômico imediato. Ela gera formas de subjetivação, condições de hegemonias em construção e espaços de disputa no nível social. O processo de uma produção não toda coisificada produz um excedente que aparece, muitas vezes, como símbolo de identificação de um grupo. Podem aparecer em formas artísticas como um hino, uma cantiga, uma bandeira, etc.. O conjunto desses produtos localizados na concepção de um espaço-temporal formam territorialidades.

A negação que se desenvolve nesta dissertação, sobre Jean Valjean e de sua constituição ideal e positiva é tanto uma posição epistêmica contrária da realizada por Victor Hugo, assim como a forma de trabalhar a questão agrária e suas contradições em detrimento do agronegócio positivo e sistêmico. Em outras palavras, é desenvolver não só no conteúdo, mas também na forma, uma crítica aos moldes de pesquisa e análise que têm se colocado na administração⁹.

A partir dessa contextualização direcional de objeto de estudo e campo empírico, esta pesquisa seguiu em seu percurso e buscou responder ao seguinte problema: **A agroecologia produz territorialidades e produtos políticos no MST?**

Para que essa pergunta de pesquisa possa ser respondida com o devido rigor teórico e metodológico, o objetivo deste trabalho é **decifrar o salto rumo ao novo**. Intenta-se especificamente: a) Caracterizar as significações de agroecologia para o MST; b) Identificar os produtos políticos que compõem territorialidades do Movimento; c) avaliar os limites e as possibilidades da produção agroecológica do MST.

⁹ É claro que esses moldes e sínteses positivas têm seu valor acadêmico quanto esforço de pesquisa. O que se intenta colocar aqui é uma concepção crítica que dificilmente tem espaço nas análises acadêmicas da administração, construir esse tipo de pesquisa é uma das formas de se contemplar de forma mais robusta o objeto em comum partilhado pelos pesquisadores nessa linha de pesquisa.

Esta pesquisa consubstanciada pela UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - se insere na ESAN – Escola de Administração e Negócios - no Programa de pós-graduação em administração (PPGAD), mais especificamente no programa de mestrado em administração sob a linha de pesquisa “agronegócio e seus aspectos socioambientais”. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos nessa linha de pesquisa contempla o desenvolvimento do agronegócio e seus meandros dentro de uma perspectiva positiva, considerando teses, problemas de pesquisa e epistemologias que escamoteiam a contradição e a fundação da apreensão dos objetos pelo negativo. Parte da importância desta pesquisa reside na posição de pesquisador diante do cenário estabelecido. Mais do que um esforço epistêmico, teórico e metodológico adverso das pesquisas que vêm sendo colocadas pelo programa, este trabalho intenta construir as contradições pelo negativo geradas no que tange os objetos de pesquisa aparentemente esquecidos ou mesmo negados pelo programa. A atenção e o cuidado na construção do objeto nesse caso realizou-se admitindo os impactos do desenvolvimento das lutas pela terra e a construção dialética de algumas das questões e maior extensão para os trabalhadores rurais. A pauperização histórico-social e a pulverização das terras na América colonizada até os dias de hoje dentro da lógica do MPC tomará centralidade na concepção da questão agrária latino-americana e, sobretudo brasileira, gerando na dificuldade, ou impossibilidade no acesso a terra. Como forma de produção e reprodução dos assentados no campo, a agroecologia tomará a principal constituição aqui proposta. Mais do que denunciar as condições de adversidade precarizadas mediadas pelo Estado e pelo MPC ao camponês, a possibilidade de *aufhebung*¹⁰ na filosofia da práxis e materializada pela luta do MST na história do Brasil irá alcançar na experiência agroecológica um novo fôlego e uma nova ferramenta na constituição do trabalhador na terra, seu reproduzir e a uma perspectiva de emancipação.

A pergunta que tem circundado o PPGAD perante os trabalhos na linha que se insere esta pesquisa é: como pode-se introduzir o agro no seu trabalho? Suponho que para o leitor é importante saber de que agro nós falamos nesse contexto. O agro aqui evocado é um raio caído de um céu azul. Em outras palavras, é um termo ideologicamente carregado de valor positivo que se refere ao modelo econômico agro-exportador que o Brasil ocupa na divisão

¹⁰ O termo é de origem hegeliana onde se estabelece relação com o Absoluto e encontra variações na tradução para a língua portuguesa. Em Hegel, a “negação da negação”, isto é, a dissolução, conciliação, assimilação cumprem com a lógica da filosofia hegeliana. Em Marx, o termo apresenta duas acepções, uma nos manuscritos de Paris de 1844 onde poderíamos atribuir o sentido de emancipação. Já n’O Capital, o termo se relaciona com uma ideia de dissolução, ou seja, o proletariado se desvencilhando da condição de exploração e dominação burguesa rumo a uma sociedade sem classes. Para propósito deste trabalho, sempre que o termo aparecer será lhe concedido o entendimento como dado por Marx n’O Capital.

internacional do trabalho como um dos principais nomes desde meados do século XX. A vastidão de possibilidades de estudos sobre esse agro é incomensurável e muitos bons trabalhos advêm dessa perspectiva de agro. Seja nos setores da cadeia produtiva de soja, carne, milho e outros insumos exportadores; nas mesoanálises dos complexos agroindustriais e nas trocas financeiras entre firmas; ou na análise macroeconômica da exportação e na análise dos Produtos Internos Brutos (PIBs) mundiais; grande parte dos trabalhos desenvolvidos neste programa baseiam-se nesse agro.

Não obstante, uma tradição de trabalhos críticos vem sendo posicionada no programa nos últimos dez anos. Pode ser no fabrico científico de uma forma alternativa de produção, crédito ou economia como representado nos trabalhos do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organização, Trabalho e Educação (GEPOTE), dentre esses destaco os de Durães (2016), Oliveira (2017), Nemirovsky (2012), ou na denúncia das condições de trabalho e sobrevivência impostas pelo modo de produção dominante nos trabalhos de Petean (2020) e Melo (2020).

Esta pesquisa coloca-se juntamente com essa tradição já estabelecida que se depara com uma visão em paralaxe sobre o agro. Não mais a instituição agro-exportadora de vetor ideológico positivo, mas um agro recuperado pelas margens e periferias frutos da luta de classes que reivindicam uma forma sustentável ambiental e social, a (agro)ecologia.

Longe de compreender as relações que engendraram esse novo mundo, o indivíduo estranhado, busca em seu percalço algum milagre, algum raio caído de um céu azul. No lugar do raio, tem-se Calibã¹¹ lutando contra as amarras de seu mestre. É com tal narrativa que se procura, com esta pesquisa, captar o processo histórico de constituição da agroecologia no MST a partir de sua práxis política, circunscrita pelas determinações mais imediatas de sobrevivência, mas que inserida na necessidade da solidariedade e luta social, inclusive de adequação da técnica aos propositivos coletivos, pavimenta novas estruturas e espíritos transformadores.

1.1 SOBRE O MÉTODO: MATERIALISMO HISTÓRICO E FILOSOFIA DA PRAXIS

Marx (2011b) reconhece a lógica e a importância do método da análise dialética hegeliana em seu sentido do movimento do real pensado como sendo o mais cientificamente

¹¹ Calibã é escravo do feiticeiro Próspero. Ambos personagens de Shakespeare em seu ensaio “a tempestade”.

correto. A sua crítica aos economistas fatalistas (Adam Smith e David Ricardo) e a Economia Política (EP) em geral, é engendrar a consciência do real concreto tendo como ponto de partida as abstrações gerais, para as determinações mais simples da Economia Política. Como exemplo dado em sua obra *Grundrisse*, esse ponto de partida dos economistas que Marx (2017, p. 112) chama de “históricos de seu tempo”, é o Estado, ou a população. Partindo desses abstratos gerais até determinações mais simples como a divisão do trabalho, preço, o sujeito pensante cai em abstrações que não correspondem aos movimentos contraditórios presentes nas relações sociais mediadas por forças de produção material.

A construção teórico-metodológica de Marx se deu a partir de uma crítica de basicamente três correntes consideradas o bloco da modernidade à sua época: ao idealismo alemão de herança pós-kantiana – como Fichte (1762-1814), o principal autor, Hegel (1770-1831), e também seus críticos conservadores como Schelling (1775-1854). A Economia Política inglesa – nas figuras principais de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). E ao socialismo francês – principalmente por Charles Fourier (1772-1837) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

Define-se por teoria para Marx “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 21). Temos essa construção, pois para Marx o objeto da realidade se transporta para o pensamento do sujeito que a acompanha primeiramente em sua forma aparente, fenomênica. De maneira mais específica essa representação aparece como *darstellung*¹², o pesquisador então tende apreender sua essência a partir do método que forma o marxismo (NETTO, 2011; GRESPAN, 2019).

Marx (2011b) define que a única maneira de chegar a essa denominada essência é a partir do movimento dialético de tensão entre o objeto que se pretende analisar. Tomemos por exemplo a apreensão de determinações simples do movimento real. Parte-se então da categoria (abstração do objeto) simples para uma generalidade. Porém tomar o ponto de chegada às determinações gerais como fim do processo é contemplar apenas metade do método do real concreto para o real abstrato (consciência das concretudes materiais). Ao chegar às determinações gerais é preciso iniciar o movimento inverso, mas dessa vez tomando consciência dos processos de produção em cada etapa das determinações gerais até as categorias simples. Em outras palavras, a mercadoria não se determina apenas na sua

¹² Ver em Grespan (2019) a diferença nos escritos de Marx e Engels o conceito de representação como *darstellung* e *vorstellung*. Basicamente o primeiro é a forma como o movimento real aparece ao indivíduo, o segundo são as suas significações *a posteriori* dessa aparência.

caracterização de valor de uso e valor de troca, mas também nas relações de trabalho humano simples contido na sua constituição dentro do processo de produção capitalista¹³.

A dialética no materialismo histórico inverte a dialética na fenomenologia hegeliana quando Marx aponta que

Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (MARX, 2011b, p. 55)

Mais do que uma simples inversão como expõe didaticamente Marx (2011), a abstração do real, o espírito conhecedor para Hegel é o verdadeiro formador da realidade concreta, uma vez que a gênese do mundo real só é possível na condição de sujeito em realização ideal em si, para si. Para Marx (2011b), a primazia reside no real concreto, sendo que, o método é unicamente a forma ideal de conhecimento dos processos históricos e materiais de uma forma científica correta evitando a falsa consciência das idealizações que se apropriam do concreto.

Para Gramsci (2002b p. 362) “como filosofia, o materialismo histórico afirma teoricamente que toda ‘verdade’ tida como eterna e absoluta tem origens práticas e representou ou representa um valor provisório”. Isto significa que a representação da filosofia até então dada por sistemas de ideias, condição de embate entre as diferentes correntes dessas diversas sistematizações, estabelece partes do espírito da humanidade alicerçadas nessas correntes e muitas vezes, contraditórias entre si (idealismo e materialismo vulgar, por exemplo).

O primeiro filósofo a pensar a possibilidade das contradições da sociedade fora dos embates entre sistemas – distanciando-se das antinomias de rigor kantiano – e estabelecer a contradição na condição humana e em seu próprio sistema fora Hegel. Apesar de seu “romance filosófico”, adquire importância plena na história da filosofia e daqueles que até então interpretaram o mundo (GRAMSCI, 2002b, p. 364). A realidade, portanto, alcança capacidade de acesso do indivíduo filósofo sobre o qual coexistem as contradições e, ao mesmo tempo, como partícipe de um grupo social, das quais contradições de outros gêneros se engendram no seu desvelar sincrônico das experiências de grupos de forma prática, ideológica ou política. (GRAMSCI, 2002b).

¹³ A exposição da análise da mercadoria se engendra no capítulo 2.2 desta dissertação.

Na condição de desenvolvimento crítico ao hegelianismo, o materialismo histórico, para Gramsci (2002b, p. 364)

é uma filosofia liberada de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático, é a consciência plena das contradições, na qual o próprio filósofo, entendido individualmente ou como grupo social global, não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento da contradição e, eleva este elemento a princípio político e de ação.

Vale comentar que o materialismo histórico não garante a liberação da ideologia, mas sim em seu sentido unilateral, não-contingente e fanático, essa problemática será melhor explicitada em alguns parágrafos a frente.

De forma a complementar essa passagem feita por Gramsci (2002b), pontuar uma das rupturas mais importantes do materialismo histórico que o autor sardo se debruça é a da negação do “homem em geral”, isto é, a negação de qualquer determinação imanente da natureza humana como constituição de algo unilateral e absoluto transcendendo a temporalidade. Mais do que as contradições sincrônicas da condição de indivíduo que pensa da coisa que se pensa, de grupos e da ação desses grupos, “o materialismo histórico é expressão das contradições históricas” (GRAMSCI, 2002b, p. 364). É o advento da história gerando na construção do pensar presente o produto das contradições das condições materiais já estabelecidas na ação de todo e qualquer indivíduo ou grupo. Dessa forma a totalidade ganha mais uma grande ferramenta, o produto dos acontecimentos históricos a sua unidade coetânea.

As unidades dos elementos constitutivos do marxismo são dadas pelas bases do materialismo histórico e no caso da economia, a relação de valor: entre o trabalhador – na condição de vendedor da força de trabalho – e as forças industriais de produção – meios de produção. Em outras palavras, é a tensão dialética entre o homem e a matéria. No caso da filosofia, a práxis é a unidade importante e entendida enquanto “relação entre a vontade humana (superestrutura) e a estrutura econômica.” (GRAMSCI, 1999, p. 237). A fundação da chamada filosofia da práxis de Gramsci denota na vontade humana, a ação prática ou política. Portanto, diferenciando-se do materialismo vulgar compreendendo a matéria como ontologicamente dada, a filosofia da práxis tem a função de transformar a matéria; é na expressão da superestrutura que se consubstanciam a vontade de reparação, revolução, reforma, reação, conservação, etc.. É nessa amplitude que se darão as disputas pela hegemonia para a transformação dos produtos históricos da relação homem-natureza (GRAMSCI, 1999; LIGUORI; VOZA, 2017).

A filosofia da práxis como base epistêmica e metodológica representará a égide sob a qual o produto deste trabalho intenta dar-se forma e a constituição de seu conteúdo. No fazer científico, a prática colocada pela realização social de classes e suas lutas engendradas na realidade concreta tomam centralidade nas direções do qual, o objeto repousa no real pensado. A prática das classes hegemônicas e seu contrário, classes subalternas, compõem o campo possível das experiências advindas da sociedade civil (GRAMSCI, 1999; 2007a).

A condição de operar e transformar a realidade tida como necessidade histórica, baseia-se na concepção de que

para a filosofia da práxis, a “matéria” não deve ser entendida nem no significado que resulta das ciências naturais (física, química, mecânica, etc., e estes significados devem ser registrados e estudados em seu desenvolvimento histórico), nem nos significados que resultam das diversas metafísicas materialistas. As diversas propriedades físicas (químicas, mecânicas, etc.) da matéria, que em seu conjunto constituem a própria matéria (a não ser que se recaia numa concepção do númeno kantiano), devem ser consideradas, mas só na medida em que se tornam “elemento econômico” produtivo. A matéria, portanto, não deve ser considerada como tal, mas como social e historicamente organizada pela produção e, desta forma, a ciência natural deve ser considerada essencialmente como uma categoria histórica, uma relação humana (GRAMSCI, 1999, p. 160)

Gramsci quebra com algumas concepções de seu tempo que empurravam ao marxismo aceções de rupturas metodológicas alinhando-se com o positivismo, por exemplo, em Bukharin sobre os dois tipos de filosofia no marxismo, as teses apresentadas na Segunda Internacional, em Bernstein e nos partidos da social-democracia.

Assim como crítica a alguns expoentes do marxismo e do materialismo vulgar, Gramsci (2007b) trava um embate importante da apropriação que os “neo-idealistas” como Croce, Gentile e Sorel¹⁴ realizam da filosofia da práxis. No caso dos italianos, Gramsci antes da sua ruptura para o marxismo “defende o pensamento hegeliano e seus principais representantes na Itália, Croce e Gentile, os quais eram, antes do fascismo, os defensores de um pensamento

¹⁴ Benedetto Croce: filósofo italiano proveniente de Nápoles, um dos mais importantes filósofos da primeira metade do século XX. Idealista, tomando como base Hegel, desenvolve seu pensamento de acordo com a dialética hegeliana. Autor importantíssimo para a concepção dialética de Gramsci, que depois da prisão em 1926 se afasta de Croce e aproxima-se de Marx. Ver mais sobre a relação de Gramsci e Croce em Bianchi (2007; 2019). Ao lado de Croce, Giovanni Gentile forma um dos expoentes do pensamento idealista e liberal da Itália, um papel importante na cultura do *Risorgimento* e, também do começo da formação intelectual de Gramsci. Ver em Gramsci (2007b). Georges Sorel, francês, no período do século XIX e XX se estabelece como um dos principais expoentes do sindicalismo revolucionário e da ciência política. Importante autor ao qual Gramsci reformula algumas categorias como “bloco histórico” e “mito”. Sobre a relação intelectual de Sorel e Gramsci ver em Del Roio (2018) e Galastri (2015).

liberal.” (LOSURDO, 2006, p. 292). Antes do cárcere¹⁵, Gramsci crítico do Partido Socialista Italiano (PSI), se aproxima do PCUS – Partido Comunista da União Soviética – de Lenin na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), levando-o à luta política pelo partido sendo protagonista na fundação do Partido Comunista Italiano (PCI). Brevemente, esses são alguns dos caminhos que levam Gramsci à ruptura com o pensamento neo-idealista, materializado-as nos *Quaderni*.

Na filosofia crociana, a filosofia da práxis se torna um “cânone empírico de investigação histórica” (GRAMSCI, 2007b, p. 33). A associação da filosofia da práxis com outras filosofias revela o caráter importante desta para o combate das ideologias pré-capitalistas que se fixaram no terreno das tendências morais e culturais, como a religião, por exemplo. O problema se coloca no caminho da nova e original filosofia, que tem por meio das outras tendências intelectuais e ideológicas, uma redução de sua ação filosófica como na vontade superestrutural e sua relação com as condições materiais da estrutura. Para Gramsci (2007b, p. 35) “a filosofia da práxis tinha duas tarefas: combater as ideologias modernas em sua forma mais refinada, para poder constituir o próprio grupo de intelectuais independentes, e educar as massas populares, cuja cultura era medieval.”.

O problema que se encontra nas filosofias idealistas é que essas não têm aporte metodológico para a segunda tarefa. Educar as massas intelectual e culturalmente para uma possibilidade de superação da cultura das altas classes é na teoria e na abstração idealistas uma impossibilidade pedagógica. O que seria então a afirmação de uma filosofia da aristocracia que por vezes pode influir na juventude, porém somente na condição de “se tornar política imediata e ocasional” (GRAMSCI, 2007b, p. 35).

A discussão engendrada por Marx na *Ideologia Alemã* e que percorre o pensamento marxiano até os dias atuais sobre ideologia e a sua diferença em relação à ciência é por vezes divergente e contraditória. Gramsci não conheceu esse escrito em específico devido a sua publicação póstuma entre os anos 1920-1930 (LIGUORI; VOZA, 2017). Contudo, as discussões de ideologia presentes no pensamento gramsciano são relacionadas à passagem da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, aos escritos de Croce sobre a ideologia em Marx, alguns escritos de Antônio Labriola, em Lenin e Engels.

¹⁵ Quando Gramsci era secretário-geral do partido (PCI), foi preso pelo fascismo em 8 de novembro de 1926, tinha 35 anos. Pouco tempo depois de preso, em cartas para a cunhada Tatiana Schuch, manifesta um projeto de escrita intelectual para construir uma teoria consistente. Os cadernos têm cerca de 2500 páginas divididos em 33 cadernos escolares. Ver mais em Coutinho (2011).

Numa crítica a afirmação de Croce da filosofia da práxis conceber a superestrutura como apenas uma ilusão imagética, ilusória, quanto que a economia seria a verdade em si, Gramsci (1999, p. 387) formula a concepção de que para a filosofia da práxis, as ideologias são fatos reais historicamente constituídos que devem ser combatidos revelando assim, sua natureza política para além da moralidade. Isto é, “para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis”.

A superestrutura – como campo que abarca as ideologias – é uma formação não ilusória, mas real onde se colocam as operações em disputa para a hegemonia. É a partir dela que os homens tomam consciência da sua posição social, sua tarefa na divisão social entre essas posições. O que implica dizer que “a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (GRAMSCI, 1999, p. 368).

Mas para Gramsci (1999) existe uma diferença clara entre a filosofia da práxis e as outras: essas outras são inorgânicas. Isso significa que as contradições se colocam em seus interesses próprios; sua historicidade se engendra após seu instrumento na realidade e só a partir daí advém a contradição. Já para a filosofia da práxis, por ter na sua constituição as próprias contradições históricas, não tende a resolução pacífica que culminaria numa dominação da classe dominante sobre a subalterna. Intenta-se, portanto, a educação das classes subalternas para que essas possam exercer a hegemonia.

Portanto, conferir uma neutralidade às filosofias ou às ciências é não reconhecer as disputas históricas personificadas nas relações coetâneas. Mais do que isso, é também velar os conflitos da ordem material e simbólica, colocando assim uma condição propícia a uma dominação de classes. O próprio lugar dado a ciência, a política ou a filosofia só pode ser empreendido por um revestimento ideológico que permite esse lugar próprio.

Neste trabalho, a discussão aqui compreendida será a de Gramsci empreendida no *Quaderni* 11 em que o autor sardo tensiona a condição entre ciência e superestrutura, ou seja,

Colocar a ciência como base da vida, fazer da ciência uma concepção do mundo significa recair no conceito de que o materialismo histórico tem necessidade de outro sustentáculo fora de si mesmo. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia (GRAMSCI, 1999, p. 175).

Até este ponto a discussão não se apresenta necessariamente como nova, já que alguns autores, inclusive na perspectiva marxiana como Lukács já vinham resgatando a categoria da

ideologia. O próprio Marx faz uma diferente acepção de ideologia entre suas obras da juventude até as mais maduras. O problema epistêmico de parar aí a abstração sobre ciência como uma forma de ideologia é não contemplar o aspecto de rigor e de especificidade que por fim diferenciam ciência e ideologia. O lugar da ciência torna-se próprio de si, mesmo que seu objetivo, seu fim último, não seja em si mesmo. Esse lugar próprio está ligado de acordo com o sentido dos desenvolvimentos permitidos nas forças produtivas, nas palavras de Gramsci (1999, p. 175)

Mas no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar à parte, pelo fato de sua reação sobre a estrutura ter um caráter de maior extensão e continuidade no desenvolvimento, sobretudo a partir do século XVIII, a partir do momento em que se deu à ciência um lugar à parte na opinião geral.

A opinião geral é fundamental para que se possa existir esse lugar próprio da ciência. Uma ideologia dominante numa formação social que exaure a possibilidade do espaço para a ciência como tal, é o fundamento da ciência como instrumento da ideologia da classe dominante. O exemplo que Gramsci nos dá – antes do século XVIII - é o da religião na Idade Média, mais especificamente, no caso da ciência árabe ser tida como bruxaria pelos cristãos. A ciência dos árabes não encontra um lugar próprio com o rigor necessário, portanto, por mais que sejam eficazes ou capazes de desvelar o real, a dominação ideológica ocidental não concederá o espaço de ciência para os conhecimentos advindos do povo árabe. Isso não quer dizer que a medicina árabe não fosse uma ciência, apenas que na dominação superestrutural à época referida, a tecnologia não pode ser consagrada em seu lugar específico. Essa é a importância de estabelecer ciência como superestrutura.

Portanto, Gramsci conclui que

A ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de hipóteses, que superam o próprio fato objetivo. Neste campo, porém, tornou-se relativamente fácil separar a noção objetiva do sistema de hipóteses, através de um processo de abstração que está inserido na própria metodologia científica, apropriar-se de uma e recusar o outro. De tal modo, uma classe pode apropriar-se da ciência de outra classe sem aceitar sua ideologia [...] (GRAMSCI, 1999, p.175).

Por fim, essa relação entre ideologia e ciência se separa e adquire importantes espaços no pensamento gramsciano. A diferenciação entre hipótese, ou sistema de hipóteses do fato objetivo é o modelo pelo qual uma classe utiliza da ciência desenvolvida por outra, sem

necessariamente importar também sua ideologia. O produto do pensar gramsciano recebe aqui uma atenção necessária. Ao dizer “uma classe pode apropriar-se da ciência de outra classe sem aceitar sua ideologia”, Gramsci não só compreende e concebe um lugar próprio para a ciência, mas como também a relação da apropriação da ciência pela ideologia de classes ou grupos. A teoria de Marx não nasce estritamente da classe trabalhadora, mas ela pode apropriar-se dessa ciência para sua ação orientadora na filosofia da práxis. A evidência clara dessa apropriação da ciência numa luta pela hegemonia nos âmbitos político-ideológicos é a famosa frase de J. Robert Oppenheimer “*I am become death, the destroyer of worlds*”¹⁶ (HIJIYA, 2000). Parafraseando a escritura hindu de *Bhagavad-Gita*, a frase dita em 16 de julho de 1945 refere-se ao advento da bomba atômica. Oppenheimer, um dos cientistas do projeto que por produto final gerou a bomba atômica, se coloca como um cientista, mais especificamente, um físico, que no lugar próprio da ciência como campo na superestrutura, viu seu projeto apropriado para a guerra e para a ideologia na qual a sua época dominava o cenário geopolítico e das produções materiais. O físico se coloca não como um cientista – lugar próprio da superestrutura, consubstanciado pela ideologia - desejando criar uma bomba atômica, mas sim como um cientista que viu produto do seu fazer apropriado para uma disputa simbólica e visceral. A ciência, portanto, é sempre revestida de ideologia.

Para Gramsci (1999, p. 174) “Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal”. Se isso acontecer, a ciência estará fadada a repetição de seus conhecimentos. Dessa forma, a ciência também é uma categoria história, condicionada junto ao desenvolvimento das formações sociais. Outra noção chave do autor para a constituição da ciência é a de que não é a objetividade do real que interessa a ciência, mas sim “a relação entre o homem e a realidade com a mediação da tecnologia” (GRAMSCI, 1999, p. 174). Nesse sentido, o que se objetiva neste trabalho não é a objetividade do advento da agroecologia no campo, mas sim a relação do trabalhador rural diante as particularidades encontradas na questão agrária brasileira e a mediação da tecnologia consubstanciada na educação autogestionária e a transição agroecológica.

1.1.1 Procedimentos de pesquisa

¹⁶ “Eu me tornei a morte, a destruidora de mundos”

Em direção à construção dos resultados do objetivo geral proposto **decifrar o salto rumo ao novo** - foram realizadas análises documentais oficiais emitidas pelo próprio MST, buscando significações de agroecologia desde a primeira vez que o termo aparece. Para que essas significações não representem meras posições de signo estáticas de significado pleno, a interpretação com a enunciação tomará centralidade no corpo analítico.

Tal forma analítica se afasta da Análise do Conteúdo proposta por Bardin (1997) por não partilhar do significado como a parte estrutural mais importante da enunciação, nem na repetição e frequência como centralidade. Espistemologicamente são condições insuperáveis entre o que se pretende aqui e Análise de Conteúdo.

Por se tratar das construções teóricas de Gramsci, a análise do MST ocorrerá como um sujeito da práxis, isto é, um sujeito que representa e ocupa espaço na luta pela hegemonia no Estado. Portanto a Análise do Discurso (AD) de Bakhtin (2006) também não será empregada. É evidente que existem neste trabalho correlações que podem se aproximar de Bakhtin, contudo, o resgate do inconsciente em Freud do autor russo estabelece uma barreira para esse sujeito da práxis. Para que isso pudesse ser possível, a discussão entre Real e Realidade¹⁷ seria necessária, o que poderia fugir do objeto de pesquisa.

No curso deste trabalho, a análise que depreendeu-se aqui repousa na análise documental levando em conta as dimensões de periodização e correlação de forças entre sociedade civil e política subsumidas nas significações e nos significantes introduzidos pelos próprios documentos assinados pelo Movimento.

Ao que se pretende, a análise do MST como um sujeito coletivo da práxis, refere-se a posição consciente assumida nos documentos oficiais e em suas enunciações voltadas para um outro interno e externo ao Movimento. Não se busca chegar à realidade concreta e neutra como se propagam nas mediações epistêmicas do empirismo ou funcional-positivismo. Esta forma de análise em certa medida assume as correlações do próprio pesquisador com o objeto de pesquisa e, sobretudo, visa construir uma forma de posição assumida pelo MST quanto à

¹⁷ O real concreto estabelecido por Marx reflete às condições estabelecidas num modo de produção sobre os indivíduos inseridos sob a sua lógica. No caso do MPC, a contradição capital e trabalho impõe sobre as classes formas de relações sociais determinadas em última instância no campo econômico que se conscientizam no campo político e ideológico. A própria classe se forma na luta política, sendo os indivíduos representantes de suas classes (ver Poulantzas (1975) Gramsci (2007a) e Marx (2013)). Com o avanço da psicanálise e do desenvolvimento dos estudos sobre o Inconsciente em Freud, Lacan estabelece três registros: Imaginário, Simbólico e Real. Esse Real, de maneira introdutória, é o campo das impossibilidades, sendo o simbólico seu ponto de acesso por ser o registro definidor do impossível. A realidade seria o campo em que o sujeito age e sofre a ação além da realidade psíquica na qual o campo da análise psicanalítica se desenrola (ver em Lacan (1988; 2005) e Freud (1996)). Evidentemente, ao considerar o inconsciente numa análise, tais questões devem ser explicitadas, ainda mais no caso de um trabalho materialista que busca num sujeito consciente (MST) as suas formas de representação.

agroecologia nas dimensões temporais, políticas e sociais. É no campo dessas análises que se encontram a soma dos saberes produzidos pelo autor desta dissertação, a análise dos documentos, o saber de outros autores e camponeses e a posição crítica que algumas dessas condições se insurgem dentro do próprio MST.

Outra razão por nenhuma forma específica de análise ser empregada nas mediações metodológicas se dá pelo fato de que nas pesquisas atuais em Administração e na grande área de Estudos Organizacionais se desenvolve uma espécie de fetichização pela técnica de análise empregada. Por vezes, a falta de uma formação mais profunda nas formas de análise retorna em textos, dissertações, teses e artigos como afirmação positiva do que, e de como se pretendeu analisar sem a devida precaução epistêmica entre o método e procedimentos metodológicos. O problema, portanto está na ordem da utilização das metodologias de análise e não na metodologia em si.

Os objetos das categorias analisadas já são objetos do real pensado, isto é, objetos de natureza distinta. O fato de serem de natureza distinta não significa, por fim, que não são objetos advindos diretamente do real concreto, mas sim, que fizera um caminho metodológico específico para a sua concepção e apreensão. O exemplo mais comum é o de modos de produção de Marx (2013). A categoria modo de produção não é uma similitude do real concreto, ela é uma categoria do real pensado que exprime diretamente uma relação consubstanciada na realidade material compartilhada pelos sujeitos no campo do trabalho.

Como já comentado acima, a análise será de vias indiretas e diretas, em termos mais acadêmicos, em fontes secundárias sendo elas: os documentos escritos oficialmente emitidos pelo MST e os anais dos congressos oficiais do Movimento.

A questão interpretativa do texto, de um enunciado, de uma fala, discurso, etc. inseriu-se na história da humanidade tensionada e questionada diversas vezes. Temos desde a hermenêutica uma interpretação dos discursos dos sujeitos de variados lugares e épocas da história até as novas formas de análise discursivas (ORLANDI, 2009).

A palavra como enunciado jamais nasce espontânea já que todo enunciado é uma construção dada pelas relações materiais e ideológicas anteriormente estabelecidas. Nesse sentido é que servem de tramas para os domínios e são indicadoras não apenas das transformações, mas também do estado em que as forças produtivas e a superestrutura se encontram no tempo presente.

Sendo a palavra esse indicador, aí reside a importância de entender em que espaços estão e foram enunciados os discursos voltados à agroecologia nas escolas e outros assentamentos do MST. Reconstruir desde a primeira vez que a palavra agroecologia aparece

num documento do MST é mais do que um marco simbólico. É a possibilidade da apreensão das condições – tanto materiais quanto ideológicas e políticas – que rumaram ao escopo educativo do Movimento deixar as formas de relação homem-terra baseadas em venenos e de agressão ao próprio homem e ao meio ambiente.

Os documentos selecionados foram notas, cartilhas, textos para congressos, jornais e revistas do próprio Movimento, construídos pelo MST, de suas lideranças ou de associações que o Movimento assina em conjunto, como é o caso da Via Campesina. O espaço temporal refere-se ao intervalo de tempo entre 2000 e 2019. Esse intervalo fora considerado pela entrada oficial da agroecologia no Movimento no ano de 2000 e pelas novas acepções que o termo foi variando em seu sentido. A seleção ou exclusão dos documentos foram realizados pela presença ou não de critérios como: a) diferentes acepções de agroecologia; b) novas dimensões em conjunto com o termo; c) diferente conexão estabelecida entre o enunciado e o alvo da enunciação (Estado, representantes políticos regionais, comunidade acadêmica, assentados do Movimento, etc.); d) conjecturas econômicas ou políticas distintas no momento da publicação dos documentos.

1.2. ESTRUTURA DO TRABALHO

Nos capítulos seguintes o leitor se deparará com a construção deste trabalho que na estrutura capitular se encontra de acordo com o seguinte ordenamento: no capítulo 1 – capítulo presente -, a construção inicial do objeto de pesquisa e as particularidades da relação pesquisador-método-objeto. Na seção 1.1, uma discussão introdutória do método como filosofia da práxis e sua importância para a constituição de mediação teórica buscando responder inicialmente a questão: **Por que Gramsci?** Seguidos deste, os capítulos 1.1.1 que propiciará uma introdução aos procedimentos de pesquisa e na estrutura do trabalho na seção atual.

No segundo capítulo, dividido em três grandes partes: a primeira contém as bases epistemológicas e teóricas do modo de produção, trabalho, valor e outras categorias importantes ao marxismo que depreendem-se para que o leitor possa compreender a tradição na qual a produção epistêmica deste trabalho parte, e para que seja possível a construção da dimensão crítica, ao mesmo tempo pontuando a posição do pesquisador na relação com o objeto de estudo. A segunda lança um breve olhar histórico-crítico para a questão agrária. O terceiro sobre a questão agrária brasileira, suas singularidades e as relações de produção

estabelecidas desde a inserção do escravismo colonial. A partir desse ponto, o texto busca instituir o MST como sujeito coletivo protagonista na produção político-econômica. A agroecologia e sua ligação com o Movimento é a base que essa grande parte busca esquadrihar, delineando a agroecologia desde sua entrada no MST até os dias atuais.

No capítulo 3, Consciência política coletiva: os produtos políticos que compõem territorialidades foram explicitados alguns campos da produção do movimento buscando apreender nas territorialidades, as formas excedentes de produção – soberania alimentar, tecnologia social e organização - que possibilitam ao Movimento uma posição na disputa política, uma reivindicação no nível social que se exterioriza do campo ético, individual e subjetivo seguindo pelo caminho da consciência política coletiva em seus três níveis: econômico-cooperativo, ético-político e o último no qual pode-se conceber a consciência política coletiva.

2. FUNDAMENTOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: JEAN VALJEAN ENTRE A ONDA E A SOMBRA

O período de consolidação do modo de produção capitalista como dominante compreende o início do século XIX e ao largo de suas décadas tem de vez seu lugar de reino. Destronada foi a antiga monarquia – em alguns lugares hostilizadas, mortas, já em outros ela se manteve como uma lembrança simbólica dos senhores do passado – de seu reinado. Com o desenvolvimento das forças produtivas, relações de produção que germinavam nos antigos modos tomavam formas mais abrangentes e, portanto erigiam-se novas classes, novos símbolos, valores, novas explorações e novas formas de organização na formação social.

Não há, pois de se surpreender com o que se desenvolvia no campo da ciência e da estética nesse período. Charles Darwin, em 1859, publicava o conhecido *The origin of species*; Mary Shelley, *Frankenstein* em 1823; Édouard Manet pinta *Le déjeuner sur l'herbe* em 1863; Machado de Assis com *Dom Casmurro* em 1899; Arthur Schopenhauer publica *Die Welt als Wille und Vorstellung* no ano de 1819; Fiódor Dostoiévski escreve em 1866 *Prestuplénie i nakazánie*; Piotr Tchaikovski compõe seu primeiro balé *Lebedinoye Ozero* em 1876; Victor Hugo publica a obra *Les Misérables* em 1862 e Karl Marx publica em 1867 *Das Kapital*.

Ao analisar a perspectiva materialista entende-se que é no cotidiano que se dá a produção e a reprodução da vida material e, portanto é pela via do cotidiano que se possibilita a recepção e a consciência da realidade. Lukács (2018) define duas categorias de formas “puras” de realidade que extrapolam o campo do cotidiano, portanto tem relativa autonomia em relação à sociedade e ao campo material e, portanto

Os reflexos científico e estético da realidade objetiva são formas de reflexo que foram se constituindo e diferenciando, cada vez mais claramente, no curso da evolução histórica, e que têm na vida real seu fundamento e sua consumação última (apud NETO, 2013, p.18)

A arte e a ciência se distinguem do cotidiano, porém são reflexos de uma mesma realidade objetiva. O que difere cotidiano de arte e ciência são seus conteúdos e suas formas, os quais têm autonomia sobre suas constituições e especificidades independentes. (NETO, 2013).

Este trabalho como esforço de rigor científico se repousa nas especificidades desse campo e extrapola o cotidiano devido ao seu método de tratamento de apreensão da realidade e as análises que serão realizadas ao longo desta dissertação.

2.1 MODO DE PRODUÇÃO: DESENVOLVENDO A RELAÇÃO ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA E O POLÍTICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Anatomicamente, o processo de apreensão do que Hegel chamou de sociedade civil - *bürgerliche Gesellschaft* – devido à separação entre a figura do Estado e a formação social feudal, tríade família, sociedade civil e Estado, deve ser orientada para a economia política (MARX, 2016; HEGEL, 1997).

As relações jurídicas dessa *bürgerliche Gesellschaft*, bem como suas formas de Estado ou suas disputas entre frações sociais políticas, para Marx (2016) não se explicam em si mesmas. Tampouco ao percurso do espírito humano e suas contradições formadoras das sínteses hegelianas. Como já exposto na seção sobre o método, a apreensão da realidade no idealismo alemão construía caminho importante, estava apenas às avessas.

Marx em 1859 avança no que havia escrito em 1852 sobre as condições de existência das forças produtivas e suas relações. Enquanto que em 1852 ele escreve: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1961, p. 203). No célebre prefácio a *contribuição à crítica da economia política* de 1859 já de maneira mais aprofundada nas leituras da Economia Política retoma a sua escrita e logo depois a complementa: “na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinantes, necessárias, independentes da sua vontade” o ponto de evolução que baseará seu próximo raciocínio é: “relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.” (MARX, 2016, p. 5). Estrutura é o conjunto dessas relações de produção material. É a partir e sobre ela que se constitui um conjunto de normas e relações políticas e jurídicas pelas quais os indivíduos tomam consciência em determinadas formas sociais.

A consciência de si que Hegel pensava a partir das contradições no plano ideal, para Marx reside nas contradições das condições materiais, portanto, na realidade. Cabe ao indivíduo apreender essas contradições do real, não formulá-las em sua atividade mental e transferi-las para o real.

É a partir dessa leitura que a categoria ideologia no marxismo ganha uma nova dimensão, ampliando o sentido em *A ideologia alemã* e possibilitando uma nova forma de interpretação como sendo o campo pelo qual os indivíduos tomam ciência dos conflitos gerados a partir da estrutura (MARX, 2016; MARX; ENGELS, 1986).

Uma vez erigida a superestrutura, a sua relação com a estrutura é o caminho viável para o entendimento do período sócio-histórico que se pretende analisar. Gramsci (2007a) retoma um problema central das interpretações economicistas do real e sintetiza uma crítica às correntes que chama de economismo (ou economicismo), com origem na filosofia da práxis da corrente neo-idealista e em medida no liberalismo resultando numa filosofia pela livre troca, ou num sindicalismo teórico. A concepção deságua pela livre troca, ou como fim último na formulação: tudo se resume ao econômico.

O problema se dá na ordem teórica quando não se leva em consideração a ordem prática de diferenciação entre sociedade civil e sociedade política na formação do Estado integral. No liberalismo essa não distinção apresentada como orgânica leva a edificação de que economia é atividade da sociedade civil e não compete ao Estado uma interferência na sua regulamentação. Por isso a importância analítica teórica da relação entre estrutura e superestrutura. Na leitura da filosofia da práxis gramsciana, Sociedade civil e Estado se correlacionam, portanto o projeto do liberalismo é também por excelência projeto político. O próprio liberalismo não enxerga essa identificação, ao contrário, realiza uma separação metodológica e personifica no Estado um ente ulterior da relação sociedade civil e política. Portanto, pelas forças político-jurídicas de coerção exercidas, o projeto liberal não é uma espontaneidade econômica, mas um programa político de regulamentação de origem estatal para um fim determinado no campo econômico. Logo, não se concebe Estado “liberal” – expressão superestrutural do capital – sem interferência política nas relações de produção materiais – expressão estrutural (GRAMSCI, 2007a).

A construção que Gramsci apreende de sociedade civil em seu sentido específico partilha nas obras do cárcere mais de um significado. Por vezes se coloca como a noção hegeliana “no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2007a, p. 225). Na mesma passagem mais a frente, Gramsci difere da concepção de sociedade civil da Igreja Católica medieval. O que nos interessa aqui é a constituição gramsciana de sociedade civil, na qual todas as vezes que esse termo aparecer daqui para frente terá significado como o que está a ser construído.

Para além da constituição do Estado integral: conjunto da sociedade civil e sociedade política, a noção de *homo oeconomicus* se faz necessária. Apreende-se como sendo a

abstração das atividades econômicas em formas sociais específicas. Isto é, “entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil” é esta que “deve estar radical e condicionalmente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica.” (GRAMSCI, 1999, 324). Mais um constructo é importante para conceber um caráter duplo da sociedade civil. A hegemonia para ser exercida politicamente deve ser objetivada antes de um grupo social ascender à direção estatal, a classe deve ser dirigente das classes adversárias e se torna dominante quando assume o Estado (GRAMSCI, 2002a).

Tendo este pequeno arcabouço, tem-se que “a sociedade civil no sentido gramsciano, é a esfera da atividade política por excelência, enquanto lugar em que aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo)” nas quais essas organizações objetivam-se na “transformação do modo de pensar dos homens” (LIGUORI; VOZA, 2017). Para além dessa transformação do modo de pensar, a própria sociedade civil é condição de coerção advinda da lei e da norma, sendo assim forma de dupla relação ao se colocar na lógica da coerção e, ao mesmo tempo, na transformação social.

O fato de a superestrutura ser um conjunto de relações de regulamentação elevado a partir dos conjuntos de relações produtivas materiais, não significa que ambos não tenham dependências, fenômenos e contingências específicos de características ambivalentes e de certa determinação recíproca.

Deve-se entender as relações tanto econômicas quanto políticas como construção das relações de dominação a partir da luta de classes e seus destinos na história. Estamos exaurindo, portanto, a concepção “deducionista” e naturalista do movimento das formas de representação do capital na história. É nessa linha que Fiori (2003, p. 110-111) argumenta que

São frágeis todas as teorias quando tentam dar conta das transformações e dos regimes a partir de fases ou etapas do desenvolvimento capitalista, ou a partir de vias ou caminhos a que estaria submetida toda e qualquer industrialização. Nessa linha se inscrevem as ideias a respeito de Estado absolutistas que seriam sucedidos por Estados liberal-parlamentares que, por seu turno, dariam lugar a Estados fascistas ou do Bem-Estar Social. Nessa mesma direção situam-se as teses sobre revoluções burguesas que gerariam Estados liberais e revoluções “pelo alto, passivas” ou “conservadoras” que, processadas através do Estado, dariam nascimento, em consequência, a regimes de variado matiz autoritário.

A vontade e a iniciativa política e intelectual são uma expressão orgânica das necessidades econômicas. Necessidades essas que movem e determinam em certo grau os interesses de classes, grupos e frações sociais, ou seja, os grupos, classes sociais são produto

direto das necessidades sócio-históricas constituídas na esfera da existência da produção material. A partir dessa incursão, outra luta se dá na esfera da superestrutura, conflitos que representam e refletem diretamente a luta de classes. A luta política por hegemonia é a forma pela qual os embates históricos entre classes podem ser racionalizados e conflitados de forma ideal, apesar de que, algumas dessas construções hegemônicas na sociedade política podem extrapolar o campo ideal, retornando ao material e impondo uma forma de governo mais visceral, desvelando seu caráter supostamente pacífico nas democracias republicanas burguesas - vide as ditaduras na América Latina no século XX. A forma ideal do embate não representa apenas uma guerra de abstrações, ela retorna como guerra de posição e guerra de movimento (GRAMSCI, 2007a; BORON, 1994).

O caráter importante sobre a hegemonia que se busca nessas relações é de que:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007a, p. 48).

A hegemonia, portanto, não é exercida como na relação entre senhor e servo, em outras palavras, não é exercida pela força entre o grupo político dominante sobre os outros. A hegemonia se dá no campo ético-político, pois fundamenta sua direção a partir de concessões de interesses comuns entre o partido político representante no poder, e os grupos sócio-políticos que apoiarão tais concessões, isto é, alianças que possibilitam estabilidade ao núcleo que maneja e reproduzem os fundamentos das atividades econômicas.

A relação precisa entre estrutura e superestrutura no âmbito do materialismo histórico dialético deve ser central na apreensão da realidade. Colocado de forma importante por Gramsci (2007a), à medida que se desenvolvem e se reorganizam a produção econômica, os elementos superestruturais não devem ser deixados a si mesmos como uma germinação espontânea. O Estado assume de forma punitiva a função regulamentar das organizações do mundo produtivo. Vale notar que o contexto de Gramsci quando constrói categorias – mais especificamente no caderno 13 - entre 1932 e 1934 é de consolidação do modo de acumulação e ritmo de trabalho taylorista e fordista.

A separação do trabalhador que planeja e do que executa marca esse período e imprime um ritmo de trabalho, produção e acumulação até então inéditos no modo de produção capitalista. É o ápice formal do funcional-positivismo na estrutura do trabalho e nas relações político-jurídicas que por sua vez regulavam essa hegemonia de ordem burguesa e industrial. A escola das relações humanas, construção epistêmica que sucedeu e legitimou no âmbito superestrutural a escola da administração científica, atuou de forma prescritiva na regularização e na normalização das relações anteriormente estabelecidas. (TAYLOR, 1995; FARIA, 2011; MOTTA, 1986; TRAGTENBERG; 2004).

No início do século XX, Taylor (1995) materializa nos campos industriais e fabris a separação de Descartes (2004) entre *res cogitans* e *res extensa*, dessa vez não nas vias da formação do sujeito iluminista, aquele pelo qual o método a partir a razão (capacidade de duvidar, *cogitans*) liga-se à capacidade do raciocínio e Deus¹⁸, mas sim ao sujeito da excelência fabril, entre o tipo bovino – aquele que executa a ação no âmbito do trabalho - e a figura do administrador – aquele que planeja a ação no âmbito do trabalho e do controle.

O método de separação e escolha dos trabalhadores executores a partir dos planejadores mais bem disposto na divisão social do trabalho se dá em formato de lei baseado em quatro princípios simples:

- Primeiro – Desenvolver para cada elemento do trabalho individual uma ciência que substitua os métodos empíricos;
- Segundo – Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia;
- Terceiro – Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida;
- Quarto – Manter divisão equitativa de trabalho e de responsabilidades entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais bem aparelhada do que o trabalhador; ao passo que no passado quase todo o trabalho e a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário (TAYLOR, 1995, p. 40-41)

Esses princípios possibilitam a análise das mudanças nas relações de produção e suas respectivas forças produtivas necessárias para a realização do trabalho. Ressalta-se aqui o

¹⁸ A separação entre *res cogitans* e *res extensa* possibilitou por meio do método da dúvida (substância do *res cogitans* – coisa duvidante) a afirmação cartesiana do sujeito racional. Isto é, se o sujeito com capacidade de duvida empreende nas experiências vividas pela *res extensa* (impuro, imperfeito, mundo sensível) a grande questão: se tudo é passível de dúvida existe algo de que não se possa duvidar? Para Descartes, a única verdade que não se pode duvidar é a própria capacidade de duvidar. A ligação da *res cogitans* com Deus se dá por esse método, já que o sujeito que vive mediado pela *res extensa* é capaz de pensar Deus (objeto de perfeição e não finitude), logo existe uma relação da capacidade de raciocínio com Deus (2004). Método semelhante em certa medida com o desenvolvido pelo retorno a Platão de Santo Agostinho.

segundo princípio e as discussões que se engendrarão no decorrer deste trabalho sobre a educação no âmbito do trabalho e a autoeducação dos trabalhadores, nesse caso a educação no campo.

É evidente que tais mudanças no ritmo do trabalho e produção já germinavam antes de Taylor e só foram possíveis devido às condições que se encontravam o desenvolvimento das forças produtivas até então. Tanto o fordismo e o taylorismo não proporcionaram uma mudança revolucionária nos meios de produção, mas sim uma mudança expressiva na organização e na divisão do trabalho.

Evidencia-se aqui essa discussão quando observamos mais de perto o que se entende por modo de produção. Marx teve importância fundamental nesse processo por atribuir a história como ciência e apreender do real, categorias de análise que antes imbuíam significados perpassados pela moralidade burguesa, religiosa e feudal. Ao invés de sociedade, o termo de maior rigor científico é formação social. Com a especificidade dos termos é que construímos o pensamento mais próximo ao objeto pensado partindo do real (MARX, 2011; ALTHUSSER, 1999).

Destarte, Althusser (1999, p. 42) escreve “toda formação social concreta depende de um modo de produção dominante”. Logo, existem em concomitância modos de produção atuando sobre a formação social, apenas um deles é o dominante e é este, por sua vez, que impõe aos outros suas especificidades. Os dominados se encontram nessa condição, pois ou são modos de produção do passado que estão em vias de deterioração pela antiga formação social, ou estão nascendo no seio de uma transição.

O que determina um modo de produção é a unidade entre as forças produtivas¹⁹ e as relações de produção. De forma a facilitar a exposição dessa unidade, separemos os blocos de forças produtivas e relações de produção. O primeiro é caracterizado pelo conjunto entre meios de produção e forças de trabalho. Os meios de produção caracterizam e determinam os possíveis ritmos de trabalho e produção, as forças de trabalho – energia despendida de origem humana, animal, natural e outros – transformam a natureza a partir do objeto de trabalho e os instrumentos do trabalho. O segundo (relações de produção) se refere à forma pela qual o processo de trabalho é organizado na relação entre os detentores do meio de produção e aqueles que utilizam-se da força de trabalho. É nesse âmbito que se dão as determinações hierárquicas e o processo decisório na produção, isto implica dizer que no modo de produção

¹⁹ O desenvolvimento das forças produtivas se dá pela organização/divisão do trabalho e às possíveis formas de objetificação do trabalho. A própria cooperação se coloca como força produtiva no campo do trabalho.

capitalista, as relações de produção se traduzem nas relações de exploração capitalista (ALTHUSSER, 1999).

Poulantzas (1975) sobre a unidade do modo de produção explicita as relações de produções como produto da luta de classes, na dupla relação entre as relações de produção entre os homens e a natureza. Na relação entre o não-trabalhador (proprietários dos meios de produção) e o produtor imediato (trabalhador que transforma a matéria mediante os objetos de trabalho e meios de produção).

É crucial, portanto destacar a propriedade econômica, que determina a propriedade jurídica do direito. O Direito é aparelho da superestrutura que vai dimensionar e legitimar a propriedade econômica da exploração do sobretrabalho inseridas e formadoras das relações de produção. Importantíssima a compreensão de que o modo de produção – nesse caso capitalista – só consegue sua legitimidade e consolidação pela relação entre estrutura e superestrutura nos contextos tecnológicos e na situação do desenvolvimento dos meios de produção da formação social específica sobre a qual atua (PACHUKANIS, 2017; POULANTZAS, 1975).

Para que exista um modo de produção deve-se compreender luta de classes, e por sua vez, a existência de movimentos de contradição entre classes sociais na luta de classes. Mais especificamente, o que define uma classe é a sua posição no processo de produção, portanto, é uma determinação do econômico. Para que não caiamos em economismos, Poulantzas (1975) caminha em direção ao entendimento de que as classes sociais são determinadas pelas posições na divisão social do trabalho ocupadas pelos agentes, posições que independem das vontades desses agentes. Essa análise é importante, pois empreende não só o papel determinante da estrutura na constituição das classes, mas reconhece o papel desempenhado pela superestrutura como mediações em certos aspectos do posicionamento de agentes na divisão social do trabalho.

Isso fica evidente, pois:

De fato, todas as vezes que Marx, Engels, Lênin e Mao procedem a uma análise das classes sociais, não se limitam somente ao critério econômico, mas se referem explicitamente a critérios políticos e ideológicos (POULANTZAS, 1975, p. 14)

Esse movimento de esforço teórico-prático, Poulantzas (1975) chama de determinação estrutural de classes, e diferencia da posição da classe na conjuntura. O segundo termo é resultado das particularidades de uma formação social específica e se materializa em sua individualidade histórica. Isso fica evidente no contexto do taylorismo na figura do

trabalhador de planejamento (administrador). Ele é mais específico e realiza um trabalho mais técnico, ocupando de certa forma uma posição mais expressiva na divisão social e hierárquica do trabalho diante o trabalhador executor (operário). Ou seja, sua determinação estrutural de classe ainda é na condição de vendedor da força de trabalho, não obstante, algumas atuações político-ideológicas o distanciam da realidade do proletário executor. Vale ressaltar que essa diferença de relação entre a determinação estrutural de classe e sua posição na conjuntura ocorre na história de maneira repetida e de acordo com a especificidade de cada formação social.

No caso de Jean Valjean, sua determinação estrutural de classes era numa posição extremamente rebaixada, quase que na situação do *Lumpenproletariat* tendo que buscar sua renda como jardineiro em tempos não-regulares de trabalho e, portanto nas situações mais extremas. Quando assume como *maire* e dono dos meios de produção de uma fábrica em *Montreuil-sur-Mer* a posição da classe na conjuntura tem uma atuação diferente que na figura do burguês clássico.

O que define de forma singular o modo de produção capitalista dentre os outros modos de produção historicamente acabados - no seu sentido de dominação, claro, porque eles não deixam de existir na materialidade em algumas realidades específicas – é uma complexificação da organização da produção nunca antes colocada nas formações sociais onde dominava o modo de produção feudal, escravagista ou asiático, por exemplo (MARX, 2011).

Essa complexa organização da produção advém do movimento que o capital pôde fazer nas formações sociais burguesas. É com a base metodológica de que o entendimento da anatomia do humano é a chave para o entendimento da anatomia do macaco, que se põe em questão o modelo de análise do modo de produção capitalista e o entendimento geral dos modos de produções já “acabados”. Dessa forma, resquícios e bases desses outros modos de produção são encontrados em partes genéticas da organização capitalista, todavia não se pode enxergar e conceber relações burguesas nos outros modos. Os povos que desenvolveram o mercantilismo e algumas organizações da produção que propiciaram o advento do modo de produção capitalista – fenícios, judeus, cartaginenses, lombardos, o cristianismo e depois o protestantismo. Nas relações burguesas de produção o capital é o início e o fim, ele é poder econômico onipotente na formação social (MARX, 2011; MÉSZÁROS, 2002).

O capitalismo, portanto é a personificação do capital. Dizemos capitalismo no sistema de produção cujo qual o capital e seus ciclos são colocados sob a lógica de divisão social e hierárquica do trabalho – persistem também nesse sistema a divisão sexual e internacional do

trabalho – no qual o valor produzido na transformação das mercadorias é apropriado tanto material quanto juridicamente na figura dos proprietários dos meios de produção, essa é a solução de reprodução sociometabólica que permite o início e fim maximizado no capital.

A partir da leitura dos escritos de 1859 de Marx, Gramsci (2007a, p. 36) aponta dois aspectos fundamentais

- 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações.

Além de nesse período de cárcere se aproximar do materialismo e se distanciar das concepções idealistas de Croce, Gramsci nos leva ao entendimento – a partir de Marx – de que a estrutura produtiva dos bens materiais leva não somente a tudo o que foi exposto, mas também determina as condições materiais das passagens revolucionárias entre as formações sociais. Isso implica que o movimento das mudanças históricas e sociais depende do estado do desenvolvimento das forças produtivas.

Portanto, a revolução das formações sociais não se dá pelas instâncias da superestrutura, mas sim pelas vias produtivas sócio-históricas. As formas de organização de um movimento qualquer depende necessariamente do desenvolvimento das forças produtivas, isso não significa que algumas ações não possam ser de certa forma organizadas por essas instâncias superestruturais. Evidente que depois da “longa disputa” pela dominação nos modos de produção, é necessário construir novas condições e relações político-jurídicas. Agora cuidado; tais mudanças superestruturais podem existir num mesmo modo de produção separados apenas por um período de tempo, já que a relação de produção e as forças produtivas sempre caminham para o seu desenvolvimento e, contraditoriamente para a sua dissolução. Por exemplo, não faria sentido pensar em uma instância política ou prática de proteção aos dados pessoais na Internet até o final século XX. Essa discussão só se deu devido ao desenvolvimento tecnológico que se decorreu de lá até os dias de hoje. Isso não significa uma mudança ou superação no modo de produção, sinaliza apenas a rapidez do avanço tecnológico nas metamorfoses da organização da produção e o aumento do trabalho morto (máquinas, meios de produção tecnológicos) que está substituindo gradativamente o trabalho vivo tradicional (emprego da força de trabalho nas mercadorias) (GRAMSCI, 2007a; MARX, 2013).

O trabalho estranhado²⁰ é intrínseco ao modo de produção capitalista uma vez que esse tem como característica as mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2007). O trabalho situado a partir das mediações de primeira ordem é constituído quando o homem transforma a natureza em objetos de valor de uso, valor esse que supre as necessidades de qualquer tipo (MARX, 2013). No capitalismo, as mediações de segunda ordem são caracterizadas quando esses objetos produzidos transacionam seu valor de uso em valor de troca gerando mercadorias que por sua vez gerarão novas mercadorias. Esse processo “coisifica” a agora denominada, mercadoria. O trabalhador que por sua vez, a partir das mediações da propriedade privada, não é dono do produto, constitui-se como estranhado, primeiro nesse processo do trabalho e em seguida alienado quanto à cadeia produtiva e as demais categorias da esfera do ser social (MÉSZÁROS, 2007).

Marx (2013) em *O Capital* inicia a sua análise com a apreensão da mercadoria, uma categoria formal abstrata que indica uma noção fundamental do funcionamento do modo de produção capitalista. A forma imediata de circulação de mercadorias dada por M-D-M contém um importante trabalho de pesquisa sobre as determinações da mercadoria (M) e do dinheiro (D). Toda mercadoria tem um caráter duplo de valor: o valor de uso e o valor (ou valor de troca²¹).

No modo de produção capitalista, a forma de circulação das mercadorias é dada por Marx na expressão: $D-M < \overset{T}{M_p} \dots P \dots M'-D'$. É nessa fórmula que Marx (2014) começa a apreensão da circulação do capital monetário. A força de trabalho (T) é representada juntamente aos meios de produção (M_p) que por sua vez são as componentes das forças de produção. Os três pontos usados entre e depois de P (processo de produção gerador do capital produtivo) representam “que a circulação do capital está interrompida, mas que seu processo cíclico avança ao sair da esfera da circulação de mercadorias para entrar na esfera da

²⁰ Estranhamento e alienação têm sido constantemente debatidos no marxismo acerca de duas especificidades. Apesar de serem por vezes tidos como sinônimos, alguns pontos importantes tem sido debatidos a partir de Hegel e Marx até os especialistas contemporâneos. Vale notar que Marx abandona o termo trabalho alienado bastante presente nas obras de juventude como nos manuscritos de 1844 e em seu lugar, a partir dos escritos mais maduros de 1859 e em *O Capital* trabalha com a categoria formal-abstrata de trabalho assalariado. Essa discussão se coloca dessa forma de acordo com os avanços da crítica da Economia Política e suas especificidades históricas e locais nas sociedades onde domina o modo de produção capitalista. Para Mézáros (2006), esse abandono (especificamente da categoria trabalho alienado para trabalho assalariado) não se dá de forma apenas crítica na busca de uma terminologia mais científica, mas sim porque as condições de alienação ainda presentes no escritos depois de 1858 (este trabalho não nega essa presença) a alienação em Marx deve ser entendida como necessidade ontológica. Sendo assim, a teoria da alienação em Marx jamais fora abandonada, pelo contrário, ela se deu de forma cada vez mais desenvolvida conforme a análise da formação social burguesa e no MPC.

²¹ O próprio Marx coloca os dois termos em homologia na terceira seção do primeiro capítulo de *O Capital* sob o termo *Wertform* (forma de valor).

produção” (MARX, 2014, p.117). Dessa forma, o capitalista tem uma nova mercadoria (M') que vai se traduzir no fim de um dos ciclos desse processo em dinheiro valorizado (D').

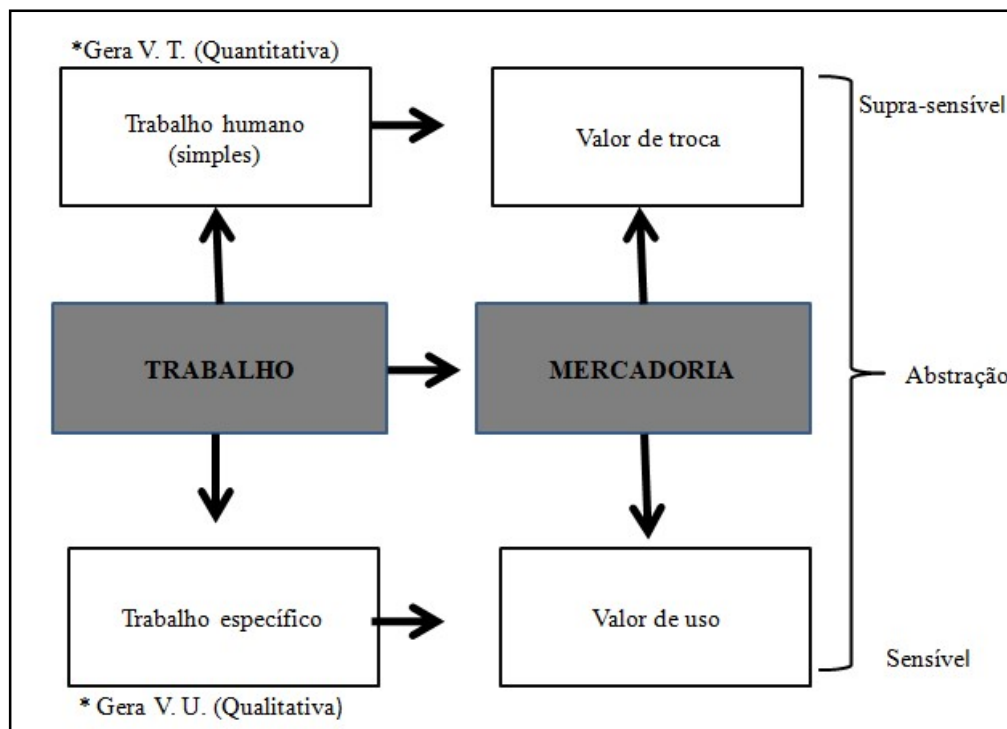
O valor de uso é aquele que satisfaz qualquer tipo de necessidade humana. Nota-se que Marx utiliza o termo necessidade humana, justamente por não se tratar de uma necessidade individual, social, local, nacional, internacional, etc.. Também satisfaz qualquer que seja o seu objeto de saciedade, seja no âmbito de necessidades fisiológicas, psicológicas, ideológicas, etc.. Mercadoria no seu caráter de valor de uso satisfaz uma necessidade qualquer, independente de sua ordem ou sua natureza. Para que essa forma de valor de uso possa ser materializada na mercadoria, um trabalho específico deve ser empreendido para a sua confecção. O exemplo clássico dado por Marx é o casaco e as 20 braças de linho. Para que se tenha linho, o trabalho específico que se deve empreender é a tecelagem, no caso do casaco, a alfaiataria. Como no caso da fábrica de vidrilhos de Jean Valjean, o trabalho específico realizado é o de confecção desses vidrilhos. O fim que esses vidrilhos terão e o resto dos tipos de trabalho ao longo processo produtivo serão caracterizados por outras qualidades e levarão a uma nova forma de geleiá desses trabalhadores (MARX, 2013).

O valor de troca é a expressão quantitativa que possibilitará às mercadorias serem equivalentes entre si. Para que mercadorias com qualidades diferentes e que satisfarão necessidades diferentes sejam permutáveis, um exercício de abstração tem de atuar no processo de produção dessas mercadorias. Por isso o trabalho tem um duplo caráter, além de específico, útil, ou individual, ele também é abstraído enquanto condição de trabalho humano. Por mais específico que sejam a produção de vidrilhos, a alfaiataria e a tecelagem, as três formas de trabalho são comuns ao dispêndio de força humana de trabalho. Diferente do trabalho específico, o trabalho humano simples tem sua *raison d'être* equitativa, dependendo do tempo de trabalho despendido para a realização de uma mercadoria. Assim temos que

[...] se em relação ao valor de uso o trabalho contido na mercadoria vale tão somente qualitativamente, em relação à grandeza de valor ele vale apenas quantitativamente, depois de ter sido reduzido a trabalho humano sem qualquer outra qualidade. Lá trata-se do “como” e do “quê” do trabalho; aqui, trata-se de seu “quanto”, de sua duração. Como grandeza do valor de uma mercadoria expressa apenas a quantidade de trabalho nela contida, as mercadorias devem, em dadas proporções, ser sempre valores de mesma grandeza (MARX, 2013, p. 123).

Com isso, o sistema que permite de forma sintética e didática expor algumas dessas correlações expressas na mercadoria do que foi construído se segue na imagem a seguir:

Figura 1: Trabalho concreto (específico) e trabalho abstrato (quantitativo)



Fonte: elaboração própria.

Portanto, o trabalho devido a sua dupla natureza gera mercadorias também de dois valores distintos. A partir desse ponto, as categorias científicas presentes nas obras de Marx se constituem e concebem uma forma de pensar as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. Uma delas é a relação entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

A força de trabalho, meio pelo qual os trabalhadores vendem em troca do salário, é também uma mercadoria. Mais especificamente, uma mercadoria especial, pois é a única que gera valor. A relação fundamental que possibilita as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo é o trabalho assalariado livre. O momento de geração de valor na transformação das mercadorias consiste no momento de trabalho, o qual Marx chama de trabalho vivo. É nesse momento na junção da mercadoria em forma de matéria-prima, força de trabalho e meios de produção que o valor é gerado. No momento $D-M <^T_{Mp} \dots P$. Sem a força de trabalho (T) seria impossível a adição do valor no momento $P \dots M' - D'$. O que ocorre no processo de trabalho, portanto, é uma mercadoria (T) gerando valor a outra mercadoria (M'). Na produção capitalista o valor de uso é mediado genericamente pelo valor de troca (MARX, 2013; MARX, 2014).

Sendo a forma de suprir as necessidades socioeconômicas da humanidade e a geração de valor, o processo de produção baseado na geração de valor do tempo de trabalho socialmente necessário apreendido nos ciclos das mercadorias gera um sobretrabalho. Por sua vez, esse sobretrabalho abstraído forma o valor adicionado pós-produção, isto é, D-D' é um processo de valorização da ordem socioeconômica. Como exposto, essa valorização emana no momento do trabalho vivo, na força de trabalho. Portanto, tem-se o que chamamos de mais-valor²². A produção no modo de produção capitalista gera exploração no momento do trabalho vivo, o capitalista apropria-se do mais-valor da divisão da produção e retira o lucro dessa operação (MARX, 2013).

Nesse aspecto, o trabalho produtivo é caracterizado como aquele que gera mais-valor²³. Ora, se falamos de mais-valor falamos de exploração, nesse caminho antes passamos pela compra da força de trabalho livre, força de trabalho que é a responsável pela valorização da matéria-prima no ato produtivo. Enfim, estamos falando do setor manufatureiro, mais especificamente do setor que produz mercadorias a partir de outras mercadorias, ou de matérias-primas mais “cruas”.

Isto significa que de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e suas características particulares postas e em movimento de transformação histórico, o papel de controle, trabalhos não-produtivos, propaganda, proteção aos antitrustes, etc. colocam em dependência a gerência e a mediação da reprodução sociometabólica do capital. Os setores de serviço e os demais setores não-produtivos – aqueles que não produzem mais-valor – dividem os lucros gerados a partir do mais-valor nos setores produtivos e se estabelecem na divisão do processo de circulação de mercadorias até o consumidor final que visa suprir alguma necessidade específica.

Isso fica evidente na concepção taylorista da divisão entre o trabalhador executor e o trabalhador de planejamento. O campo do trabalho nas divisões do processo produtivo e o desenvolvimento de novas tecnologias a partir do século XX impuseram ao trabalhador e ao capitalista novas necessidades para a manutenção do modo de produção. A figura de trabalhadores como gestores financeiros específicos, aumento do setor comercial e o advento

²² Neste trabalho usaremos o termo mais-valor ao lugar de mais-valia. Não cabe aqui uma discussão sobre as especificidades terminológicas tendo em vista que o próprio Marx na tradução de *O Capital* para o francês autoriza o termo *plus-value* (mais-valia) e não *plus-valeur* (mais-valor). Portanto, o emprego da categoria aqui é de mesmo significado, a opção deste trabalho como mais-valor em sua integralidade segue apenas como facilidade terminológica durante a construção dos elementos formais-abstratos.

²³ A Economia Política, na figura principal de Adam Smith quebra com os economistas, sobretudo franceses, conhecidos como fisiocratas ao estabelecer que os valores são gerados após o setor campesino, em outras palavras, o valor se dá no setor transformador das matérias mais básicas e não no campo onde essas são cultivadas.

das escolas de administração direcionadas a formação de gestores específicos – que hoje repousam na figura de CEO's (Chief Executive Officer) – são alguns sinais dessa manutenção nos setores não-produtivos que sustentam a posição das relações de produção e até mesmo das forças produtivas no século XXI.

A dimensão que se busca atingir aqui se baseia na noção da produção de valor na lógica dos movimentos sociais – nesse caso a produção do MST - não se dar restritamente por $M < T_{Mp} \dots P \dots M'$ – momento da transformação da mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Nessas produções a mercadoria seria melhor explicitada pela forma $M \dots P \dots M'$. Isto significa que o momento da transformação da mercadoria se assemelha com o da produção capitalista em certa medida, não obstante, os dois traços da mercadoria representam uma forma excedente de advinda da produção. Essa forma se deu não apenas pela mudança da relação de produção direta singular – a não compra e venda da força de trabalho propriamente dita – mas também pelo ato político teleológico que se inseriu na produção. Temos portanto que o trabalho abstrato de um movimento social não se refere apenas ao caráter social do tempo de trabalho, mas pela inserção da política no ato laboral, em outras palavras, o trabalho nos movimentos sociais é um trabalho político e forma produtos que se manifestam de diferentes formas compartilhando natureza política.

O processo de uma produção não toda coisificada produz um excedente que aparece, muitas vezes, como símbolo de identificação de um grupo. Podem aparecer em formas artísticas como um hino, uma cantiga, uma bandeira, etc.. Isso decorre do fato do produto dos movimentos sociais de natureza política se colocar sobre a relação trabalhador rural e terra. Na mesma medida em que esse produto se constitui, os próprios integrantes do movimento também se relacionam e desenvolvem formas políticas de representação.

2.2 QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária se introduz como objeto de estudo na Economia Política durante as análises do modo de produção capitalista na agricultura (STÉDILE, 2004). No caso específico Europeu, a relação de produção se dava pelo feudo - propriedade do senhor sobre a terra – e a servidão – limitação da propriedade do senhor para o camponês em zona produtiva (OLIVEIRA, 2007). Tal relação começa a perder centralidade na transição dos modos de produção dominantes, a exploração pelo trabalho livre assalariado – e não mais mediado pela

propriedade da terra – se materializava na industrialização das cidades e nas propriedades agrárias. Desembocando no êxodo rural, o capital impõe a sua reprodução nos processos de trabalho e na nova organização da divisão social do trabalho. Contudo, Karl Kautsky (1979) dando continuidade às suas pesquisas iniciadas na segunda metade do século XIX, apreende que apesar da centralidade do MPC, ele não é o único modo de produção presente, encontram-se tanto modos de produção pré capitalistas quanto germens de produções associadas nas quais Marx (2017) assinala importância pela sua capacidade de ruptura para um modo de produção associado.

Kautsky (1979) chama atenção para a pouca ênfase dada aos socialistas para a situação do *paysant*²⁴. A noção importante posta pelo autor de que a agricultura não se desenvolve no mesmo processo da indústria, e nem é processo oposto a ela, possibilita pensar o processo de exploração pelo capital nos dois campos de produção tendendo a um mesmo objetivo: no avanço do capital sobre os modelos de produção e a relação particular entre capital e trabalho no campo e na região urbana. Destarte, o desenvolvimento dos processos produtivos industriais modifica a organização e a cadeia de produção da agricultura.

A produção feudal da idade média nos países europeus se caracterizava pela auto-suficiência do camponês. Com exceção do ferro, os produtos do campo mantinham centralidade no valor de uso, sendo permutável ou comerciável apenas o mais trabalho excedente da temporada na colheita específica ou na criação pecuária. As ferramentas do trabalho eram por sua vez confeccionadas pelos próprios camponeses e, portanto pertencentes a eles. Com efeito, a divisão do trabalho encontrava uma limitação clara no tamanho das famílias e dos próprios feudos (KAUSTSKY, 1979).

A lógica da circulação do capital e a produção de mercadorias se desenvolveram primeiro nas cidades (exceto em algumas colônias) com a indústria. Não obstante, as condições de organização da produção não cessariam nesse espaço produtivo. A produção de mercadorias adentrou a dinâmica da agricultura levando novas necessidades tanto para o *paysant* quanto para o consumidor. O camponês não poderia mais produzir sem um adiantamento em dinheiro para garantir tecnologias ferramentais do trabalho – agora produzidos pela indústria – e nem para garantir as safras demandadas no mercado local. (OLIVEIRA, 2007; KAUSTSKY, 1979).

²⁴ Camponês.

A questão dos camponeses e da produção agrária nos escritos de Marx aparece logo na sua juventude nos anos 1840 quando ainda jornalista redator da *Rheinische Zeitung*²⁵ quando escreve sobre a condição de miséria de viticultores de Mosella (SILVA, 2018; HEGEDÜS, 1984). Porém, é na dedicação aos escritos econômicos e na sua longa crítica da Economia Política que Marx formula a questão fundiária da terra no contexto principalmente da Europa Ocidental (HEGEDÜS, 1984).

Nas análises de Marx duas direções tomam centralidade: “a teoria da renda fundiária e a enunciação da lei de concentração do capital, que é considerada válida também para a agricultura” (HEGEDÜS, 1984, p. 152). Com efeito, a aparição do adiantamento do valor no campo tornou-se uma realidade aos camponeses tradicionais. O movimento de crédito pela renda e pelos meios de produção começa a concentrar o capital e sobrepôr uma necessidade de adiantamento valorativo ao homem do campo, isto é, um endividamento.

O endividamento pelo crédito na agricultura levou a separação e o distanciamento do processo produtivo. Mais setores foram se colocando entre a produção e a consumação final. O movimento no qual estamos debruçados alterou não somente as necessidades de consumo e produção, mas também o próprio núcleo familiar camponês. A militarização, a migração para a cidade para a condição de proletário, a migração para outros países, etc. foram algumas das condições de sobrevivência dos antigos cativos da terra que endividados e/ou sem conseguir produzir devido às condições naturais (seca, umidade intensa, inverno rigoroso, baixa na safra, etc.), descaracterizam a forma de família camponesa.

A pulverização da terra na Itália, movimento de expropriação dos trabalhadores das terras, se deu por algumas razões importantes: a pobreza do camponês; este agora obrigado a vender uma parcela ou por vezes toda a sua terra para as condições de subsistências. O estabelecimento de uma espécie de seguro contra as monoculturas; o que levava o camponês a se estabelecer numa área parcelar de terra bastante reduzida e em diferentes zonas agrícolas de uma cidade e, correr o risco de perder sua produção por conta das más condições climáticas. A herança das terras que gera disputa entre os filhos ao reivindicarem direito a propriedade e, portanto reduzir a área da plantação por membros que sucedem à posse da terra (GRAMSCI, 2002a).

Uma das ilustrações da lógica da circulação de mercadorias na agricultura é demonstrada por Kautsky (1979) na condição inversamente proporcional entre colheita e precificação na França entre os anos de 1816 a 1822.

²⁵ Gazeta Renana.

Tabela 1: Circulação do capital na produção camponesa

Anos	Produção média por hectare (hectolitro)	Preço do hectolitro (francos)
1816	9,73	28,31
1817	-	36.16
1821	12,25	17,79
1822	-	15,49

Fonte: Kaustky (1979), tradução própria.

Esse processo de transição do campesinato feudal para as condições sob a lógica do MPC se deu de formas diferentes, algumas mais lentas, violentas, ou rápidas. Na Inglaterra nos séculos XVI e XVII, os cercamentos obrigam o camponês a deixar a terra em detrimento dos arrendatários capitalistas. Na França o evento de culmina na transição de uma futura constituição burguesa abolindo os direitos feudais (OLIVEIRA, 2007). Nas palavras de Marx (2013, p. 785)

Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, no qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.

O fenômeno da proletarianização do trabalhador rural se desenvolve durante os séculos XIX e XX. Como as condições industriais das principais potências européias e de algumas colônias (Norte dos Estados Unidos, por exemplo) impunham condições específicas para o ritmo de trabalho, migração e organização do campo, uma parcela daqueles camponeses que tradicionalmente eram auto-suficientes em suas fatias de terra começaram a trabalhar em mais de um tipo ato laboral para garantir a renda de subsistência.

A situação da agricultura alemã depois do recenseamento de 1895 denota alguns dados importantes da situação de trabalhadores rurais com mais de um tipo de trabalho. Dos

agricultores independentes 20%, isto é 502000, têm trabalhos para complementar a renda. Dos 5600000 proprietários de exploração agrícola, apenas 37% não têm trabalho complementar (KAUSTKY, 1979).

Lenin (1980) ao analisar a questão agrária nos Estados Unidos entre 1899 e 1910 com base no recenseamento de 1910, direciona críticas à ideia de que nos EUA o trabalho familiar era o modelo produtivo para a agricultura norte-americana. A partir da divisão entre Norte, Sul e Oeste das grandes regiões americanas à época, Lenin se baseia na porcentagem de assalariamento nas propriedades agrárias.

Tabela 2: Percentual de crescimento de 1900 a 1910

Regiões	Do Conjunto da População Rural	Do Número de <i>Farms</i> ²⁶	Do número de operários assalariados
Norte	+3,9%	+0,6%	+40%
Sul	+14,8%	+18,2%	+50%
Oeste	+49,7%	+53,7%	+66%
Conjunto dos EUA	+11,2%	+10,9%	+48%

Fonte: Lenin (1980).

Vale notar a dimensão das porcentagens elevadas tanto no conjunto da população rural quanto no número de *farms* do Oeste em relação às outras duas regiões. Isso se deve ao fato do governo norte-americano fomentar o que ficou conhecido como expansão para o Oeste, um projeto de povoamento em direção à costa americana do lado do Pacífico. O que deve ser o foco da observação é o número elevado de assalariamento mesmo nas regiões Norte e Sul. O Norte, parte mais industrializada do país, cresce pouco tanto no sentido das *farms* quanto no conjunto da população rural. O número de operários assalariados na agricultura, pelo contrário, cresce 40%; mais de 10 vezes da população rural.

²⁶ Estabelecimento ou exploração agrícola.

É mister pontuar que o avanço do capital e o assalariamento na zona rural não implica no desaparecimento ou na superação completa das formas de produção não capitalistas nessas mesmas regiões. O capital subordina “tanto a propriedade fundiária comunal quanto a posse ou a propriedade regulamentada por uma livre e gratuita distribuição da terra no quadro de um Estado democrático ou de um Estado feudal” tal qual a “propriedade escravista do Sul americano e a propriedade fundiária semi-feudal das províncias ‘autenticamente russas” (LENIN, 1980, p. 38). O desenvolvimento do MPC é processo de uma mesma natureza, contudo, dão-se em formas diferentes em cada região específica. São essas formas que se desenvolvem na América Latina que possibilitam a diversas particularidades de produção e que por sua vez, produzem singularidades das relações pré-capitalistas – caudilhismo, por exemplo – nos séculos XIX antes da consolidação plena do MPC no cone Sul da América. Mais adiante essa particularidade será desenvolvida. Para Oliveria (2007) pode se estabelecer um consenso no avanço da produção e do assalariamento na questão agrária, porém há divergências de como se dá esse processo e a relação entre o modo de produção capitalista e o campesinato.

Tabela 3: Correntes da condição do assalariamento no campo

Corrente	Situação do campesinato	Assalariamento/não-assalariamento
1	Em vias de desaparecimento, direcionando-se para a grande exploração	Não-assalariamento em vias de desaparecimento
2	Permanência das relações feudais	Penetração do assalariamento
3	Produções não-capitalistas em decorrência das contradições do MPC	Predominância do assalariamento com redutos não-capitalistas

Fonte: Elaboração própria.

Oliveira (2007) argumenta que a diferença dessas abordagens nesse objeto específico deve-se ao fato de que nas duas primeiras correntes existe uma penetração capitalista a partir da indústria na organização do campo. Na primeira, essa penetração tem no horizonte o desaparecimento das pequenas explorações sobre as grandes, a modernização dos latifúndios. Nesse caso, “a lei da eliminação da pequena produção pela grande só pode ser aplicada à agricultura mercantil” (LENIN, 1980, p. 42). Isto é, a eliminação da economia natural pelo processo de mercantilização do capital. Vale notar que neste texto Lenin faz uma crítica aos economistas de sua época - socialistas e pequeno-burgueses, principalmente - pela forma com que a produção familiar tem tomado centralidade nas análises da produção da agricultura e, sobretudo, como essa análise – baseada em superfícies de terra exploradas e não do assalariamento e da tecnologia adentram no campo – mistificam e velam a situação do camponês encurralado pela circulação e endividamento pelo capital.

A segunda corrente “vê nos camponeses e nos latifúndios as evidências da permanência de relações feudais de produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 10). Contudo, há uma penetração capitalista no campo a partir da separação estrita entre o capitalismo industrial e o semi-feudalismo, produção pré-capitalista no campo. O desmonte da economia natural acarretaria na criação da figura do produtor individual responsável pelo abastecimento da indústria. Decorrente desse processo, o endividamento do trabalhador rural pelo crédito e pela compra parcelar futura dos instrumentos de trabalho o desapropriaria da posse de terra, sendo condicionado à venda de sua parcela e, com efeito, na formação desse camponês para um trabalhador rural assalariado.

Por fim, a terceira corrente defende que o próprio modo de produção capitalista cria em suas relações contraditórias a circunscrição de modos não-capitalistas de produção. É, portanto, “o processo de sujeição do campesinato ao capital quer está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.” (OLIVEIRA, 2007, p. 12). Para esses autores não há uma sujeição do trabalho ao capital como se deu na indústria, mas sim, uma relação de sujeição entre a renda da terra no campo e o capital (OLIVEIRA, 2007).

Nesse ponto, este trabalho de dissertação intenta não se afiliar a uma dessas correntes apresentadas por Oliveira em detrimento de outra, mas sim expor quais são algumas das apreensões distintas e suas complexidades particulares na constituição da questão agrária como rigor crítico.

A característica de produção e circulação de mercadorias que se circunscrevem na produção capitalista é para Oliveira (2007), Martins (1986) e Kaustky (1979) contraditória no

sentido de que em sua essência não se estabelecem apenas relações de produção capitalistas de produção, mas também relações não-capitalistas. É dessa forma que se possibilita a soberania em forma de exploração do capital sobre formas familiares de produção por exemplo.

Para Oliveira (2007, p. 21)

a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção não-capitalistas. Neste caso, com a articulação com o comércio capitalista, foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais pelos junkers prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção na Ásia, África e América.

2.3 O CASO BRASILEIRO

A questão agrária brasileira – entendida no contexto latino-americano – tem suas particularidades e seu desenvolvimento para o MPC de forma diferente da Europa. A situação indígena, dos escravos, dos imigrantes e dos pequenos agricultores de terra forma uma complexa formação histórico-social que demanda análise não somente crítica, como a questão agrária no marxismo ocidental, mas também necessita de um olhar clínico dos intelectuais da América Latina, os quais se propuseram a pensar a realidade sob o crivo crítico e de suas veias abertas.

A realidade latino-americana como questão nacional têm sua concepção no contexto brasileiro a partir do fim do século XX com Manuel Bonfim (2008) com a crítica da colonização ibérica na América do sul e seu parasitismo não somente na tomada e controle dos recursos naturais, mas também como projeção ideal da figura do colonizador mediando a formação intelectual, política e moral do povo colonizado.

A partir da constituição crítica da situação específica por suas colonizações, o pensamento latino-americano se insurge contra as concepções eurocêntricas do desenvolvimento das fruições humanas como modelo europeu e inicia-se uma retomada pela introdução de um pensamento crítico estritamente latino-americano formado por autores brasileiros como Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Nelson Werneck Sodré, Sérgio Buarque de Holanda, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Lélia Gonzales; além de

autores como o peruano José Carlos Mariátegui, o uruguaio Eduardo Galeano, o cubano José Martí, os argentinos Sergio Bagú, Atilio Borón e José Aricó e o equatoriano Agustin Cueva, entre vários outros intelectuais da América Latina.

A questão nacional aparece como importância bastante atrelada à questão agrária em autores como Mariátegui (2007), Caio Prado Jr (1979; 2004)²⁷ e Florestan Fernandes (1976). A sujeição da classe burguesa tanto peruana quanto brasileira à classe comercial dominante européia gera uma fragmentação da questão nacional nesses países, uma vez que na divisão internacional do trabalho, Brasil e Peru se colocam como pólo de abastecimento de insumos para a indústria européia. Em outras palavras, a constituição agrária se forma como fornecedora do comércio europeu. Esse fenômeno atrelado a divisão internacional do trabalho gera, portanto, uma classe burguesa submetida à classe estrangeira e levam a formas específicas da relação de produção dos trabalhadores latino-americanos.

No caso brasileiro no período colonial, a agricultura foi alicerçada sob o fundamento da propriedade agrária em monocultura de trabalho escravo. Isto é, as três características que dominam a produção do Brasil-colônia baseiam-se em trabalho escravo, monocultura e grande propriedade de terra (PRADO JÚNIOR, 2004). O colonizador se estabelecia com garantias de grandes propriedades de terra – exceto os primeiros casais açorianos que povoaram a região de Santa-Catarina e o Sul do Brasil - dada sua relação ou origem nobre ou fidalga (PRADO JÚNIOR, 2004; ORNELLAS, 1999).

As teses das relações de produção capitalista no campo como ligadas ao MPC comercial internacional se devem a ruptura que Caio Prado faz com alguns intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o historiador Capistrano de Abreu como principal expoente - sobre a existência de relações propriamente feudais na produção agrícola brasileira. Mais especificamente entre os anos 1930 a 1970 se estabelece no Brasil uma discussão importante para o entendimento da origem do modo de produção capitalista na sociedade brasileira. Essa discussão se coloca sob égide de três intelectuais do marxismo brasileiro: Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender (CURTY *et al*, 2016).

No caso de Silva (2018) a contraposição entre os autores é representada por Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães em suas obras *Quatro séculos de latifúndio* e *Inflação e monopólio no Brasil*. Nessas obras, Guimarães defende a tese de que o Brasil constituiu relações feudais ou semifeudais em algumas passagens da economia cafeeira, das parcerias do colonato, o cambão e algumas experiências da produção açucareira.

²⁷ Para uma maior apreensão das similitudes do pensamento de Caio Prado Jr. e José Mariátegui ver em LEICHSENDRING (2015).

Importante contextualizar que na década de 1920 o PCB, representante da III Internacional Comunista (IC), adotou a posição das teses levantadas por Lenin sobre colonialismo e adota como projeto de partido a luta pelas questões nacionais caracterizada

pela *predominância de instituições feudais no meio rural* e com a necessária tarefa específica dos comunistas nestes países de participar dos movimentos emancipatórios, anti-imperialistas, visando o desenvolvimento de elementos democráticos e avanço das relações capitalistas nestes países, tendo como orientação final a ditadura do proletariado (CURTY *et al*, 2016, p. 3, *itálico nosso*).

Portanto essa é uma das razões para a criação da discussão sobre a situação do modo de produção capitalista brasileiro – mesmo que essas teses leninistas não fossem pensadas especificamente para o caso latino-americano - e sua origem e forma. A associação com as teses leninistas no IV Congresso da IC levam a alguns intelectuais mais ligados ao marxismo-leninismo a reafirmação das relações feudais brasileiras no campo e outros como Caio Prado (2004) a uma heterodoxia na posição tomada pelo partido.

As interpretações e direções do Congresso de 1928 (IV Congresso) baseavam-se na leitura de que o Brasil e a América Latina eram apresentados sob condição de países cuja estrutura feudal dominava no contexto agrário e as relações econômico-políticas eram marcadas pelo imperialismo. Com efeito, a revolução para o caminho socialista deveria ocorrer obedecendo às seguintes condições: “a) mudança da relação de força a favor do proletariado com a emancipação desses países do jugo imperialista e o estabelecimento de uma unidade nacional nos casos em que ainda não existisse” além do fato do “estabelecimento da ditadura proletária do campesinato; consolidado da hegemonia do proletariado”. A segunda se caracteriza por “b) realização de uma revolução agrária para libertar os camponeses de todas as formas de exploração e de opressão coloniais e pré-capitalistas” isto implica na “nacionalização da terra” e por fim “estabelecer a união econômica e política entre o campo e a cidade”. A última se dá por “c) em paralelo ao desenvolvimento da indústria e ao crescimento do proletariado, as forças revolucionárias deveriam promover a extensão dos sindicatos” culminando no fortalecimento do PCB e na garantia da massa de trabalhadores firmes (SILVA, 2018, p. 57-58).

A noção da universalidade das relações de latifúndios feudais ou semi-feudais na realidade brasileira é rechaçada por Caio Prado e tida como uma transposição da teoria da questão agrária de transição européia e russa. Nesse sentido, admitir relações em sua maioria

feudais, ou semi-feudais, serviria apenas para uma afirmação da possibilidade da superação para o socialismo. O que seria uma construção teórico-metodológica que não contempla a particularidade do caso brasileiro e sua formação ligada ao colonialismo (PRADO JÚNIOR, 2014).

Especificamente nesse ponto, este esforço teórico-metodológico presente em forma de dissertação vai de encontro à crítica de Caio Prado por seu aporte possível de atenção ao caso brasileiro em sua particularidade. Negando assim, a constituição de feudalismo em Varnhagen (1877) e Capistrano de Abreu (1998). Contudo, noutros aspectos tomaremos uma direção diferente da do autor.

Em 1942 Caio Prado (2004) publica a *Formação do Brasil contemporâneo* e destaca de vez a sua quebra com a análise da economia brasileira do partido. Introduz noções importantes sobre a dinâmica da formação social e da forma como os recursos tinham sua origem e finalidade. Coloca bastante ênfase na situação brasileira como refém da lógica de circulação comercial mercantil atendendo às necessidades da metrópole portuguesa. Isso fica evidente quando o autor pontua que em se tratando da economia brasileira

O que se destaca e lhe serve de característica fundamental é: de um lado, na sua *estrutura*, um organismo meramente produtor, e constituído só para isto: um pequeno número de empresários e dirigentes que senhoreiam tudo, e a grande massa da população que lhe serve de mão-de-obra. Doutro lado, no *funcionamento*, um fornecedor do comércio internacional dos gêneros que este reclama e de que ela dispõe. Finalmente na sua *evolução*, e como conseqüência daquelas feições, a exploração extensiva e simplesmente reguladora, instável no tempo e no espaço, dos recursos naturais do país. É isto a economia brasileira que vamos encontrar no momento em que ora abordamos sua história (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 129, *itálicos do original*).

É nessa lógica de circulação que para Caio Prado, o Brasil em seu período ainda colonial estabelece relações capitalistas alicerçadas pelo comércio internacional na sua condição de “organismo meramente produtor”.

Para Lapa (1973, p. 12) as contribuições importantes de Simonsen em *História econômica do Brasil*, de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* e de Caio Prado em *História econômica do Brasil*, constituem visões importantes de conjunto sobre o domínio português. Contudo, “ainda esperam estudos atentos produtos tropicais como a madeira, as drogas do sertão (anil, cravo, ipecacuanha, etc.), produtos que sofreram um tratamento agrícola como o tabaco, o milho e a farinha de mandioca”. Aponta ainda que conhecemos pouco “sobre a construção naval, a fiação e a tecelagem, com aproveitamento da matéria-

prima local” e por fim “sobre a pecuária ainda há muito a por ser revelado”. O autor introduz uma das questões mais importantes para a noção desse trabalho: Qual economia se desenvolveu nas áreas onde a grande propriedade fundiária da terra não se estabeleceu? E, portanto apreender as zonas produtivas díspares quanto as suas relações e produtos.

Contra a noção da constituição de relações capitalistas pela circulação da lógica mercantil européia, Nelson Werneck Sodré (1976, p.3) logo nas primeiras páginas de seu livro *Formação histórica do Brasil* de 1962 formula a noção de que “A base da vida em sociedade é a produção: para viver é preciso produzir; para produzir é preciso trabalhar”. O autor ainda reforça a contemporaneidade do não coetâneo, explicitando os diversos modos de produção brasileiras ainda remanescentes e admite formas feudais ou semi-feudais de produção no Brasil. A particularidade da produção indígena toma atenção nas análises do autor.

Sodré (1980) ainda ironiza Caio Prado quando escreve que ao conceber capitalismo no Brasil desde o século XVIII, a análise pradiana concebe não apenas o capitalismo na origem brasileira, mas também inaugura o MPC antes mesmo dos países europeus – já que no século XVIII o MPC não estava consolidado. A análise realmente marxista dos modos de produção para Sodré tem de concentrar apreensão na produção e nas relações produtivas, ou seja, não é o que se produz que deve ser o importante na análise, mas sim como se produz (SODRÉ, 1976; REIS, 1999).

Na análise de Curty *et al* (2016, p. 7) “Sodré rejeita, simultaneamente, a leitura que conferia caráter capitalista às relações de produção no Brasil, estabelecida por Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen e a explicação de Varnhagen e Capistrano de Abreu” esses por sua vez concebiam “a colonização como a transplantação direta do feudalismo de Portugal para o Brasil sem fazer as devidas mediações”.

Sodré (1976), portanto, se coloca numa distinção entre os pólos que até então estavam estabelecidos pelos autores antes dele no PCB. A centralidade do “circulacionismo” de Caio Prado não contempla, portanto as próprias noções e diferenças entre a circulação do capital e as relações de produção. Na fusão entre o mercantilismo e capitalismo, as análises se perdem na forma de exploração e descobertas ultramarinas e o modo de produção capitalista posterior a esse período de navegações. Dessa forma, o colonialismo não é uma das etapas do capitalismo, mas sim uma forma de circulação de valor que culmina na acumulação primitiva de capital necessária para o fundamento do MPC.

Estabelecer relações capitalistas vai depender dos meios de produção e os produtos do trabalho serem transformados em capital pelos donos da propriedade que compra a força de

trabalho e do trabalhador livre que a vende como mercadoria, nas palavras de Marx (2013, p.786)

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõe por meio da compra da força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como escravos, servos, etc., nem lhe pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados do meio de produção.

Essa é uma das principais críticas marxistas na análise de Caio Prado e Simonsen na origem do modo de produção capitalista no Brasil. É evidente que existe uma forma de colonialismo e mercado interno brasileiro constituído como integrada à exportação do mercado internacional. A crítica que se propõe os autores a Caio Prado é o fato do mercantilismo como condição de acumulação de capital e exploração ultramarina determinar em última instância as relações de produção. Nas palavras de Figueiredo (2005, p. 9) “todos estes aspectos da economia colonial não dizem respeito diretamente ao modo de produção, mas sim ao modo de circulação e ao tipo de produto”.

O que marca a formação social brasileira até o final do século XIX é a heterocronia, ou seja, a existência de modos de produção atuantes produto de um desenvolvimento desigual entre zonas e regiões do país (SODRÉ, 1976). A exemplo, o comunismo primitivo indígena²⁸, o escravismo e uma espécie de feudalismo. Pontuando que “por mais que seja discutível o uso da adjetivação feudal, é importante indicar que a concepção de Sodré é próxima ao debate da historiografia contemporânea, embora não seja por este diretamente influenciada”, dessa forma, “na essência do feudalismo proposto por Sodré está a necessidade de evidenciar os traços constitutivos fundamentais de nossa formação social” (CURTY *et al*, 2016, p.10). Essa apreensão de Nelson vai de encontro com a de Martíategui (2007) no Peru entendendo que a região litorânea do país era voltada ao mercado externo europeu e que a região interiorana se subsistia a partir da situação do trabalho indígena.

²⁸ Exceto no Sul do Brasil onde se deu uma dominação jesuíta e um povo missioneiro baseado na produção da erva mate (ORNELLAS, 1999) e em algumas regiões do Oeste e Norte, onde os índios ainda eram escravizados apesar da proibição jurídica e alguns remunerados em dinheiro pelo serviço de remadores fluviais (LAPA, 1973).

O escravismo não foi uma desintegração da comunidade primitiva indígena brasileira, uma vez que a figura do senhor feudal metropolitano se transfigura num senhor de escravos no Brasil. Produção escravista se dirigia ao mercado externo devido a inexistência de um mercado interno desenvolvido. O regime escravista de trabalho é caracterizado como “fechado por dentro e por fora”, justamente pela inexistência do mercado interno e integralmente submetido à circulação da metrópole (SODRÉ, 1976).

No contexto do início do século XIX, Curty *et al* (2016, p. 10) destacam que

Com a decomposição do escravismo teria lugar o processo de regressão feudal característico da República Velha. A manutenção do monopólio da terra e as diversas relações de trabalho que se estabelecem, instituídas na figura do parceiro, meeiro ou morador levam Sodré a caracterizar o modo de produção vigente na realidade brasileira como feudalismo. Ao traçar um paralelo entre estas relações de produção e as feudais, Sodré tem sempre o cuidado de estabelecer as mediações adequadas para captar as especificidades do caso brasileiro. É nesse sentido que se pode dizer que Nelson constrói um feudalismo à brasileira.

Na passagem do século XVIII para o XIX e até o fim desse século um processo importante vai se colocando, o mercado de mão-de-obra começa a rumar para a uma desintegração do modo de produção escravista. Sobretudo depois de 1840 e com o desenvolvimento da cafeicultura, esse regime caracterizado como fechado por dentro e por fora, justamente pela sua relação direta com o mercado externo, necessita transitar também nas relações de produção e forças produtivas. Algumas das áreas das quais são impostas essa transição direcionam-se a um anacronismo de trabalho livre, entretanto, em regiões onde essa transição não se faz possível, tendem-se a um regime de servidão (SODRÉ, 1976). O problema se coloca quando esse trabalho livre não se traduz necessariamente em trabalho assalariado. Sendo assim, “o trabalho assalariado, a rigor, preenche apenas uma faixa da área muito ampla em que o trabalho escravo vai desaparecendo” (SODRÉ, 1976, p. 248).

Alguns desses aspectos se colocam porque o escravo africano está marcado pela sua cor, não se configura como consumidor, as condições de assalariamento dos então escravos africanos colocam-se muito abaixo da renda normal para um trabalho, temos com isso que a maior parte dos escravos africanos são levados a trabalhos sob a condição de servidão. Como substituição da situação precária da força de trabalho escrava e a construção do sujeito africano como rebaixado, o que se aplica no lugar para abastecimento da força de trabalho são as direções da colonização e da imigração (SODRÉ, 1976).

A corrente representada por Gorender (2010) compreende o escravismo colonial como um modo de produção historicamente novo. Isso significa que

O modo de produção feudal, dominante no Portugal da época, não se transferiu ao país conquistado. Tampouco os portugueses deixaram subsistir o modo de produção das tribos indígenas nas áreas que, sucessivamente, submetiam ao seu domínio. Resta a hipótese da síntese. O modo de produção resultante da conquista — o escravismo colonial — não pode ser considerado uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal e no Brasil (GORENDER, 2010, p. 54).

A diferença que se estabelece entre Gorender e Sodré é que para Gorender (2010) o escravismo colonial propiciou a transição para o modo de produção capitalista. Já para Sodré (1976) o escravismo sofre uma regressão feudal antes da consolidação do MPC como dominante. Para Gorender (1987) a gênese do capitalismo no campo vai se colocar pela transformação da renda da terra seja capitalista ou pré-capitalista em capital agrário.

Sobre a condição não capitalista da terra aos anos pós 1888 e início do XX, Gorender (1987, p. 37) reconhece um fenômeno de transição não direta anterior ao MPC nas terras em regiões específicas, escreve que

Nessa fase pós-abolicionista, surgiram formas de renda da terra pré-capitalistas, sobretudo a renda produto e a renda trabalho. Alguns autores se apegam a tal fato para caracterizarem uma situação feudal, falando em semi-feudalismo mesmo. Não obstante, essas formas de renda de terra não são típicas somente do modo de produção feudal; o próprio Marx as atribuiu também ao modo de produção asiático. No caso brasileiro, tivemos tais formas de renda da terra e até aspectos de servidão no campo, aspectos visíveis particularmente no caso dos moradores nordestinos, porém não ausentes inclusive no caso dos colonos paulistas do café. Contudo, esses aspectos de servidão, de coações diversas, construíram mais sobrevivências do escravismo, com sua característica combinação de mercantilidade e patriarcalismo, do que indícios de uma evolução em direção ao feudalismo. Para uma evolução semelhante faltou [...] o regime de co-propriedade da terra que é essencial ao feudalismo. Assim, a evolução no Brasil a partir do modo de produção escravista colonial não ocorreu no sentido do feudalismo, porém no sentido do capitalismo, passando, quero frisar, pela fase de plantagem latifundiária. Por tudo isso, a corvéia, que era o cambão, não se inseriu num quadro feudal de aspecto medieval, mas num quadro plantacionista latifundiário que lentamente evoluiu para o capitalismo.

O autor declara os processos de cambão e os moradores nordestinos como sendo camponeses dependentes, compara em alguma medida o trabalhador rural do Oeste paulista e o morador da parte interior do Nordeste (GORENDER, 1987).

Aos ecos da IV Internacional, Gorender se coloca como um crítico do PCB e das suas resoluções “etapistas” para o advento do socialismo e a dualidade entre relações semi-feudais e capitalistas que se colocavam até então. Em 1968, Gorender faz parte da fundação do PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – período importante para o amadurecimento de alguns de seus escritos em crítica a autores como Celso Furtado, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado, etc. (CURTY *et al*, 2016).

Sua crítica a Sodré se coloca sobre o âmbito do feudalismo no Brasil e do século XIX ter sido caracterizado por uma regressão feudal, implicando na diminuição do trabalho escravo e, por conseguinte, no aumento da servidão específica do caso brasileiro (GORENDER, 2010). No caso de Minas Gerais, na obra *O escravismo colonial*, o autor apresenta o quadro do número de escravos por ano.

Tabela 4: Evolução da população escrava em Minas Gerais

Anos	Escravos
1742	94 128
1776	163 240
1786	174 135
1808	148 772
1821	181 822
1873	311 304

Fonte: Gorender (2010)

O intuito é demonstrar o aumento do trabalho escravo no rol histórico de 1742 a 1873, período em que Sodré admite de forma generalizada em regiões específicas do Brasil, uma

regressão feudal. Para Gorender (2010, p. 449) “Sodré foi muito apressado ao suprimir um século de escravismo”. Porém complementa que “Este quadro só é verdadeiro no âmbito setorial dos mineradores remanescentes e numa fase passageira, com relação a Minas Gerais.”

Contudo, como elucidação do que se pretende construir neste trabalho e a passagem das características dos modos de produções pré-capitalistas para capitalistas no contexto brasileiro, o conceito de heterocronia é fundamental e o que se passou em Minas Gerais não pode ser considerado como realidade para o Brasil inteiro. No ano de 1872 um recenseamento importante é realizado no reinado de D. Pedro II, foi o primeiro a considerar a população escrava em suas características como idade, sexo, origem, deficiências físicas, etc.. Temos que nesse ano em Minas Gerais, a população escrava se dava num total de 370.459 trabalhadores. Tal cifra representa 24,52% da população escrava do Brasil, número bastante elevado em relação às demais regiões. Minas Gerais é o estado com o maior número de trabalhadores escravos do Brasil, o segundo estado é Rio de Janeiro com 292.637, representando 19,37% da população do país. Somados, os dois estados representam 43,89% do total, com 663.096 escravos (IBGE, [1874?]).

Tabela 5: Quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos

Províncias e Municipio Neutro ²⁹	Sexos		
	Homens	Mulheres	Total
Amazonas	487	492	979
Pará	13908	13550	27458
Maranhão	36889	38050	74939
Piauhý	11945	11850	23795
Ceará	14941	16972	31913
Rio Grande do Norte	6571	6449	13020
Parahyba	10681	10845	21526
Pernambuco	47023	42005	89028
Alagôas	17913	17828	35741
Sergipe	10840	11783	22623

²⁹ Grafia mantidas do documento original de [1874?].

Bahia	89094	78730	167824
Espírito-Santo	11859	10800	22659
Município Neutro	24886	24053	48939
Rio de Janeiro	162394	130243	292637
S. Paulo	88040	68572	156612
Paraná	5508	5054	10560
Santa Catharina	8069	6915	14984
Rio grande do Sul	35686	32105	67791
Minas-Geraes	199434	171025	370459
Goyaz	5372	5280	10652
Matto-Grosso	3632	3035	6667
Somma	805170	705636	1510806

Fonte: Adaptado de IBGE [1874?].

A lei N. 1829 datada de 9 de setembro de 1870 traz em seu artigo 1º a condição de um período de dez em dez anos, o recenseamento da população do Império. O ano do recenseamento de 1872 leva em conta óbitos, estado civil, idade da população, casamentos, nascimentos e a relação entre trabalhadores livres e escravos (BRASIL, 1870).

Estados como o de Goiás, Mato-Grosso e Amazonas com baixa densidade populacional contam com os menores números de trabalho escravo empregados do país. É evidente que no Rio Grande do Sul a maior parte dos escravos transitava para a região de Pelotas. O estado de São Paulo, um dos pólos da produção cafeeira nesse período – até meados da década de 1950 – não emprega quantidade significativa de escravos como no Rio de Janeiro, Bahia e Minas-Gerais.

A atenção importante a se direcionar nessa tabela é, sobretudo, aos estados da região Nordeste. Sodré (1976) caracteriza a região sertaneja como um campo em que relações feudais são geradas no pastoreio e na pecuária, em paralelo a produção escravista mais litorânea, sendo assim, destinam-se relações feudais, posto que o escravismo não encontra meios de reprodução nessas parcelas pastorais. A essa posição assumida por Sodré, Gorender exprime que

Assim como o historiador não esclarece os motivos que tornavam a pecuária *incompatível* com a escravidão, tampouco diz em que consistiam as relações

feudais estabelecidas *desde o início* no sertão nordestino, paralelamente ao escravismo dos engenhos de açúcar (GORENDER, 2010, p. 414, grifos do original).

No recenseamento de 1872 ([1874?]) especificamente no estado de Alagoas, 312.268 homens e mulheres em todos os municípios são considerados livres. Dizer que o cidadão de Alagoas goza da condição livre, não implica dizer que o tipo de trabalho é assalariado ou servil, porém, podemos notar a proporção elevada entre os cidadãos na condição de escravo no mesmo ano somando 35.741, quase nove vezes menor que a população considerada livre. Dos cidadãos livres, 8.220 são declarados como pretas; 98.916 são pardos. Com efeito, 107.136 – isto é, 34,30% do total de pessoas livres - cidadãos negros³⁰ no ano de 1872 no estado de Alagoas possuem condição livre, logo o tipo de trabalho apreendido não pode ser especificamente o estabelecido por Gorender (2010) como escravismo colonial. Nas palavras do intelectual “a relação entre o plantador e os escravos determina todo o caráter do modo de produção.” (GORENDER, 2010, p. 155).

A população considerada preta e parda escravizada em Alagoas é 25.138 e 10.603 respectivamente. Temos, portanto que apenas 32,69% dos pretos são livres quanto que 89,28% da população parda é livre. Na situação do sertão alagoano, as relações de produção e as forças produtivas não se dão pela *plantation* ou pela escravização dos portadores da força de trabalho (SODRÉ, 1976; IBGE, [1874?]).

Em Pernambuco, a população preta livre é de 30.795, já a parda soma um total de 194.897. Do total de 752.511, negros representam 29,99%. Com um total de 89.028 escravizados no estado, principalmente pelo escravismo industrial do açúcar, a população de Pernambuco se estabeleceu com invasões portuguesas e holandesas em seu território, principalmente em Olinda e Recife (SODRÉ, 1976; GORENDER, 2010).

Já o estado do Piauí tem uma crescente do número de escravos numa faixa temporal de 110 anos. Isso se deu, pois a região vivia economicamente na realidade de um abastecimento interno e regional da pecuária. Do ano de 1697 ao ano de 1772 houve um aumento de 448% do número de fazendas no estado totalizando 578 propriedades rurais (CAETANO, 2020).

O estado do Piauí durante o século XVIII passou a abastecer por meio do gado os estados de Pernambuco, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Paraíba. Isto é, um aumento significativo da comercialização de gado da região sertaneja do estado (CAETANO, 2020). Essa dimensão específica é uma das que explica o fato da região com

³⁰ Negro é a amplitude da população representada por pretos + pardos.

larga extensão no sertão nordestino – foco das análises de Sodré para um semi-feudalismo – subirem o número de escravos no ano de 1762 em 4.644, homens e mulheres, para 23.795 em 1872.

Tabela 6: Número de escravos no Piauí 1762-1872

Anos	Escravos entre homens e mulheres
1762	4644
1798	13250
1830	12534
1865	19204
1871	19015
1872	23795

Fonte: Caetano (2020)

No censo de 1872 ([1874?]) referente ao estado de Piauí 14.862 homens e mulheres pretas gozam da condição de cidadãos livres. Dentre os 23.795 escravos, 13.961 são pretos – sendo o restante pardo - isto é, 51,56% das população preta no estado é livre. Ora, se mais da metade da população preta de Piauí não é escrava, outra forma de renda se emprega nesses casos. É evidente que na literatura dentre os autores e historiadores do período respectivo sinaliza-se um emprego de uma servidão, quase que escrava para esses cidadãos. Não obstante, classificar a passagem de uma região, como o sertão do nordeste, sendo um escravismo colonial crescente seguido do início de relações pela contradição capital trabalho é ocultar da historiografia, personagens importantes pretos, pardos e índios de sua relação de produção e subsistência marcando a heterocronia no caminhar do século XIX e início do século XX.

A principal contribuição de Gorender (2010) é o entendimento e a construção teórico-metodológica não etapista do desenvolvimento dos modos de produção e a propriedade das análises do modo de produção escravista colonial novo na realidade brasileira. Uma crítica etapista significa eclodir uma ruptura com o entendimento da IV Internacional e até de Sodré (1976) sobre as etapas do desenvolvimento e limite da estrutura-superestrutura numa formação social. Colocar como necessidade a superação do modo de produção feudal para o

capitalista na formação social burguesa, para só aí se chegar ao socialismo é um erro metodológico de ordem teleológica em vista no horizonte progresso.

Para Sodré (1976), o modo de produção escravista por não se caracterizar como uma ruptura interna do processo do modo de produção antigo brasileiro – comunismo primitivo – mas sim, como uma transposição da necessidade colonial de produção. É nesse ponto que Gorender (2010) vai caracterizar o modo de produção escravista colonial como novo, pois ele não é uma ruptura direta com a formação econômico-social antiga, mas sim, uma determinação produtiva dada pela necessidade externa e pela falta de força de trabalho para atender essas necessidades.

Esta dissestação envolve a concepção da heterocronia dos modos de produção brasileiros antes da consolidação do MPC. Até o fim do século XVIII, o modo de produção dominante era este que nos apresenta Gorender (2010), escravista colonial. É evidente que nesse período, o comunismo primitivo indígena em algumas regiões continuava a existir e em algumas condições semi-feudais ou “parcerias” também se faziam presentes. Foi só depois da constituição de um mercado interno e alguns outros acontecimentos históricos importantes que a desintegração do escravismo colonial e por fim o capitalismo pôde ter centralidade na realidade brasileira; vamos a eles.

Para que se possa construir com exatidão e precisão o que se propõe nesta seção, a categoria de classes subalternas e classes dominantes devem ser explicitadas. Não se deve confundir classes subalternas com classe proletária ou proletariado. A subalternidade nesses casos se determina pela desagregação e pelo caráter episódico. A ação de grupos (ou classes) subalternos é uma resposta à classe dominante, sendo a superação de sua condição como subalterna dependente apenas da “vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente a subordinação” (GRAMSCI, 2002a, p. 135). Caracterizadas pela não homogeneidade e pela desagregação, os grupos subalternos não exercem ou não portam um projeto, e, portanto, não são hegemônicos. Isto não significa que esses grupos não tendem a unificação; o ponto é que essa unificação é barrada pela classe dominante, fato que constitui a subalternidade e a característica dirigente da classe que domina a sociedade política. Nas palavras de Gramsci (2002a, p. 139)

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja apenas jurídico e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das ações orgânicas entre Estado ou sociedade política e

“sociedade civil”. As classes subalternas por definição não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil [...].

O trabalho de Galastri (2014) retoma a questão teórica fundamental na teoria gramsciana calcada na diferença entre classes sociais e grupos subalternos. Para o autor, Gramsci se volta a ideia de grupos pela complexificação das condições políticas de trabalho na segunda década do século XX. Para os anos subsequentes do *Biennio Rosso* culminando na derrota dos operários, a formação de um aglomerado de grupos que “não estão necessariamente unificados em classes sociais”, para uma agregação e formação de classes, esses grupos “deveriam possuir formações, agregados próprios que intervissem politicamente na relação de forças sociais vigente em determinada formação social” (GALASTRI, 2014, p. 36).

Na história brasileira, por exemplo, podemos identificar alguns dos movimentos espontâneos surgidos da desagregação da sociedade civil como a Sabinada, a Revolução Farroupilha, a Cabanada, etc.. Ser movimento espontâneo subalterno não implica reduzir a importância dessas insurreições para a historiografia, muito pelo contrário, a espontaneidade dos movimentos necessita apreensão em uma conscientização dirigente para que o que é desagregado e não unitário possa se tornar hegemônico e ação política. A “unidade de ‘espontaneidade’ e ‘direção consciente’”, isto é, “de ‘disciplina’”, é exatamente a ação política real das classes subalternas como política de massas e não simples aventura de grupos que invocam as massas” (GRAMSCI, 2007a, p. 196).

É importante destacar que classes e movimentos sociais não são a mesma coisa, a classe seria, portanto como nos coloca Bensaïd (1995) uma totalidade relacional. Em outras palavras, aspectos como o da relação do trabalhador com seu trabalho, as oposições de classes pela estrutura econômica, a diferença na gestão entre executores e planejadores, a posição ideológica formam pontos importantes que serão definidos na classe. Galvão (2011, p. 112) articula a ideia de que

compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política e também porque a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva.

Os movimentos sociais, que por sua vez são eclosões que se relacionam diretamente com as contradições na luta de classes já que, as relações de dominação capitalistas se

colocam de forma hegemônica na formação política, econômica e ideológicas na lógica desses movimentos. Além disso, os movimentos que se colocam na América Latina assumem características pluriclassistas, ou seja, assumem alianças de classes (camponeses e trabalhadores assalariados rurais, pequenos proprietários de terra no caso do campo, ou de trabalhadores precarizados, operários, trabalhadores no setor de serviço, desempregados no caso da cidade) e reivindicam formas de luta e objetivos em esferas tanto políticas, ideológicas ou econômicas (GALVÃO, 2011). Foi essa complexificação que Gramsci se deparou no início do século XX quanto ao *Biennio Rosso*.

No desenrolar e traçar das tramas do pano histórico do Brasil, a subalternidade se materializa em diferentes períodos e de diferentes episódios. Na magnitude do país, zonas de desenvolvimento político, social e econômico se dão em suas particularidades e singularidades. No momento de generalização de algumas das composições de relação entre estrutura e superestruturas brasileiras, as classes dominantes se colocam em contradições marcantes, tanto como se dão nas classes ou grupos subalternos. Um olhar mais profundo sobre essas condições se coloca desde a colonização até o advento do MPC e os dias de hoje.

A relação entre metrópole e colônia se dá nos primeiros séculos da invasão portuguesa como uma situação de placidez, onde as capitanias hereditárias se colocam como zonas parcelares ligadas a metrópole e asseguram-se assim, as relações econômicas de venda das matérias-primas para a região lusa. Contudo, na invasão holandesa³¹ no nordeste brasileiro, a relação de monopólio da cana-de-açúcar sob a égide de Portugal se vê ameaçada. A concorrência holandesa no mercado externo se torna uma realidade e reflete tanto na concorrência pelo consumo externo europeu, quanto para a condição de precificação da cana, perdendo a hegemonia dos altos preços de mercado e não estabelecendo a garantia de dominador do mercantil, em seu lugar, uma condição de competidor se coloca (SODRÉ, 1976).

A constituição da burguesia nacional brasileira se deu pela mediação do escravismo voltado ao mercado externo. Portanto, a burguesia que se constituía no Brasil é marcada pelo não reconhecimento da sua nacionalidade, uma espécie de burguesia nacional subalterna das classes dominantes européias que se colocavam na lógica da produção mercantil (SANTOS, 1970; FERNANDES, 1976; BAMBIRRA, 2013; MARIÁTEGUI, 2007).

³¹ A invasão holandesa pela Companhia das Índias Orientais data do século XVII. A primeira se materializa no estado da Bahia em 1624 e a segunda nas cidades de Recife e Olinda em Pernambuco até 1654, ano da Insurreição Pernambucana.

É evidente que as burguesias nacionais latino-americanas também são constituídas de processos contraditórios. No caso brasileiro, a Guerra dos Mascates é um acontecimento que marca essa contradição. Após a expulsão holandesa de Pernambuco, os dois grandes pólos econômicos Olinda e Recife colocam-se numa situação de conflito pela hegemonia do poder econômico político local. A figura dos mascates representando os comerciantes portugueses em Recife – cidade na qual o desenvolvimento de serviços e do comércio se constituía – e Olinda representada pelos senhores de engenho numa fase de queda da economia açucareira, mas que tinha ainda o controle político da câmara de Pernambuco. Esse movimento revela uma insatisfação com a coroa portuguesa, principalmente pelos senhores de engenho de Olinda e marca até o fim do século XVIII a queda do colonialismo como mediação do posicionamento da produção brasileira ao mercado externo. (GORENDER, 2010; SODRÉ, 1976).

A Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira em 1789 é outro movimento que demarca esse descontentamento com a coroa portuguesa pelos senhores de engenho, a divisão de atividades e lucros que se dispunham no binômio terra-escravo por esses senhores na produção açucareira não se deu da mesma forma na mineração e na corrida pelo ouro e pelos metais preciosos. Sodré (1978, p. 168) afirma que

Enquanto essa divisão funcionou de modo a proporcionar vantagens a cada uma das partes, a classe dos senhores de terras e de escravos, que era a classe dominante, funcionou na colônia como mandat ria da metrópole, era a sua procuradora natural, a sua representante, uma vez que os interesses eram comuns. Ora, tal divisão não ocorreu na área mineradora: a metrópole operou a fundo uma total invasão do domínio do explorador direto, fazendo-se dona do que era produzido e da transforma o do que era produzido em valor. Não existiu, assim, na área mineradora, a mesma comunhão de interesses entre a classe dominante e a Coroa.

A Conjura o Mineira que se estabelece representada por “padres, letrados e militares” (SODRÉ, 1978, p. 169)   a parte urbana vivendo em vilas e cidades, fra o instável que alimenta os motins e as revoltas que compõem a esse período. Sodré (1978) assinala que para além da condi o de senhor de engenho e escravo, precisamente ao fim do século XVIII, algumas partes da forma o social da época se direcionam a formar uma parcela incipiente da vida urbana e outra participa da articula o da desintegra o do escravismo para condi es feudais ou semi-feudais da terra.

No início do século XIX, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808, fuga da expansão napoleônica e por uma série de exigências da união estratégica entre

França e Espanha, compõe num campo superestrutural as condições de legislação e de cunho político das classes dominantes brasileiras uma via direta à Coroa. Mais tarde, em 1821, o retorno de D. João VI a Portugal pelo fracasso da odisseia de Napoleão e a Revolução de Porto, ab-roga-se o retorno de toda a família real, deixando na terra brasileira D. Pedro I que desemboca no grito ufanista personificado às margens Ipiranga em 1822 a Independência do Brasil. É evidente que o processo de independência brasileira já havia sendo ensaiado pelos embates político-econômicos do século XVIII, assim como fora demonstrado nas passagens anteriores. Ora, a contradição da classe dominante brasileira da classe dominante portuguesa já vinha sendo levada a cabo pelas revoltas e pelo conteúdo das exigências dos revoltosos. A tributação extorsiva dos mineradores transfigura a imagem da Coroa como aliada da mediação da circulação para o mercado externo para a de uma invasão simbólica e material portuguesa dos bens brasileiros – isso não significa dizer que os bens não estavam sendo extraídos antes da mineração, apenas que a classe dominante dos engenhos para de ser a beneficiada pela corrida aos metais preciosos -; o povo, os índios, escravos e camponeses foram escamoteados e impedidos do acesso à riqueza desde o início da colonização portuguesa. Em última instância, a Independência não se caracterizou pela constituição de uma burguesia nacional e o desenvolvimento de uma economia nacional, mas sim pelo afastamento da participação econômica metropolitana (SODRÉ, 1978).

Mesmo com a Independência, Brasil ainda mantém as relações de tráfico negreiro com Angola por pelo menos 30 anos. Por isso o fenômeno de ainda em 1872 estados como de Minas Gerais e Rio de Janeiro continuarem com um aumento significativo do número de escravos em sua economia (GORENDER, 2010). Dessa maneira, a independência não abrogou as relações escravistas, contudo um movimento de deterioração do escravismo colonial já inicia seu processo.

O escravo por legislação imperial não tinha o direito de estudo e ensino, fato que o castrava a possibilidade de um trabalho técnico livre – se alforriado – e em última instância determinava sua condição de mercadoria, de coisa em detrimento da de um cidadão brasileiro ou estrangeiro. No que tange ao consumo, era classificado como “consumidor irresponsável”, uma vez que sua alimentação era determinada pelo senhor de engenho. Condição contrária a de um trabalhador livre, por exemplo, que poderia dar destino ao seu dinheiro de uma forma mais abrangente, nunca livre no sentido abstrato de liberdade, dado que as condições de consumo eram dadas pelos aspectos econômicos e geográficos específicos de cada região (GORENDER, 2010). Um dos problemas que se deparavam na economia brasileira é de que o

retardamento do mercado interno colocava um empecilho para o desenvolvimento econômico comercial e industrial.

Com a abdicação do trono em 1831 e a morte de D. Pedro I em setembro de 1834 e o começo do período da regência, algumas contradições de classes dominantes e subalternas tiveram algumas formas de representação e algumas insurreições se constituem na história brasileira. No período entre 1831 a 1835 a Cabanada, a revolução Farroupilha de 1835 (SPALDING, 1980; SODRÉ, 1978) e movimentos de disputa e conflitos pela terra e divisões territoriais como a Sabinada provocaram uma série de movimentos do governo central tanto na repressão desses movimentos quanto no que veio a ser erigido na superestrutura no campo jurídico e marcam, dessa forma, uma crise orgânica na direção a favor do modo de produção capitalista, da forma de relações de propriedades na terra e auxilia na construção no campo das condições republicana, um desses movimentos é a lei das terras de 1850.

Para Ianni (2004, p. 175)

A lei de 1850 foi um marco na história da terra. Extingue o princípio da doação e inaugura o da compra, para a aquisição de terras devolutas. Tratava-se de dificultar o acesso à terra, por parte de ex-escravos, camaradas, imigrantes, colonos, moradores e outros. Ao mesmo tempo que favorecia a monopolização da propriedade da terra por fazendeiros e latifundiários, induzia os trabalhadores rurais a venderem a sua força de trabalho nas plantações de café, criação de gado e outras atividades. Ao longo dessa história ocorria a transição do trabalho escravo ao livre, formava-se o mercado da força de trabalho, expandia-se a monopolização da terra, ocorria a metamorfose da terra em mercadoria.

A lei das terras assinala uma via democrática burguesa nascente no período do século XIX. A possibilidade de compra de terras evidentemente não vem atender as necessidades das classes camponesas em suas composições nas mais diversas regiões do país; nem aos indígenas expropriados da terra, ou então aos escravos fugidos subsidiados nos quilombos e nas mais diversas atividades desde livres até escravas. Nessa fase de queda do escravismo colonial em algumas regiões, estabelecendo em seu lugar a corvéia a partir do cambão, por exemplo, a economia agrária se diversificava. Parte da população migra para as cidades e a indústria – ainda incipiente, porém já atuante no mercado brasileiro – tem aparatos em leis e projetos político-jurídicos para a sua regulação e, sobretudo nas relações de produção na agricultura (IANNI, 2004).

A ascensão econômica da produção do café nos anos 1860 demonstra uma mudança na relação de produção agrária até então disposta sobre a mineração e a cana-de-açúcar. A alternativa é a imigração, sobretudo dos europeus no sul da Itália. A imigração ascende de

forma que “dos 13.000, nos anos setenta, passa a 30.000 só em 1886; em 1887 será de 55.000; em 1888, da ordem de 133.000. O total para o último quartel do século ficou acima de 800.000, sendo que quase 600.000 italianos” (SODRÉ, 1976). A alternativa imigratória foi uma resposta direta a substituição do trabalho escravo, colocando na região do Centro-Sul – no Sul geralmente a condição de colono e no Centro, sobretudo São Paulo, a condição de trabalhador rural – uma lógica produtiva diferente abrindo alas para um liberalismo político (SODRÉ, 1976; STÉDILE, 2004).

A principal relação econômica baseada na agricultura de exportação para o mercado externo jamais deixou de ser atuante na formulação como correlação de forças mais significativas para o aparelho da sociedade política. As classes subalternizadas produzidas pela exploração ao largo do século XIX tendo como característica a heterocronia, consubstanciadas na sociedade civil, não encontraram, e pelo que demonstra a história, não encontram ainda nos dias de hoje uma direção em direção à hegemonia e a ação política consciente.

A história da luta pela terra se dá na experiência da exploração da fonte de trabalho e da acumulação de capital dos detentores da propriedade latifundiária. Sendo que pelas condições evidenciadas até aqui, se colocam como importantes disputas no campo de uma formação social até então pré-capitalistas. Já em 1754 o grito de Sepé Tiaraju pelo direito à sua terra, ecoa nas classes subalternizadas pela renda da terra e, com a abolição da escravatura em 1888, e a constituição burguesa de 1891, as condições de uma mudança em curso inicial da formação social não trazem fim ao grito de Sepé, mas sim, mudam a composição de Estado e da classe dirigente ao qual o grito ainda será estendido.

A revolução político-burguesa no Brasil de cunho anti-escravista de 1888-1891, estabelece as condições político-jurídicas garantidas no Estado para a consolidação do MPC numa formação social. Isto é, as relações de produção generalizadas na exploração capital-trabalho não se dão numa formação social qualquer; o que também não implica dizer que logo após a constituição burguesa de 1891 o Brasil se colocou sob o domínio do MPC. Tal consolidação leva anos de generalização das contradições da exploração específica pelo capital, mas de fato ela só pode ocorrer uma vez que a superestrutura seja pelo movimento já engendrado na estrutura econômica, toma forma jurídica e política para que sua consolidação seja possível (SAES, 1982).

É mister pontuar que no Oeste paulista com o desenvolvimento da produção de café, sobretudo na entrada do século XX, municípios como Sertãozinho tem crescimento relativo à construção da estrada de ferro e à exportação da economia cafeeira. Portanto dá-se uma

relação de expansão da lógica capitalista em sua construção (IANNI, 2004). O que não ocorre da mesma forma em algumas parcelas mais interioranas do Nordeste (SODRÉ, 1976).

São condições do desenvolvimento, mais especificamente, do avanço do capitalismo na realidade brasileira que já vinham sendo colocadas seja pelo “alto” seja por “baixo”. Pelo alto significa pelas relações político-jurídicas que vinham se reformando e sendo criadas em meados do século XIX; as escolas de direito como a de Recife, ou seja, a profissionalização do direito burguês na sociedade política brasileira em conjunto com as leis que, em 1891 atingem seu ápice na Constituição, caminham para a possibilidade de uma abertura ao MPC. Por “baixo” diz respeito às revoltas das classes subalternas que irrompiam de forma espontânea da sociedade civil. Como nos aponta, Sodré (1976, p.291) “a ideia republicana estivera presente em todos os movimentos de rebeldia ocorridos aqui, antes e depois da autonomia”, diz respeito aos movimentos insurgidos “na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, na Revolução de 1817, na Confederação do Equador, na Revolução Farroupilha”. Além das insurreições, de forma central, as relações de produção que se caracterizavam na heterocronia brasileira baseadas nas forças produtivas e, também nos tipos de produtos que se produziam na lógica regional.

A produção do ciclo do café na Republica Velha, que se estende até 1930 com demasiada importância no Produto Interno brasileiro, na construção da indústria – iniciada no setor da exploração da cana-de-açúcar – e do mercado interno é a representante da historicidade da produção do escravismo colonial, seu declínio, a heterocronia variante entre as regiões do país e, por fim no início da consolidação do MPC com avanço no campo e na lógica agrária. É válido ressaltar que apesar desse avanço do capital sobre a terra, ele jamais conseguiu se estabelecer como fenômeno que dizimou o campesinato. Em suas próprias contradições, o MPC reproduz o campesinato em certa medida, acumula o capital na mão de latifúndios e ceifa posses de terra e condições de subsistência do camponês. Esse cativo da terra, por sua vez se vê expropriado ou reduzido a uma área pequena de terra, obrigando-se a optar por vias alternativas de produção e reprodução na situação de classe subalterna (OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 1986).

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, novas forças externas estavam se inserindo na lógica político-econômica. No Brasil, a Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas marca uma guinada na direção das forças hegemônicas internacionais e a queda das oligarquias centradas principalmente no café paulista e na criação extensiva pecuária leiteira de Minas Gerais (SODRÉ, 1976). A etapa do capitalismo concorrencial da virada do século XX até a década de 30 demarcava a condição brasileira em seu caráter neocolonial e uma espécie de

revolução burguesa autocrática dominante, tendo no aparelho de Estado sua democracia representativa e a constituição das outras classes subalternas com suas características particulares e típicas (FERNANDES, 1976).

A Grande Depressão teve papel importante na atuação do movimento político-econômico brasileiro, no ano de 1928 a exportação gerava em torno de 97 milhões de libras esterlinas, sendo que em 1935 atingem 33 milhões de libras sendo seu ponto mais baixo (IANNI, 2004). É durante esse período, mais especificamente durante 1931-33 que a queima de café durante o governo Vargas se torna icônico, de acordo com Ianni (2004) queimou-se mais de 25 milhões de sacas de café. Com a vitória de Júlio Prestes na máquina eleitoral, a oposição representada por Vargas na Aliança Liberal em 1930 assume o poder destituindo a passagem da presidência de Washington Luiz para Prestes em detrimento da posse de Vargas. Nesse contexto “a cidade venceu o campo com a revolução de 30” (IANNI, 2004, p. 200). A marcha para o Oeste povoando a região Centro-Oeste e Norte do país durante o período da ditadura do Estado Novo tinha como objetivo a ligação econômica dessas regiões com o litoral brasileiro. Estabelece-se a expansão da malha ferroviária e o assentamento de pequenos trabalhadores aos moldes de uma reforma agrária a fim de diluir os latifúndios da região, contudo, o projeto de deterioração desses latifúndios não ocorre de forma a desconcentrar a terra nas mãos de trabalhadores rurais por falta de capacidade de apoio das reproduções desses assentados.

No período compreendido do pós Segunda Guerra, algumas legislações foram aprovadas no sentido de estabelecer a condição de assalariado no campo. É o caso do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, que se dispõe a ampliar a relação da força de trabalho rural com as leis de oferta e procura. Impõe categorias como de indústria rural, empregador rural, empregado rural. A instituição da carteira profissional formaliza as condições jurídicas nos processos legais de empregadores e empregados na terra (IANNI, 2004). Todas essas ampliações jurídicas ocorrem num período de crescente industrialização da realidade do parque industrial brasileiro e sua relação com a terra.

Sobre o período Juscelino Kubitschek e o início da ditadura, Fiori (2003, p. 156-157) discorre que

[...] essa industrialização pesada funciona como padrões capitalistas modernos, altamente monopolizados, com baixa capacidade de emprego industrial e segundo uma dinâmica fundada na hiperconcentração da renda. Esse padrão de industrialização estimula uma urbanização acelerada e reproduz, permanentemente, uma massa de desempregados que vegetam nos

bolsões de marginalidade urbana e miséria rural, ampliando as bases de um sistema social excludente.

Já em 1964 institui-se o Estatuto da Terra que estabelece o Art. 1º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964^a condição de regular “os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.” (BRASIL, 1965). Na década de 60 a maioria da população brasileira ainda era rural; com as intensificações na disputa pela terra, alguns movimentos importantes pela reforma agrária começaram a se corporificar, é o caso das ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul), esses apoiados pelo PCB e pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) de Leonel Brizola (STÉDILE, 1997). Logo em 1963 pelo governo de João Goulart, constrói-se em direção ao funcionamento do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e alguns movimentos pastorais progressistas da igreja católica como o Movimento da Educação de Base (MEB) e a Juventude Agrária Católica (JAC). Movimentos que introduzem luta até sua repressão em 1964 com a ditadura militar e, que são retomados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975 e por fim, no fim dos anos 1970 na criação do MST. (STÉDILE, 1997; STÉDILE; FERNANDES, 2005).

Stédile (1997, p. 15) divide as correntes de pensamento pela reforma agrária no período correspondente em quatro: a primeira como uma “reforma agrária antifeudal”, baseada nas análises dos intelectuais do PCB como Sodré, Guimarães e Mário Vinhas, defendiam que por ter resquícios de feudalismo, uma união entre burguesia e trabalhadores seria a via contra o latifúndio e o estabelecimento da reforma agrária. A segunda como “uma reforma agrária para desenvolver o mercado interno e uma economia nacional”, isto é, uma base para o crescimento do mercado interno e do consumo voltados para a industrialização. Liderado por Celso Furtado, essa corrente se coloca nas análises ocorridas na CEPAL. A terceira, “uma reforma agrária como viabilização do ideal cristão de justiça social e da pequena propriedade”. Pelas encíclicas do Concílio Vaticano II, alguns expoentes progressistas da igreja católica advogavam o direito de cidadão a todos os homens do acesso a terra. Stédile coloca setores do PSB (Partido Socialista Brasileiro) na figura de Paul Singer como intelectuais representantes dessa corrente. Por fim, mas não menos importante, a quarta corrente como “uma reforma agrária anticapitalista”. Ao lado de Caio Prado, Rui Mauro Marini e Gunder Frank são representantes dessa corrente que pelas construções explicitadas de Caio Prado e Simonsen, não admitem resquícios feudais no Brasil e, portanto objetivam a pulverização das relações capitalistas no campo há muito constituídas.

No período que compõe os primeiros anos da ditadura militar, as lutas pela reforma agrária foram reprimidas com perseguições e assassinatos dos principais líderes da luta camponesa, muitos seguiram pela via do exílio (STÉDILE, 1997). O Estatuto da Terra, já explicitado anteriormente, cria o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) e posteriormente transformando-se no Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O que supostamente deveria ter se materializado em reforma agrária como previsto no Estatuto, na prática “acabou se tornando apenas um organismo de colonização, desenvolvendo projetos na região desabitadas do país e oferecendo lotes de terra aos imigrantes, especialmente em Rondônia, No Pará e no Mato Grosso” (STÉDILE, 1997, p. 18).

Com o ciclo político do tempo presente que se inicia do qual Fiori (2003) caracteriza como desenvolvimentismo, fase pela qual se engendra um processo de invasão extensiva e intensiva do capitalismo no campo, Ianni (2004, p. 177-178) reforça os processos de correlações de forças camponesas que vinham em materialização sendo que “reativaram-se antigas lutas e multiplicaram-se as novas”. Os expropriados da terra pelo arrendamento ou mesmo pela força, na lógica da expansão do capital no campo, reorganizam-se para estender o grito de Sepé para as novas contradições sob a égide do novo senhor da terra, o capital. “As comunidades indígenas, os núcleos de posseiros, os bairros caboclos, as colônias, além de parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e outros trabalhadores rurais” empregam resistência em novas dificuldades encontradas na posse, no uso e na reprodução de suas atividades produtivas em seus próprios territórios.

As classes sociais rurais se reproduziam e com o avanço do desenvolvimento industrial no campo, algumas novas relações se colocavam nessa lógica. Bóias-frias, colonos – sobretudo no sul do país - posseiros, meeiros, trabalhadores rurais sazonais ou “permanentes”, donos de pequenas e médias propriedades, quilombolas, indígenas em parcelas de terra próprias, donos de fazenda, grandes produtores rurais de característica latifundiária, entre muitos outros que no ciclo pós-golpe de 1964 fazem parte das contradições presentes nas relações de produção rurais e, ligados pela dimensão industrial das cidades (IANNI, 2004). A criação da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) criada em 1967 coloca em primeiro plano a materialização das disputas pelos direitos indígenas e possibilidades de proteção do uso da terra e sua respectiva territorialidade. A institucionalização de algumas dessas lutas no liame social, colocam em voga a luta das classes subalternas por direitos até então não contemplados. (IANNI, 2004).

No período de aproximadamente 20 anos de 1964 a 1985, sob a ditadura o desenvolvimento acelerado em direção a modernização provocou mudanças na estrutura agropecuária brasileira. Com efeito, uma dupla condição atinge as zonas rurais do país. Por um lado, o crédito financiado pelo próprio governo promove algumas atualizações técnicas e tecnológicas do manejo no campo; por outro, o endividamento do trabalhador rural e as agudas disparidades socioeconômicas intensificam os conflitos pela terra e pelo território. É nesse período que germina o nascimento do MST (FERNANDES, 2012).

Em 1985, fim da ditadura e a redemocratização, estabelecida a Constituição de 1988 e a correlação de forças políticas e classes, o período Collor-FHC é marcado por um alinhamento das políticas dos anos 1970 e 1980, sobretudo no EUA e na Inglaterra. A aproximação do projeto neoliberal, atomizando os trabalhadores e enfraquecendo os sindicatos, carrega no discurso da razão econômica uma espécie de prosperidade descompromissada do Estado em detrimento de uma articulação supostamente racional dos sujeitos atuantes do mercado. Uma etapa de concentração de renda, pulverização e flexibilização dos contratos de trabalho, num distanciamento simbólico entre donos dos meios de produção e trabalhadores constitui um cenário de intensificação dos movimentos por direitos ao mesmo tempo em que atomiza os trabalhadores dificultando as noções de comum e de união de classes. Desagregação maximizada das classes subalternas. (HARVEY, 2008; GRAMSCI, 2007a; FIORI, 2003; ALVES, 2000; ANTUNES, 2015).

A partir dos anos 1980 o processo de mundialização do que no processo do capitalismo fica conhecido como etapa monopolista começa a sua materialização na realidade das formações sociais sob dois grandes âmbitos: a globalização dos capitais nacionais por pouquíssimas empresas e, pela infiltração do processo tecnológico mundializado no cotidiano dos indivíduos. Empresas no mundo inteiro passam por processos de fusões, associações ou aquisições. É o caso no Brasil da Ambev com a Interbrew (belga) em 2004, do Banco ITAU S/A com o Unibanco em 2008, da JBS S/A com Tasman Group (australiana) e Rockdale Beef (australiana) em 2008 e 2010, respectivamente, da Azul e Trip em 2012, além de muitas outras que ocorreram durante esse período (OLIVEIRA, 2015; CHESNAIS, 1997).

No primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, a tese que se desenvolveu – pelo próprio FHC e alguns outros acadêmicos - era a de que o Brasil já não era mais um país agrícola, o que implicaria numa menor quantidade de trabalhadores rurais que necessitavam ser assentados. Não obstante, o governo enfrentou uma forte pressão organizada pela reforma agrária, principalmente pela CPT e pelo MST. A primeira gestão de FHC no que

tange a reforma agrária é marcada pelo massacre de Corumbiara no estado de Rondônia e de Eldorado de Carajás no Pará, em 1995 e 1996 respectivamente. (MARTINS, 2003).

Já no segundo mandato, a reforma agrária foi escamoteada e introduziu-se a categoria “empresa rural” para que a relação capital-trabalho pudesse se intensificar no campo, além de um fortalecimento dos latifúndios e da própria bancada ruralista advinda, sobretudo, de governos estaduais que representavam a parcela conservadora em posse das terras e do capital no campo (MARTINS, 2003).

Na perspectiva das terras e da condição de trabalho e territorialidades, esse processo se dá como analisado por Oliveira (2015, p. 17-18)

A monopolização do território se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território (*monopolistic control of the territory*), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras.

Essa forma de controle monopolista permite ao capital não ter amarras originadas em nações ou territórios, mas sim realizar uma aliança de classe – entre as classes burguesas financeiras e as classes burguesas latifundiárias – que possibilita uma dinâmica dessas dimensões. É claro que, mais do que essas alianças burguesas, a concentração da terra se possibilita sob a égide dessa condição e o trabalhador rural se vê inserido nessa lógica dificultando muitas vezes o acesso e a permanência na terra. (OLIVEIRA, 2015).

O governo Lula assumindo em 2003 pelo PT (Partido dos Trabalhadores) é por um lado um acontecimento importante, já que é a primeira vez na história do Brasil que a presidência se ocupava por um representante do povo e das lutas sociais (FIORI, 2013). Por outro lado encontra o processo de mundialização do capital em andamento e teve um papel atuante nas relações neoliberais, sobretudo no crédito bancário e políticas de subsídio para grandes e pequenos produtores agrários. O programa Bolsa Família é uma das marcas do governo para a sua relação de consumo e de tentativa da pulverização da extrema pobreza no Brasil. Martins (2016, p.125) é crítico ao programa na relação específica do programa Bolsa Família e os acampados do MST. “Acampados são aqueles que, tendo ocupado ou invadido terras, vivem com suas famílias em barracos improvisados, cobertos por plástico preto”. Segundo o autor, o

programa naquele momento se preparava para inserir mais de 230 mil famílias sem-terra em situação de acampados. Tal movimento poderia retirar da tutela dos programas de reforma agrária essas famílias e afastarem-se simbolicamente das reivindicações do MST.

Nota-se, portanto que mesmo no governo Lula, as lutas pelo acesso a terra não tiveram centralidade de objetivos pela sociedade política. Entretanto, simbolicamente, o governo Lula representava esperanças aos integrantes do movimento sem-terra e alguns dos movimentos vislumbram um crescimento possível na atuação das lutas pela terra.

Durante o governo de Dilma Rousseff, “a tônica para consolidar a reforma agrária consistiu em desenvolver os assentamentos existentes, ao invés de focar na criação de novos.” (BARONE et al, 2016, p.32). O que também é uma das reivindicações do MST, para além do acesso a terra, uma forma de reprodução das condições de produção dos assentados.

Em 2016, numa articulação parlamentar, Michel Temer assume a presidência numa espécie de golpe institucional e atende já em novembro de 2017 uma articulação de correlações de forças para a aprovação da reforma trabalhista. No campo, os principais ataques contra a classe trabalhadora se deram pela retirada das horas *in itinere*, isto é, a retirada da contabilização do tempo na jornada de trabalho do deslocamento do trabalhador de sua residência até o trabalho. Mais especificamente no artigo 58 § 2º, explicita-se que

O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador (BRASIL, Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017).

A partir da Lei nº 13.467, o trabalhador não é mais condicionado a pagar uma taxa sindical por impostos, sendo do seu próprio bel-prazer a ação para tal. No caso do contrato de trabalho intermitente no artigo 452-A, inciso 4º após o aceite para o comparecimento do trabalho, a parte que descumprir o contrato deverá pagar à outra uma multa de 50% da remuneração devida.

O trabalho de Melo (2020) traça uma importante trajetória da luta pelo acesso a terra no Brasil, delineando desde a entrada do assalariamento no campo até as últimas políticas públicas de reforma agrária propostas no governo FHC, Lula e Dilma. Marcando o começo do desmonte sistêmico de políticas públicas dessa natureza no governo de Temer.

Nas eleições de 2018, e no exercício de 2019, o governo de Jair Bolsonaro representa uma forma governamental que dilui as proibições de usos de agrotóxicos em favor das grandes propriedades rurais e latifundiárias brasileiras em detrimento de terras indígenas,

quilombolas e de movimentos sociais como o MST. O projeto de lei nº 6.299/2002 resgatado pelas forças que representam o que se conhece como “bancada ruralista” e apoiada pelo governo prevê a alteração dos artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que prevêem

sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências (BRASIL, 2002).

O atual projeto no campo no campo da sociedade política se coloca de maneira a assegurar o direito dos grandes proprietários de terra e de um ataque simbólico – que se materializa em invasões de áreas indígenas, quilombolas, MST, etc. – ao pequeno agricultor, à sua territorialidade e às suas condições de (re)produção. É o caso das famílias sem terra do assentamento Valdair Roque no município de Quinta do Sol no Paraná que foram atacados por homens armados no dia 03/07/2020 tendo as suas produções destruídas. Um dia depois inaugurava-se no local destruído um centro de produção agroecológico.

É sob este cenário que algumas contradições da luta de classes representadas por grupos em luta pela posse da terra e pela reprodução de suas classes na terra já adquirida têm representantes históricos importantes, no caso deste estudo, olharemos com mais atenção o MST.

2.3.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Um dos movimentos de maior expressão que acompanha o desenvolvimento da luta no campo na América Latina é o MST. Sua origem refere-se ao processo de dissolução da ditadura militar com a retomada da luta no campo pela CPT em Goiânia no ano de 1975, consolidando-se somente no ano de 1978 no Rio Grande do Sul (STÉDILE, 1997). Na década de 1970 o Brasil sofria uma “modernização dolorosa”³² e um grande processo de mecanização em avanço sobre as famílias de pequena propriedade rural. Foi por meio dessa mecanização que “se liberou um enorme contingente de pessoas. Num primeiro momento, essa massa populacional migrou para as regiões de colonização, especialmente Rondônia Pará e Mato

³² Termo constituído pelo professor José Graziano da Silva (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

Grosso³³” (STÉDILE, FERNANDES; 2005, p. 16). As ligas camponesas que se originam no nordeste no ano de 1954, mais especificamente no Engenho Galiléia no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, foram praticamente extintas na região brasileira no pós-golpe de 1964. A origem do Movimento se dá no Sul do Brasil por conta da grande concentração de camponeses e pela luta do Master – apoiados pelo PTB e pelo Brizola – que ocupa duas grandes áreas de terra historicamente pertencente aos indígenas que haviam sido arrendadas pelo Governo do Estado para filiados de políticos e fazendeiros e apropriadas ilegalmente. As ocupações pelo Master da Granja Macali e da Granja Brilhante em conjunto com as famílias originárias, em 7 de setembro de 1979, dão origem ao MST e em menos de quatro meses assenta os agricultores que reivindicaram a terra. (STÉDILE, 1997; STÉDILE; FERNANDES, 2005; DAL RI, 2019).

O primeiro conjunto de princípios promovidos pelo Movimento já como sujeito social data de 1984

lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; integrar à categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários, etc.; a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver (FERNANDES, 2000, p. 83).

A partir desse ponto, várias iniciativas de recuperação de terra nos estados vão se desenvolvendo até que em janeiro de 1985³⁴ na capital do Paraná, Curitiba, acontece o primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores sem Terra. O evento conta com “1500 delegados de todos os Estados do Brasil, onde foi estruturada a Coordenação Nacional composta por 2 representantes de cada um dos 12 estados onde o movimento estava organizado” (MST, 1986, p. 43-44).

A trajetória do MST e suas fases podem ser bem colocadas divididas em cinco períodos de sua história:

Tabela 7: Periodização da Trajetória do MST

Período	Datas	Fases
1	1979 - 1985	Gestão e nascimento

³³ O estado de Mato Grosso nessa época não havia sido dividida em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A divisão ocorre apenas em 1977.

³⁴ Nesse ano data o primeiro Congresso Nacional do Movimento, contudo em 1984 na cidade de Criciúma ocorre o primeiro grande encontro que marca a data oficial do nascimento.

2	1986 - 1989	Formalização, massificação, expansão, unificação das lutas
3	1990 - 1995	Institucionalização
4	1996 - 2005	Superar os efeitos do neoliberalismo no âmbito nacional e internacional
5	2006 - até presente	Bifrontismo político/ Reestruturação interna

Fonte: Rubbo (2013)

Como já exposto na seção anterior, o período Collor-FHC caracteriza-se por uma forte afirmação da manutenção neoliberal do Estado. A realidade latino-americana vivencia em sua própria sociedade política a importação desse modelo, sobretudo a partir dos anos 1990. No período 3 (institucionalização), os primeiros esboços de políticas neoliberais começam a irromper no Brasil, contudo é apenas no período 4 que esses efeitos se colocam de maneira mais pungente na atomização da classe trabalhadora e na afirmação latifundiária da terra.

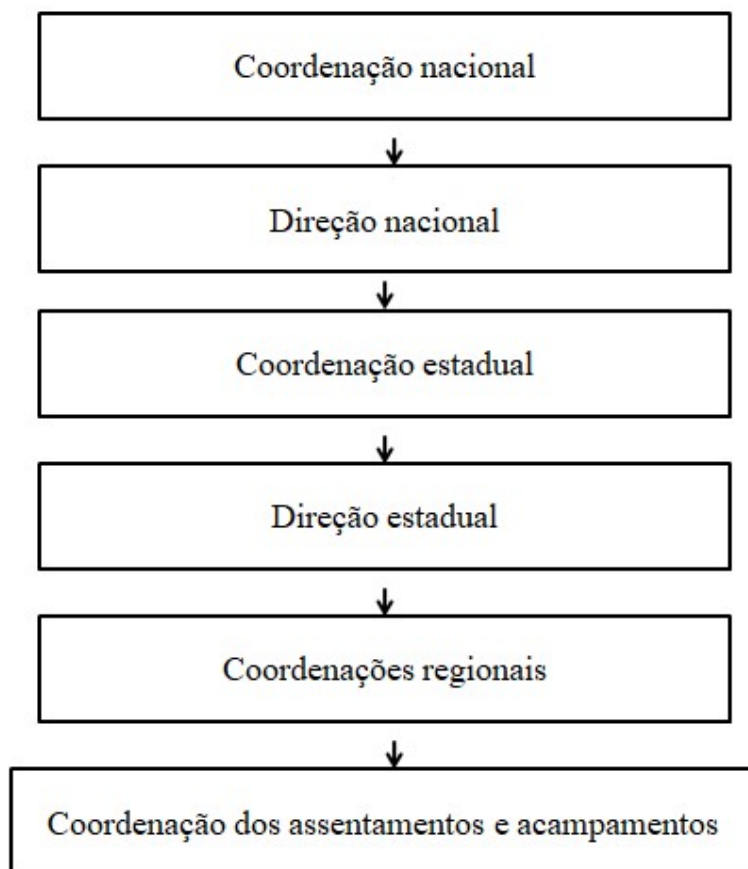
O bifrontismo do 5º período refere-se à eleição do Partido dos Trabalhadores e a sua relação com o Movimento, mais especificamente quanto à autonomia das formas de atuação no nível social. Isso se deu, pois pela primeira vez o MST – e a própria história do Brasil – se viu entre a relação sociedade civil e sociedade política com um partido político ligado à classe trabalhadora ascendendo ao poder do Estado. O fato do PT ter nascido *pari passu* com importantes movimentos sociais e populares, também o fortalecimento de uniões sindicais como as do ABC paulista, coloca o MST numa posição ainda não experimentada e, portanto, nova em relação às ações possíveis que se abrem às frustradas e, consequentemente a uma reformulação da forma de reivindicação e até mesmo de algumas das técnicas e valores cujos quais o Movimento passa a desenvolver – a agroecologia é uma delas (RUBBO, 2013; FIORI, 2003; MARTINS, 2016).

O trabalho de Rubbo é de 2013, há de se colocar que as condições políticas daquela época sofreram uma mudança expressiva na sua forma desde 2016. Sendo assim, é possível levantar a hipótese de que o MST esteja já em um sexto período fruto tanto da reformulação que se inicia em 2006 quanto pela forma como as forças que ocupam o governo têm travado a guerra de posição contra o Movimento, algumas delas apoiando invasões e assassinatos de líderes em acampamentos e assentamentos. Já que o esforço de uma nova periodização seria considerável e não cabe nos limites deste trabalho, seguiremos com a periodização

apresentada acima, porém assinalando a possível mudança na qual as condições da realidade concreta se consolidam.

A organização do Movimento se dá estruturalmente da forma como se segue:

Figura 2: Estrutura da Organização do MST



Fonte: Fernandes (2012).

A Coordenação nacional inicialmente foi formada por 2 membros de cada estado eleitos por votação estatal, isto é, 24 membros. Porém com a expansão do Movimento, a Coordenação chega a contar com aproximadamente 90 membros, mantendo os 2 eleitos de cada estado, com mais estados brasileiros participando das votações, contudo adicionando um representante eleito nas centrais de Cooperativas Estaduais e mais 2 pelos setores nacionais. Os membros da Direção Nacional somam 21 eleitos pelos encontros nacionais (MST, 1986; FERNANDES, 2012).

Pelo Encontro Estadual são eleitos de 9 a 15 membros da Coordenação estadual “de acordo com a realidade da forma de organização em cada estado”. Já a direção Estadual se forma pela central de Cooperativas estaduais (FERNANDES, 2012, p. 26).

Por fim, “a Coordenação Regional é formada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais. Estes também são membros das coordenações dos assentamentos ou dos acampamentos e são eleitos em assembleias” (FERNANDES, 2012, p.26).

Segundo Stédile e Fernandes (2005, p. 81) “para o MST, o mais importante é manter o vínculo de movimento de massas”. Para os autores e militantes, essa é a principal forma de direcionamento para a organização do Movimento. Em outras palavras, é colocar em prática na estrutura organizativa e na forma como ela opera uma menor concentração de processos decisórios nas instâncias mais “elevadas”.

O principal elo dessa organização advém dos estados, é lá onde as indicações e as análises dos candidatos ocorrem, sendo essas divididas nas coordenadorias regionais pelas lideranças dos assentamentos. Contudo, pode acontecer da indicação não ser aceita, o que acontece mais frequentemente é ter mais candidatos do que vagas, nesse caso começam os processos de votação. É no campo estadual que ocorrem as decisões mais específicas, em razão de não correr o risco de perder ou diluir a identidade e as necessidades regionais (STÉDILE; FERNANDES, 1996).

O trabalho de Rubbo (2013) estabelecendo uma interlocução teórica com Aliaga (2008) comenta das evoluções na estrutura organizacional comparando-os com a estrutura do Partido Comunista Francês no momento em que ambas atingem um nível de burocracia cuja preocupação se repousa em estabelecer uma relação próxima entre base e os níveis superiores. Além de suas formas de voto representativo indireto, isto é, depender de encontros, comitês e outras formas de organização para só depois uma efetiva eleição.

As conclusões de Rubbo (2013, p. 55) a esta seção caminham na direção da estrutura organizacional do Movimento como “semelhante aos partidos, mas não para apontar de maneira suficiente que o MST é um partido político”. De fato, ao analisar a estrutura organizacional não se pode chegar à conclusão de que o Movimento atua como um partido. Entretanto, na análise de Gramsci não é pela estrutura organizacional de uma autonomia da sociedade civil que se formam partidos, mas sim no seu caráter e potencialidade unificadora dos grupos subalternos.

Para que a pergunta deste trabalho **“a agroecologia produz consciência política coletiva no MST?”** possa ser respondida, primeiramente depreende-se a necessidade de uma análise do nível de força social na qual o MST representa e construir uma estruturação onde

se considera o Movimento como um partido político seguindo as construções epistêmicas gramscianas.

O autor sardo dá um passo além do mito-ação de Geroges Sorel quando elabora a crítica ao entendimento de partido político que vinha sendo colocado e de que, a organização a partir da concepção ideologia-mito não permitia ao entendimento de partido, mas sim o de um sindicato profissionalizado (GRAMSCI, 2007a, p. 14). A organização na qual Gramsci se refere permeia, portanto todos os aspectos dos fenômenos sociais, desde a organização mais simples até a organização política de um partido (LIGUORI; VOZA, 2017).

A discussão e a linha entre movimentos sociais e partidos em Gramsci é importante ao ponto de considerar alguns desses movimentos como partido. Isso ocorre, pois

o Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sobre outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura (GRAMSCI, 2002a, p. 139).

Esse “renascimento” se coloca de forma orgânica na sociedade civil e representa um fenômeno estrito da sociedade capitalista. Não estamos aqui colocando a perspectiva de Hegel sobre a corporação como atividade diretiva mais elevada do Estado burguês, mas sim destacando a impossibilidade desse Estado de dar conta das necessidades emergentes de grupos subalternos, os quais veem sua manifestação rompida de autonomia pela dominação da classe dirigente e, engendra formas de organização a partir de partidos (GRAMSCI, 2002a).

Ao conceber a ideia de partido, não se refere somente a organização institucionalizada ligada diretamente ao parlamento, refere-se à capacidade de organização de grupos subalternos de caráter unificador. Gramsci (2001, p. 218) aponta que “Na Itália, pela falta de partidos organizados e centralizados, não se pode prescindir dos jornais: são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos”. É o caso de jornais como *La Stampa* de Turim e a coluna No Batente que Tragtemberg estabelecia direta relação com operários.

Na mesma linha, a organização do Movimento atuando como a de um partido leva Aliaga (2008, p. 92-93) a afirmar

A estrutura organizativa do MST, portanto, se define como uma organização de massas que se empenha na educação política de sua base e consiste num sistema de instituições complexas estruturadas em âmbito nacional, estadual e local, articuladas entre si e centralizadas politicamente, contando com um corpo de funcionários especializados. Características que em seu conjunto

aproximam-se morfologicamente dos partidos de formação externa ao parlamento.

O produto teórico do MST como partido ficará mais claro ao desenrolar das seguintes sessões e capítulos, quando a análise do estabelecimento da agroecologia no Movimento e os produtos políticos que compõe territorialidades forem sendo esquadrihados. É fundamental entender que pela trajetória da agroecologia no MST é possível apreender como a função e a forma de partido se encaixam na lógica do Movimento.

2.3.2 Agroecologia

A agroecologia - dimensão na qual este trabalho busca evidenciar experiências consubstanciadas na produção do MST; assim como espaço potencial para a sua concretização - é um conjunto de práticas novas que culmina na mudança do modo de ser da agricultura, que busca em sua estruturação, a soma de conhecimentos históricos, seja da academia, seja na prática do campesinato (LOMBARDI, 2016). De acordo com Lombardi (2016), o desenvolvimento do termo “agroecologia” se deu a partir de uma síntese de estudos sociológicos e toma forma como uma prática que aponta caminhos para transformações sociais duradouras tanto para o homem quanto para a natureza, numa relação dialética

Além de ser uma ciência que oferta novos e mais limpos produtos à sociedade, a agroecologia se propõe como uma nova forma de agricultura fazendo frente à ideia de produção intensiva ao capital, proporcionando ao trabalhador melhores condições econômicas e menos agressivas ao ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Os autores destacam ainda, as dificuldades de se chegar ao objeto de forma mais direta da agroecologia, devido ao mau uso do termo. É fundamental definir que a perspectiva de agroecologia aqui seguida não pode ser confundida como um “modelo de agricultura, com um produto ecológico, com uma prática ou técnica agrícola, e inclusive, como uma política pública” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 14). Para melhor definir o termo, os autores a definem como uma reafirmação de ciência ou disciplina científica, de caráter multidisciplinar que objetiva o desenvolvimento, o estudo e a análise de agrossistemas (GLESSMAN, 2005).

São três os principais autores que compõem de forma mais consolidada a produção teoria e científica da Agroecologia: Miguel Angel Altieri (1995; 2004), Eduardo Sevilla

Guzmán (2002; 2011) e Luiz Carlos Pinheiro Machado (2009; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Pela dupla relação de caráter dialético homem e terra, a agroecologia não se refere apenas ao caráter mais sustentável do manejo da natureza, mas também ao seu caráter sociológico. Isto significa que para além da parcela disciplinar de mediação de saberes, a agroecologia também se articula na formação epistêmica e metodológica na sua construção envolvendo movimentos sociais e trabalhadores rurais, garantindo forma específica no tratamento da cadeia produtiva até o consumidor final (SEVILLA GUZMÁN, 2002; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Sabe-se que mundialmente a agroecologia origina-se como resposta do que se denominou “revolução verde”³⁵, desdobrando suas formas de concepção e prática a partir de precursores como “Agricultura Biodinâmica; Agricultura Orgânica; Agricultura Natural; Agricultura Biológica Agricultura Alternativa”. Não obstante, a América Latina desenvolve a Agroecologia numa outra direção e origem, também pelo fato já descrito na questão agrária e política brasileira, os principais expoentes da prática agroecológica são representados por “Organizações Não-Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais Populares e, recentemente, esforços governamentais em países como a Bolívia” (OLIVEIRA; CHRISTOFFOLI, 2017, p. 154).

Depois da II Guerra Mundial, os países mais desenvolvidos, pela necessidade e pelas novas tecnologias em crescimento considerável, iniciam um projeto de desenvolvimento da agricultura que se denominaria Revolução Verde. O propósito era o de aumentar a produção e a produtividade contando com motomaquinarias, insumos químicos e alimentos geneticamente modificados. Entretanto, “foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos.” (ALTIERI, 2004, p. 19).

A discussão mais presente da agroecologia engendra-se na América Latina a partir dos anos 1980. Desde sua base, seus conceitos, categorias e a importância do sujeito camponês tradicional - povos indígenas, sem terra, pequenos e médios produtores, migrantes e trabalhadores agrícolas – até os novos conceitos trazidos nesse campo de estudos e práticas nos últimos 20 anos (NOVAES; SANTOS, 2019).

³⁵ Para uma perspectiva crítica na qual este trabalho partilha, ver o fetiche da revolução verde em Novaes et al (2015).

A obra de Sevilla Guzmán (2011) faz uma tentativa de genealogia das teorias sociais e políticas que impactaram na formação da cultura latino-americana e, consequentemente, na busca por formas autônomas de enfrentamento ao capital e as formas de dominação como o colonialismo. O autor passa por caminhos parelhos aos que foram apresentados na seção do caso brasileiro deste trabalho, dividindo em períodos da construção sociocultural da AL em seis, o último caracteriza-se já como

lugar como consecuencia de la incorporación de dos actores sociales a la emergencia de los nuevos movimientos sociales, rompiendo su carácter hasta entonces fundamentalmente occidental, e introduciendo en ellos una naturaleza global de disidencia al neoliberalismo y la globalización: el Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (mst) y el Movimiento Indígena Mexicano, que reivindica su condición de nación cultural, dentro del cual se encuentra como expresión más conocida el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (ezln). Este neozapatismo de Chiapas surge como consecuencia de que la agricultura campesina mexicana se encontraba fuertemente amenazada debido a las importaciones de alimentos (SEVILLA GUSMÁN, 2011, p. 43).

No caso dos zapatistas da comunidade de Chiapas no sul do México, organizados politicamente contra uma investida neoliberal na comunidade indígena, as relações com o EZLN e aproximação com grupos Maoístas do México se complementaram tanto na forma de organização do movimento, quanto na sua reivindicação (SAAVEDRA, 2009).

Nesses casos, a condição estabelecida desses movimentos sociais com a produção de alimentos progressivamente posicionam-se para a construção das formas autônomas de reivindicação de territorialidades. Tanto o comum quanto a agroecologia se tornam duplamente produtos políticos da produção desses movimentos e orientadores de *aufhebung* de um possível espaço de luta nos níveis da sociedade civil.

Com efeito, a agroecologia tem desenvolvimento diametralmente do que se conhece como agronegócio, ainda mais “no Brasil, a construção do termo agronegócio ocorre a partir da ideia de *agribusiness* consolidada nos Estados Unidos, com a finalidade de posicionar a grande propriedade como produtiva, detentora de tecnologia” sendo essa via o “projeto mais viável para o desenvolvimento no campo” (MELO, 2018, p. 111).

Como bem coloca Guhur (2015, p. 297, grifos do original)

A agroecologia se insere na busca por *construir uma sociedade de produtores livremente associados com a sustentação de toda a Vida*, que como sujeitos históricos autônomos, estejam no pleno controle do processo produtivo, este conscientemente subordinado a satisfação das necessidades

humanas e não a uma riqueza fetichizada; na qual o objeto final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana.

Portanto, a agroecologia como construída pela relação teórica e ao mesmo tempo pelas condições da realidade concreta vai ampliando sua significação e seu sentido. Pela primeira vez que o termo aparece de forma mais conceitualmente consolidada por Altieri (2018)³⁶ até as novas experiências que tomam formas particulares e regionais no mundo inteiro. As constituições de Sevilla Guzmán (2002; 2011) dão um passo na direção dessa ampliação. Passa a ser mais do que uma forma metodológica de análises de agrossistemas e centralizam sociologicamente suas formas de entendimento e epistemologias (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; SEVILLA GUZMÁN, 2011).

Como tentativa de uma periodização das ansas do que se conhece como agroecologia, dividiremos suas construções epistêmicas em três momentos. O primeiro surge como um “enfoque pluridisciplinar ainda restrito” (BORSATTO; CARMO, 2012, p. 712), cuja inserção da análise sistêmica do meio ambiente permitiu a inclusão de agrossistemas e, portanto, uma aproximação com a ecologia que vinha sendo produzida na tentativa de construir um novo paradigma produtivo (GLIESSMAN, 2005; ALTIERI, 2004; GUHUR, TONÁ, 2012).

O segundo momento pode ser caracterizado pela inserção da questão da produção do trabalhador rural e sua condição de saber sobre o trabalho e suas territorialidades. O passo que difere este momento do primeiro é a sua crítica ao tecnicismo e aos limites epistêmicos colocados pelas condições ecológicas emprestadas das ciências agrárias. Para além da primeira grande base de agrossistemas, agora a inserção do trabalhador rural e seus saberes constituem uma busca de “fazer surgir uma agricultura socialmente justa” (ALTIERI, 2004, p. 111). Nesse ponto, já não basta uma construção revolucionária de produção agrícola, mas também uma forma anticapitalista e na contramão da lógica dos latifúndios de monocultura que busque uma forma de emancipação do próprio trabalhador rural.

Com os avanços das pesquisas e das suas estruturas metodológicas, novos espaços epistêmicos se abrem para a análise da agroecologia. As ciências humanas iniciam uma composição nos estudos sobre o tema e, com efeito, as abordagens fenomenológicas, materialistas e que fazem oposição crítica ao funcional-positivismo ganham espaço na produção disciplinar e das aproximações com as experiências concretas (BORSATTO; CARMO, 2012; DALGAARD; HUTCHINGS; PORTER, 2003).

³⁶ “A primeira edição do livro, em língua espanhola, é de 1983. Em 1987, a obra foi publicada nos Estados Unidos e, em 1989, no Brasil” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 66).

O terceiro e último momento refere-se a “concepção mais recente de agroecologia, ainda mais ampliada: a partir da prática dos movimentos sociais populares do campo” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 65). O saber camponês que começa a ser ensaiado teoricamente pelo segundo momento, sobretudo na América Latina, concebe uma possibilidade de enfrentamento estratégico, não apenas ao agronegócio e o endividamento do trabalhador rural, mas também na consolidação da posição política necessária para a reprodução do trabalhador na terra.

De forma sistematizada, temos a tentativa da classificação desses momentos com as características e autores principais:

Tabela 8: Momentos epistêmicos e desenvolvimentos na agroecologia

Momento	Características principais	Principais Autores e Movimentos
1	Novo paradigma produtivo	Altieri (1995); Gliessman (2005); Caporal e Costabebber (2002); Lombardi (2016)
2	Introdução sociológica e transição epistêmica	Sevilla Guamán (2011); Machado e Machado Filho (2014); Leff (2002); Gonçalves (2008); Guhur (2010); Novaes, Mazin e Santos (2015)
3	Experiências da sociedade civil	Movimentos sociais populares: MST; EZLN; MPA; MMC; CPT

Fonte: Elaboração própria

Ocorre forte relação teórica na interseção entre o momento 2 e 3. As construções presentes no momento 2 orientaram em certa medida as condições nas quais a experiências da sociedade civil se desenrolam, uma vez que a universidade – principalmente a pública no caso do Brasil – estabelece troncos e canais de comunicação e apoio com os movimentos. Esses, por sua vez, transformam pela práxis algumas das premissas desenvolvidas na academia. A

Escola Milton Santos³⁷ e da Escola Latino Americana de Agroecologia³⁸ (ELAA) são exemplos dessa interseção.

Outra importante junção da expressão de movimentos sociais e universidades deu origem a Jornada de Agroecologia, que no ano de 2019 completou a sua 18ª edição sempre com a presença de movimentos sociais como o MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e de pesquisadores da área.

Em uma entrevista concedida à página do site oficial do MST, Peter Rosset, representante da Via Campesina Internacional pontua que a agroecologia se encontra bifurcada em dois processos. De um lado as dimensões de institucionalização promovidas pelos Simpósios da FAO³⁹, cujo qual objetivo é o alinhamento de uma agroecologia comercial. Por outro lado, as experiências de movimentos sociais direcionam-se para uma agroecologia de caráter transformador a partir da luta política e da conjunção dos saberes de camponeses, povos originários e trabalhadores rurais (MST, 2014).

Esse duplo processo que se engendra entre os movimentos sociais e a própria Organização das Nações Unidas (ONU), terá exposição mais profunda no capítulo desta dissertação que analisará as lutas pela Segurança Alimentar promovida pela ONU e Soberania Alimentar, promovida e apoiada pelo MST.

Sendo assim, o termo tem sido comparado a um simples manejo e tem de seu conteúdo retirada a consolidação da realidade da luta de classes e da relação entre o camponês e a terra culminando na prática educacional e política. Com Jean Valjean ocorre o mesmo, ao percurso de sua história, vê seu nome perdido, a recuperação do prestígio social e sua perda. O protagonista tem em sua realidade a circunscrição dos movimentos econômicos franceses, as respostas das mudanças estruturais e superestruturais desaguando ao real concreto da então formação social francesa.

No momento chave no qual Jean Valjean entra na barricada, positivando a sua posição na narrativa, as condições e os nós cujos quais o romance decide apertar se modificam. De forma similar, o encontro da agroecologia com o MST tem importante impacto pelas alas de luta que se possibilitam na realidade política e social. Seguindo as críticas de Marx a Victor

³⁷ “Centro de Educação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável dos Movimentos Sociais Populares do Campo, criada em 10 de junho de 2002, em área cedida pela Prefeitura Municipal de Maringá” (EMS, 2021, grifos do original).

³⁸ “É uma iniciativa da Via Campesina que recebe militantes da América Latina e Caribe para que possam aprender e disseminar agroecologia. Localizada no Assentamento Contestado, comunidade do MST no município da Lapa (PR), a Escola surgiu em 2005 e já formou três turmas de tecnólogos em parceria com o IFPR (Instituto Federal do Paraná)” (ELAA, 2021).

³⁹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

Hugo, esse encontro nada tem de raio caído de um céu azul, as conduções históricas e não deterministas, no momento do encontro culminam na união do desenvolvimento da relação homem-natureza e as lutas por reforma agrária travadas pelo Movimento.

2.3.3 MST e Agroecologia: sustentabilidade ecológica, soberania agroalimentar, comida sem veneno

Como já exposto, alguns dos elementos aproximam a agroecologia dos movimentos sociais populares na AL. Algumas das razões mais específicas para a entrada da agroecologia na agenda do MST deram-se pela própria forma de enfrentamento e posição oposta ao modelo do agronegócio na qual o Movimento se colocou desde sua gênese.

Para Picolotto e Piccin (2008, p. 25-26) a direção rumo a uma preocupação progressiva mais ecológica da reforma agrária a partir dos anos 1990 no MST se deu por

a) o fortalecimento do modelo agrícola agro-exportador, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro (que pôs fim às políticas setoriais, preços mínimos e abriu os mercados) e também pela expansão da fronteira agropecuária para o Centro-Oeste do país [...]; b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e, c) a formação da Via Campesina Internacional. Os dois primeiros fatores dificultaram a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento (centrada na formação de cooperativas de produção especializadas), gerando um processo de revisão e debate sobre a produção agropecuária dos assentamentos rurais.

Outro aspecto que culminou para uma transição do MST para a agroecologia foi o esgotamento do modelo cooperativista nos anos 90. Esse esgotamento entre “as contradições inerentes a implantação das cooperativas e o acirramento da oposição com o Estado provocaram o esgotamento do paradigma de desenvolvimento adotado” (BORGES, 2007, p. 111). A conjunção do enfrentamento neoliberal promovidos pelo Estado e o esgotamento das formas de modelo de cooperativismo levam o Movimento a buscarem alternativas na produção, alternativa que promova ao mesmo tempo a formação de espaço político para a disputa nos níveis da formação social quanto meios mais sustentáveis de produção.

Além das condições da realidade nas quais o Movimento estava inserido, Borsatto e Carmo (2014) destacam ainda algumas atualizações nas principais construções teóricas que o MST se aproxima, sobretudo depois de meados dos anos 1990. Os escritos de Marx, Lenin e

Kautsky se assentam como base das primeiras críticas à propriedade no campo, destacando futuramente os escritos de Chayanov (1974) fornecendo novos arcabouços teóricos para a possibilidade da construção da produção em direção à agroecologia.

A entrada da agroecologia na agenda sócio-produtiva do MST data do IV Congresso do Movimento no ano 2000. Como estratégia dos assentamentos sob a égide do MST, a cartilha de 2001, *Construindo o caminho*, estabelece a importância de forma oficial a busca por uma forma produtiva mais segura tanto ao meio ambiente quanto ao próprio trabalhador. É evidente que o que se entende sobre agroecologia dentro do MST não é estático. Depende das experiências que se constituem entre seus núcleos educativos, produtivos e políticos que, muitas vezes, não se separam entre si (PALUDETO, 2018; NOVAES *et al*, 2015).

Desde sua origem, o MST buscava uma forma de alternativa agrícola para fazer frente ao modelo hegemônico de produção advinda do agronegócio. O trabalho de Luzzi (2007) demonstra essa falta de materialização clara da maneira com que essa forma alternativa de produção poderia ser colocada em prática no MST já em 1987. Esse debate encontra de maneira introdutória na agroecologia essa possibilidade de transição produtiva.

No documento de 2000, uma das primeiras formas de significação que aparecem como agroecologia está ligada à ideia de

prática agrícola sem utilização de insumos externos ao lote, sem a utilização dos agroquímicos. Deveremos ir ao longo dos anos ajustando essa forma de produzir, evitando gastar dinheiro com adubos e venenos, com horas-máquina, buscando utilizar mais e melhor a mão-de-obra disponível e desenvolvendo técnicas adaptadas à nossa realidade, evitando de nos intoxicar e de envenenar a natureza. Devemos abrir para a criatividade da companheirada, produzindo uma nova matriz tecnológica. (MST, 2000, p. 50-51 *apud* Novaes et al, 2015, p. 218).

A primeira posição que nos chama atenção é a marcação “devemos ao longo dos anos ajustando essa forma de produzir” que demonstra uma espécie de não domínio sobre o essa forma, realçando a necessidade de ajustá-la conforme a passagem do tempo no Movimento. Outras duas mediações surgem desse momento, uma delas é a posição realista da mudança de dimensão que a agroecologia pode trazer conforme os anos em que ela for implementada; a outra é a afirmação de que ela será definitivamente uma busca de longo prazo pelo MST, isto é, sabe-se que a agenda agroecológica terá seu início, porém seu processo de implementação e relação trabalhador e terra dependem de como o Movimento instituirá em sua lógica de produção.

As suas primeiras formas de significação traduzem-se aqui em “prática agrícola” e “forma de produzir”. Assemelham-se em certa medida com o primeiro momento da agroecologia, na sua concepção nota-se uma forma de produção alternativa na qual o Movimento já vinha perseguindo desde a sua gênese. Num primeiro momento, observa-se a possível brecha na práxis política que faltava para que pudessem se consolidar uma luta mais ampla numa produção sustentável.

A palavra “veneno” se coloca de forma central, uma vez que a maneira como se refere aos agrotóxicos utilizados no plantio determina a posição de um sujeito imerso na disputa política e ideológica. Vemos por parte do setor do *agribusiness* o termo agroquímicos, ou até mesmo, defensivos agrícolas⁴⁰. A conotação negativa de veneno pode auxiliar ao abandono dos trabalhadores rurais ligados ao MST quando projetados pelo Jornal Sem Terra (JST), ou por outras instâncias que compõe a estrutura organizativa do Movimento.

É importante notar que mesmo sendo uma marcação que se aproxima do primeiro momento do entendimento de agroecologia, já aparecem aspectos sociológicos e uma possível progressão para a centralidade da relação do trabalhador e natureza na passagem “devemos abrir para a criatividade da companheirada”. Ao mesmo tempo em que destaca esse caráter inicial, também abre um espaço para uma construção conjunta, dando ênfase no que Stédile (2005) chama atenção de uma comunicação de massas.

No ano de 2006, o texto encaminhado para o 5ª Jornada de Agroecologia, algumas estratégias são esboçadas

Para a organização deste novo padrão produtivo deve-se desenvolver pesquisas e técnicas agroecológicas adequadas a cada região, buscando o aumento da produtividade do trabalho, das terras, mas com equilíbrio do meio ambiente e conservação dos recursos naturais. Bem como utilizar manejos agroecológicos e desenvolver programas massivos de capacitação técnica dos agricultores em todas as regiões do país. Especializando quadros em diferentes áreas específicas do novo modelo tecnológico, com base na ciência agroecológica, visando a promoção de uma agricultura sustentável (MST, 2006, p. 129).

À primeira vista, a relação entre “prática agrícola”, “forma de produzir” do documento de 2000 e “padrão produtivo” pode parecer sutil e com poucos avanços, contudo só se chega à forma de um padrão pela repetição e pela estrutura produtiva. Nesse sentido, a diferença entre forma de produzir e padrão produtivo se alarga na medida em que as experiências

⁴⁰ Existem formas de defensivos naturais que não se referem aos produzidos quimicamente e que podem trazer danos à saúde do trabalhador rural e os territórios (DÁRIO ARANDA, 2020).

agroecológicas vão se colocando na lógica do Movimento e repetições no campo da produção se adicionam, podendo ser diferenciadas e comparadas. Ainda estão aparentes formas introdutórias na abordagem da agroecologia pela demanda de uma “organização deste novo”, não obstante as necessidades que o documento destaca surgem por uma aproximação e apropriação de uma produção agroecológica própria ao MST.

O estabelecimento da ciência agroecológica como base revela ainda a aproximação com o primeiro momento epistêmico da agroecologia. No sujeito coletivo da práxis, desde a primeira vez que o termo aparece existe um espaço para a formulação da sociologia e da relação homem-terra, entretanto, essa construção ainda não está bem delimitada. Percebe-se uma espécie de apropriação conceitual antes da prática agroecológica nos assentamentos.

É mister salientar que tanto para o primeiro momento epistêmico tanto para o Movimento, a redução para manejo jamais fora considerada de forma conceitual. Como bem destaca Barcellos (2010) e Vendramini (2007), a constituição do MST sempre foi um conjunto de saberes, lutas e condições econômicas emaranhadas entre si. Isto significa que contradições que emergem na relação assentamento x coordenação, direção x coordenação, assentamento x assentado, etc., se materializam nas ações cotidianas concretas dessa gama de laços que formam o MST.

Por mais que na forma política do Movimento a agroecologia não tenha sido tratada como manejo, nas práticas dos assentamentos o manejo pode ser a materialização dessas experiências. Foi o caso do assentamento Ander Rodolfo Henrique, situado no município de Diamante D'Oeste no Paraná. A forma de introdução à transição agroecológica se deu de cima para baixo, acarretando em problemas como imposição de um modelo produtivo desvencilhado com o saber já produzido pela cultura do assentamento (SOUZA; LAZZARETTI, 2016).

Em contrapartida, essa contradição que aparece no campo da prática da agroecologia entre a coordenação do MST e o assentamento se coloca apenas em sua dimensão singular, ou seja, não forma uma contradição universal na lógica do Movimento. Isso ocorre, pois a agroecologia não se dá de forma espontânea nos assentamentos, ao contrário de uma construção que busca na espontaneidade dos sujeitos – nesse caso, dos trabalhadores rurais – quanto a forma de produção. A prática agroecológica supõe formas de educação técnica que não serão engendradas no chão agrário, mas sim de cima para baixo, o produto dessa necessidade são as escolas no Movimento que abarcam a agroecologia.

No documento de 2010 da Revista Sem Terra encontramos o seguinte trecho

Conceitualmente, a agroecologia nada mais é do que a agronomia dos anos 40/50 do século passado, com a óbvia incorporação dos extraordinários avanços científicos e sociais dos últimos 60 anos. É preciso registrar que a agronomia convencional hoje ensinada nas escolas, ressalvas as honrosas exceções, abandonou as técnicas de respeito a natureza e, a partir da chamada Revolução Verde, passou a ser na prática um braço das indústrias de agrotóxicos, de fertilizantes de síntese química de outros insumos de máquinas sem qualquer preocupação social ou ambiental (MST, 2010, p. 16).

Ao colocar que o termo seria nada mais do que a agronomia dos anos 40/50 do século passado, o texto duplamente abarca o modelo produtivo anterior ao que se concebeu à Revolução Verde e retoma a ideia da conservação dos saberes pelos próprios trabalhadores rurais e cativos da terra. É claro que esse saber virá a se transformar numa lógica simbiótica na entrada da agroecologia nos assentamentos, sendo alvo de uma dupla transformação, dos conhecimentos acumulados pelos trabalhadores e pela posição agroecológica instruída sob a égide do Movimento. O produto dessa relação desemboca no produzir e no campo político que se constrói no MST.

Pontualmente, já se tem nessa passagem uma maior aproximação com o que se apresenta no segundo momento epistêmico da agroecologia. A incorporação dos avanços científicos com os saberes daqueles que trabalham na terra formam a base do quadro epistêmico que faz a crítica pela condição fetichizada da sustentabilidade promovida pelo capital.

Outro aspecto importante é a posição que o Movimento se coloca neste momento, o poder de “conceitualizar” um objeto formal-abstrato requer do sujeito que se prostra a fazê-lo uma considerável aproximação com esse objeto. Em 2010, a agroecologia já apresenta alguns avanços nas suas concepções, algumas delas seguidas pelos desenvolvimentos que ocorriam na universidade com as interdisciplinaridades no tratamento do tema.

É somente no ano de 2013 no VI Congresso Nacional do MST que a agroecologia ganha mais espaço e uma ação programática (PALUDETO, 2018). Na cartilha *Programa agrário do MST* como texto em construção preparação para o congresso, encontram-se as seguintes passagens nos desafios atuais da reforma agrária

A reforma agrária integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, que envolve diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza, como negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas. Implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção homem e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a

biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2013, p. 33)

Ainda na seguinte passagem, destaca-se

Os camponeses, trabalhadores/as do campo e povos tradicionais (indígenas, extrativistas, quilombolas) têm sido protagonistas de práticas de um modo de fazer agricultura que representa um contraponto à agricultura capitalista e se constituem na resistência e nas lutas de enfrentamento direto ao capital. Portanto pode protagonizar um novo modelo de produção agrícola sob controle dos trabalhadores e voltado a suprir necessidades e direitos de todo o povo (MST, 2013, p. 33-34).

Desde a sua introdução é neste momento que a agroecologia marca de forma mais próxima das definições de Guhur (2015, 297) na interseção entre “produtores livremente associados com a sustentação de toda a Vida”, no primeiro trecho dessa passagem em “co-produção homem e natureza” e no segundo trecho em “novo modelo de produção agrícola sob controle dos trabalhadores”. É importante dizer que Guhur baseia-se não só na teoria da agroecologia, mas também no acompanhamento da agenda estratégica do novo modelo de produção no Movimento.

De forma unificadora, reforma agrária e agroecologia passam a ser palavras de ordem no Movimento. A presença da reforma agrária sempre esteve na base de suas representações, a diferença essencial e não sutil é a adição da agroecologia na reforma agrária. Esse processo dialético reformula os dois princípios do MST ao mesmo tempo, colocando em posição duplamente uma nova forma de reforma agrária e de agroecologia: a reforma agrária agroecológica.

Essa “reapropriação social da natureza” marca a guerra de posição no campo simbólico da luta pelo direito de acesso à terra e, ao mesmo tempo à (re)produção sustentável do trabalhador assentado. Essa marcação é finalizada com uma universalização possível das dimensões da luta pela terra, “suprir as necessidades e direitos de todo o povo” é a forma político-ideológica da idealização proposta a partir de uma ação coletiva. A função de partido do MST assume-se em seus canais de comunicação e suas marcações não estáticas nos níveis de luta social.

É justamente no VI congresso que o Movimento reafirma e reajusta estrategicamente a posição dos bens naturais, a produção de alimentos saudáveis aumentando o campo da função social da terra e, consequentemente abrindo mais espaço para a articulação da agroecologia, ampliando sua significação e sua atividade (LEITE; CONCEIÇÃO, 2020).

Nos itens 6.3, 6.6 e 7.5 no documento do IV Congresso na proposta de uma reforma agrária popular tem-se respectivamente as seguintes noções

Exigir do Estado a reorganização e a reestruturação da pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa;
Reivindicar do Estado atuação para ampliar o maior número possível de cursos técnicos e superiores de agroecologia em todas as regiões do país;
Implementar programas de formação e projetos de experimentação/pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, a cursos de educação profissional e superior e a centros de formação existentes nos assentamentos (MST, 2013, p. 45-47).

Há de se marcar a presença do “Estado” marcando os itens 6.3 e 6.6. Nos dois casos os verbos exigir e reivindicar antecedem a sua presença. À essa marca, dividiremos a análise por ora em quem representa esse Estado? E qual o poder dessa reivindicação, da relação entre aquele que reivindica com esse Estado.

Ainda no mesmo texto, a primeira aparição de Estado remete-se a acepção crítica originada no marxismo. Pelo trecho “Obter conquistas do Estado burguês é um fator importante na luta de classes e na formação de uma consciência política dos nossos militantes” (MST, 2013, p. 6). Desse fato já pode-se retirar uma parte da relação do sujeito MST com o Estado e sob quais aspectos um reivindica e exige. Na mesma página particularidade do Estado brasileiro surge, ainda no seu caráter burguês, mas com uma forma de posição alterhegemônica declarada, a possibilidade de uma mudança para “um governo hegemonicamente popular” (MST, 2013, p. 6). Nota-se aí a mudança de Estado para Governo popular.

Em 2006, a mesma relação de reivindicação aparece quando descrito que “O Estado deverá dar estímulos para a produção agroecológica, buscando uma agricultura sustentável, e incentivar também a formação de bancos de sementes associativos” (MST, 2006)

É nesse tom estratégico que a cartilha *Programa Agrário do MST* construída em 2013 e apresentada em 2014 no IV Congresso segue justamente para atingir seu objetivo, o de formular bases e diretrizes dos próximos passos. Para isso, a função da exigência e reivindicação, numa dupla relação: a própria construção de uma agenda programática e pela relativa “proximidade” do governo Dilma e dos Partidos dos Trabalhadores com as lutas do Movimento por se tratar de um partido que historicamente conduziu seu caminho em conjunto com movimentos sociais (MARTINS, 2016). O não dito dessa relação se coloca como um

sujeito que afirma sua parte da luta reivindicando e exigindo espaço e ações concretas para esse governo de “iguais”.

Essa relação é importante, pois marca o 5º período do MST marcado pelo bifrontismo político. A agroecologia entra diretamente nessa equação, pois sendo uma forma necessária para a manutenção e reprodução do trabalhador assentado na própria terra, nota-se uma espécie de espera da ação governamental, derivando seu caráter autônomo para uma relação mais assistencialista. É claro que o bifrontismo não marca a totalidade das reivindicações do Movimento, sua condição é posicional pela relação estabelecida entre o MST e o Estado especificamente no período 2003-2016.

É essa relação na qual Stédile narra quando pontua que

Esta proximidade nunca prejudicou a autonomia das duas organizações (PT e MST). Nunca misturamos as bolas. Eventualmente em um ou em outro lugar em que essa autonomia foi prejudicada, em que pessoas tenham se desviado da luta ou em que o PT não tenha assumido a luta pela terra, isso trouxe prejuízo para os dois lados. Ou o MST fracassou, ou o PT fracassou (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 37).

Logo após a inserção política na agenda do Movimento, novos cursos demandam inicialização e com eles, novas atividades em direção a movimentação de processos e técnicas agroecológicas. A Jornada de Agroecologia soma com forças do MST, outros movimentos populares sociais, pesquisadores e universidades uma série de saberes partilhados buscando uma forma articulada de um projeto político na qual a agroecologia toma forma como articulação mediadora com o universal.

Na cartilha da 18ª Jornada de Agroecologia, no texto de Monnerat (2019, p. 26-27), representante do setor de gênero do MST, destaca-se a passagem na qual

As camponesas e camponeses do MST resgatam cotidianamente a verdadeira vocação da agri-cultura, a reprodução da vida. A agroecologia ressignifica a reforma agrária através da produção de alimentos saudáveis diversificados, em quantidade suficiente para alimentar o campo e a cidade, e aponta para a superação de grandes dilemas atuais da humanidade, como a desigualdade social, a fome e a destruição da natureza, e segue na contramão do capitalismo. Esta re-existência vai sendo construída em acampamentos e assentamentos, a partir de cada corpo, casa, lote e comunidade como práticas de um novo modo de viver.

De forma contínua como já assinalado, a reforma agrária e agroecologia seguem a forma conjunta em seu modelo. A palavra que nos chama atenção é “re-existência”. Sob a

perspectiva do texto, ela apresenta um caráter de efemeridade relativa nas ressignificações que andam na contramão do capital. O produto direto dessa re-existência culminaria num “novo modo de viver”. As particularidades corpo, casa, lote e comunidade progressivamente vão na direção da totalidade.

O mesmo construto estrutural que aparece nessas passagens, são presentes ainda nos documentos anteriores do Movimento. A direção do particular para a totalidade, a construção “de baixo para cima” marcam as concepções que a própria agroecologia representa no MST. É claro que por ser articulada com a direção nacional, em grandes partes dos casos o que ocorre é uma mediação universal – singular, “de cima para baixo”. Entretanto, as escolas técnicas de formação em agroecologia e as diversidades de atividades e cursos que o Movimento oferece são condições primárias na formação de intelectuais orgânicos que terão papel de organizadores da cultura e, com efeito, formar trabalhadores formais e estudantes.

Como tentativa de periodização da agroecologia no MST, os 4 períodos destacados, suas respectivas datas e fases são:

Tabela 9: periodização da agroecologia no MST

Período	Datas	Fases
1	1984 - 1999	Modelo cooperativista / Busca por uma produção alternativa
2	2000 - 2001	Introdução oficial da agroecologia no MST
3	2002 -2012	Avanços no entendimento de agroecologia
4	2013 - dias atuais	Agroecologia como estratégia política produtiva

Fonte: Elaboração própria

É fundamental pontuar que “nem todos os assentamentos do MST estão fundamentados na agroecologia” (NOVAES et al, 2015, p. 219). Guhur (2010, p. 145) constrói a afirmação que vai na mesma linha de que “é preciso considerar também que, embora se afirme um discurso cada vez mais coerente a respeito da questão ambiental e da agroecologia (especialmente em nível nacional), não há ainda um consenso interno”.

Por ser um Movimento inserido na lógica do modo de produção capitalista, por necessidade o papel da reprodução metabólica do capital ocorre dentro dos próprios assentamentos, não abrindo espaços nem para uma cooperação no trabalho, nem na produção agroecológica. A luta por uma alterhegemonia é uma condição presente nas marcações do MST, a relação com seu próprio funcionamento interno apresenta contradições e desafios (NOVAES et al, 2015; VENDRAMINI, 2007).

Na condição de função de um partido político, as estratégias de enfrentamento do Movimento representam duas dimensões advindas da agroecologia

A primeira refere-se à correlação de forças entre os projetos de sociedade, de um lado o negócio da agricultura com a conversão dos alimentos em mercadoria; do outro, a produção de alimentos saudáveis. A produção de alimentos para os povos do campo assume uma dimensão política fundamental e tem sua base na Soberania Alimentar, que coloca em questão o modelo hegemônico de agricultura dominante e a padronização alimentar imposta à humanidade, o que não condiz com a histórica realidade dos povos e de sua inserção e atuação na agricultura de produção de alimentos saudáveis e da diversidade da cultura alimentar.

A segunda dimensão diz respeito a agroecologia como perspectiva de vida e de novas relações humanas, geracionais e de gênero, tendo a centralidade no ser humano e nas condições de vida no campo e na cidade. Quando falamos em alimentação saudável, falamos de saúde e cuidado com o corpo humano, das relações fundadas em valores humanistas, do acesso aos direitos humanos inalienáveis e à cultura (GONÇALVES et al, 2019, p. 29).

Sendo assim, a formação agroecológica que se coloca tanto como possibilidade de enfrentamento na luta de classes contra à condição de poder representada pelo agronegócio quanto uma nova maneira de reproduzir o trabalhador na terra. Esse reproduzir por sua vez, também se declara como na mediação homem-natureza quanto na proteção simbólica dos valores das lutas variadas que perpassam pelo MST (TONÁ, 2016; CALDART, 2016).

3. CONSCIÊNCIA POLÍTICA COLETIVA: OS PRODUTOS POLÍTICOS QUE COMPÕEM TERRITORIALIDADES

Na concepção deste trabalho, as origens do personagem Jean Valjean, diferentemente de seu criador, serão constituídas num esforço materialista, negando seu primeiro caráter idealista e metafísico do sujeito no romance. Portanto, a metáfora aqui inserida não representa apenas uma inversão epistemológica entre agroecologia e Jean Valjean, tanto o primeiro quanto o segundo são concebidos por meio das tensões de classes e das especificidades geradas pela reprodução do capital depois de sua origem. Em outras palavras, não se pode pensar em Jean Valjean sem caracterizar o contexto sócio-histórico das mudanças sociais francesas do século XX. Da mesma forma não se pode conceber a agroecologia como possibilidade de *aufhebung* sem considerar a luta pelo acesso à terra e pela reforma agrária na realidade brasileira.

Sendo assim, o nó que se encontra emaranhado nas linhas deste trabalho passa necessariamente pela posição histórico-crítica das condições da classe camponesa; do desenvolvimento e gênese das lutas travadas pelo acesso e sobrevivência na terra nas quais originaram o MST; da produção e resistência camponesa, de seus aspectos culturais, políticos, simbólicos e materiais que em conjunto dão forma às territorialidades.

O problema se dá na ordem do espaço, noção geográfica historicamente entendida como delimitação apenas espacial compreendida por fronteiras estabelecidas por mediação de poder. Seja esse poder engendrado por força clerical, feudal, nacional ou do próprio capital, a noção de propriedade circunda a dimensão de espaço. Na geografia burguesa e grande parte da geografia ocidental, as partes espaciais contínuas (espaços nacionais, por exemplo) da totalidade supostamente são fragmentos replicados, não levando em consideração os tempos acumulados que são variáveis a depender do nível desse espaço (SANTOS, 2015).

A diferença entre território e espaço é desenvolvida por Santos (2004, p. 233) sendo o primeiro “imutável em seus limites, uma linha traçada em comum acordo ou pela força”. Sua extensão é variável de acordo com a esteira da história. Espaço, por sua vez, se determina quando “encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo [...], como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado”. É importante frisar que o espaço, portanto, é uma sucessão de produtos políticos, culturais econômicos e ideológicos que atuam numa determinada extensão geografia que pode ser variável.

Ainda assim, há de ser representada a noção de espaços subdesenvolvidos com caracteres específicos na periferia do desenvolvimento do MPC e dentro das próprias nações, a subalternidade dos grupos sociais fora do bloco constituinte hegemônico (SANTOS, 2015).

O que se entende como vidas camponesas e suas produções “são compreendidas como territórios de produção, existência, vida, luta e resistência”. São por certo condições pluridimensionais, ou seja, abarcam as grandes esferas conceituais que circundam e permeiam a vida singular de unidades e movimentos camponeses como a política, a cultura, a condição econômica e ambiental. Essa singularidade se territorializa “no tempo e no espaço, contextualizadas na localidade, no município, no estado, no país e em nível internacional” (SAQUET, 2014, p 133).

Há de se destacar que os arranjos dos espaços geográficos não constituem a centralidade e a essência da assim chamada geografia humana ou social, mas sim uma condição importante e necessária da própria geografia, uma vez que essa não se resume a produção territorial no seu sentido material. Para o avanço na direção de uma ecogênese no campo das produções agrícolas, as práticas e os saberes dos próprios camponeses precisam ocupar espaço e, com efeito, a composição dos sujeitos que habitam esse campo (RAFFESTIN, 1986).

A territorialidade, portanto, “n'est pas un simple concept mais un paradigme qui exprime une relation complexe entre un groupe humain et son environnement⁴¹” (RAFFESTIN, 1986, p. 94). Esse ambiente não se resume na formação das somas das propriedades espaciais, mas também de uma temporalidade que se complexifica em conjunto com o espaço e formam uma condição espacio-temporal na mediação dos sujeitos com o território que ocupam.

Existem quatro tipos de situações onde incidem essa territorialidade

a) como relações sociais conflituosas, de cooperação, identidades e diferenças; b) como apropriações do espaço geográfico, implicando delimitações precisas ou não; c) como interesses, desejos e necessidades e, por fim, d) como práticas espacio-temporais, pluridimensionais, efetivadas nas relações sociedade-natureza, ou seja, nas relações sociais dos homens entre si (de poder) e com a natureza exterior ao homem, por meio de mediadores (trabalho, técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.) (SAQUET, 2014, p. 133).

⁴¹ Não é um simples conceito, mas um paradigma que exprime uma relação complexa entre um grupo humano e seu ambiente (tradução própria).

Por se tratar de um movimento social popular que funciona como partido político, as territorialidades que perpassam nas (i)materialidades do MST se transformam dialeticamente nessas situações incidentes e nos rumos e formas de organizações entre grupos sociais que o Movimento toma. Resta um olhar sobre a perspectiva da consciência, apreendendo um movimento de “evolução” entre o campo ético para o da consciência essencialmente política e coletiva.

É importante marcar que para Gramsci, a consciência é um processo. Como resume e desenvolve a consciência desde Marx até Lenin, o autor sardo destaca “a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato do conhecimento, um fato filosófico” (GRAMSCI, 1999, p. 320). A formação da consciência coletiva, evidentemente se dá pela formação do bloco histórico universal do que se entende como humanidade, ou mesmo um sujeito coletivo, entretanto, esse bloco é formado por individualidades e subjetividades contraditórias e singulares. Com efeito, seria um erro conceber a transformação dos blocos a partir de uma mudança ética individual. Para que essa transformação ocorra – para melhor ou pior – são necessários grupos políticos que levam a luta do campo das necessidades para fora, isto é, possibilitar a transição de um campo ético para um campo político (GRAMSCI, 1999).

É no alvorecer de uma consciência crítica em combate ao conformismo que se apregoam as possibilidades de um entendimento das determinações históricas que permeiam a vida humana. Em outras palavras, compreender as relações entre estrutura e superestrutura que abrem brechas para a passagem do reino das necessidades para o reino da liberdade (GRAMSCI, 2007a).

A consciência política coletiva que povoa a história em seus diversos momentos até os dias atuais pode ser dividida em três etapas, ou níveis. O primeiro é o econômico-cooperativo é o mais simples e elementar, consiste na ideia de uma solidariedade restrita onde “sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo” (GRAMSCI, 2007a, p. 41). Basicamente é um princípio cooperativo e solidário, apenas entre setores profissionais do grupo social, comerciantes e comerciantes, fabricantes e fabricantes, trabalhador rural e trabalhador rural, etc..

O segundo “é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico” (GRAMSCI, 2007a, p. 41). Nesse momento, buscam-se relações de igualdades político-jurídicas mediadas pelo Estado com os grupos dominantes. No desenrolar da história da sociedade burguesa, esse

é o nível da ação dos grupos que se intenta buscar, já que numa democracia representativa, o direito de participar de legislações e oficialização jurídica do grupo na disputa por demandas econômicas precisa ser resguardado. Pode haver reformulações e mudanças administrativas a favor dos grupos não dominantes, porém sem alterações no quadro estrutural no qual caminha o modo de produção. A questão imposta por Rosa Luxemburgo (2015) nesse campo esclarece-se na produção econômica em busca de uma igualdade superestrutural, fincando as raízes das reformas em detrimento da revolução.

Por fim, o último nível refere-se à superação do círculo corporativo na sua concepção de centralidade econômica. Nesse momento os interesses políticos assumem protagonismo com a adição dos interesses de outros grupos sociais subordinados e, portanto, amplia-se o campo da luta pela hegemonia contra o poder exercido pelos grupos dominantes. Gramsci (2007a, p. 41, grifos do original) registra que

Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

A fim de discutir se a agroecologia engendra consciência política coletiva em seu último momento, as análises devem se voltar aos produtos políticos frutos da concepção e ação do Movimento. Esses produtos referem-se às construções (i)materiais que compõem conjuntamente a territorialidade do MST. Isto significa que produtos constituídos antes da entrada da agroecologia no Movimento como a mística⁴², as concepções de reforma agrária, soberania alimentar, formas organizativas associadas de comercialização e produção, canções e outras expressões culturais, bandeira e formas de identidade, educação no campo, etc., são metamorfozadas com a relação da própria agroecologia.

Neste trabalho três desses produtos políticos serão expostos, a soberania alimentar, tecnologia social e organização. A passagem de um momento econômico corporativo até a ampliação, da superação do círculo corporativo e horizontal entre grupos sociais pode ser

⁴² Para trabalhos que contemplem a mística como objeto de estudo ver em Lara Junior (2010), Souza (2012) e Coelho (2014).

colocada em evidência pela formação de uma unificação entre grupos subalternos formando um campo para uma hegemonia que não apenas reproduz a lógica da produção hegemônica do capital e dos grupos dominantes.

3.1. SOBERANIA ALIMENTAR

Pelo dicionário Infopédia (2003-2021), soberania apresenta algumas acepções, dentre as quais destacam-se “qualidade do soberano; poder político independente e supremo; situação de independência de um órgão ou estado, autonomia; território sob poder de um soberano”.

Ao utilizar da palavra soberania, o Movimento busca uma posição de autonomia sobre o espaço temporal na qual atuam os atores coletivos sejam assentamentos, famílias ou escolas. O desafio é que na condição das relações de exploração capitalistas, a soberania é exercida pelo próprio capital a partir de suas instituições. Um desses exemplos é a busca não pela soberania alimentar que se desenvolve na Via Campesina e no MST, mas sim a segurança alimentar.

Uma das prioridades valorativas levantadas pela ONU repousa na ideia de segurança alimentar. No acordo de Paris, reconhece-se a “prioridade fundamental da salvaguarda da segurança alimentar e de acabar com a fome, e as vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção de alimentos para os impactos adversos da mudança climática” (ONU, 2015, p. 24). Tanto o MST quanto a Via Campesina não alinham-se na demanda por uma segurança alimentar por considerar insuficiente a lógica de uma seguridade agrícola pelo modelo neoliberal e pelas cadeias agroindustriais baseadas no livre comércio e exploração no campo do trabalho.

A Segurança alimentar é uma forma de política pública do Estado que busca assegurar o direito de alimentação de todos a partir de seus recursos. Pode aparecer em formas de assistência à alimentação como tíquetes, bolsas, refeitórios subsidiados e afins (STÉDILE; CARVALHO, 2012).

O termo soberania alimentar em constante construção aparece de forma nova e mais estratégica na Via Camponesa em 1996 na Cúpula Mundial de Alimentação (CMA) contrapondo a ideia de segurança alimentar para soberania. Parte-se da desvinculação da ideia de alimento como mercadoria como constituída no modelo neoliberal e pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para um alimento como um direito popular (STÉDILE; CARVALHO, 2012).

Como descrita no texto do MST e da Via Campesina (2006, p. 126, grifos do original)

A **soberania alimentar** para os camponeses é compreendida como um **direito dos povos** de definir sua própria política agrícola e alimentar sem exercer “*dumping*” (venda a preços abaixo do custo de produção) sobre outros países. Ela compreende como necessidade a prioridade para a produção de alimentos saudáveis, de boa qualidade e culturalmente apropriados, para o mercado interno, mantendo a capacidade dos camponeses produzirem alimentos com base em um sistema de produção diversificado, sustentável, garantindo a independência e a soberania das populações.

Destarte, a soberania alimentar pressupõe a segurança alimentar no sentido da sua concepção ser acompanhada pela agroecologia e por uma lógica autonomista em direção aos territórios camponeses. Desde o campo da produção até da reivindicação da cultura e da política, a forma como o produto político da soberania se manifesta no Movimento se posiciona diametralmente oposta ao que a ONU considera como segurança alimentar devido a sua raiz comercial. Esse processo engendrado pelo Movimento, portanto, pressupõe a restauração ou re-existência dos sistemas alimentares locais com autonomia do abastecimento das cadeias de produção e consumo que estão compostas sob a égide das corporações agrícolas transnacionais (ALTIERI, 2010).

Pela temporalidade do surgimento da soberania alimentar na Via Camponesa em 1996 e a agroecologia no MST em 2000, as duas categorias foram se relacionando de maneira a buscar uma lógica onde uma respondesse à outra para melhor formular um conjunto robusto, abrindo espaço para uma reivindicação política.

Em razão de uma aproximação da concretude das condições dentro das cadeias produtivas agroindustriais, faz-se necessário um olhar desse modelo em área plantada e o consumo de agrotóxicos em algumas culturas. 21 dessas culturas no modelo hegemônico no ano de 2015 apresentam uma soma de 899 milhões de litros de agrotóxicos utilizados nas lavouras (PIGNATI et al, 2019).

Tabela 10: Área plantada, média de uso por hectare e total de agrotóxicos por tipo de lavoura no Brasil, 2015

Cultura agrícola	Área plantada (hectares)	Média de uso de agrotóxicos (litros/hectares)	Consumo de agrotóxicos (litros)
Soja	32.206.787	17,7	570.060.129,90

Milho	15.846.517	7,4	117.264.225,80
Cana-de-açúcar	10.161.622	4,8	48.775.785,60
Algodão	1.047.622	28,6	29.961.989,20
Trigo	2.490.115	10	24.901.150,00
Fumo	406.377	60	24.382.620,00
Arroz	2.162.178	10	21.621.780,00
Café	1.988.272	10	19.882.720,00
Cítricos	766.516	23	17.629.868,00
Feijão	3.130.036	5	15.650.180,00
Banana	484.430	10	4.844.300,00
Tomate	63.626	20	1.272.520,00
Uva	78.026	12	936.312,00
Girassol	111.843	7,4	827.638,20
Mamão	30.445	10	304.450,00
Melancia	97.910	3	293.730,00
Abacaxi	69.565	3	208.695,00
Manga	64.412	3	193.236,00
Melão	20.837	3	62.511,00

Total	71.227.136	-	899.073.840,70
--------------	-------------------	----------	-----------------------

Fonte: IBGE-SIDRA (2017); Pignati et al. (2014) apud Pignati et al. (2019).

Três dimensões podem ser iluminadas a partir desses dados. A primeira é a concentração do capital e terra que se constitui no modelo do capitalismo tardio globalizado. A segunda é a quantidade de agrotóxicos que são utilizados na produção alimentícia. A terceira é a produção agrícola fora do escopo regional de produção, ou seja, a produção em monocultura não garante ao trabalhador rural formas soberanas de produção e comercialização dos seus próprios produtos.

De forma a consolidar uma oposição, o MST e outras organizações camponesas

construíram o termo soberania alimentar enfatizam a ideia de ele ser mais do que um conceito. Trata-se de um princípio e de uma ética de vida que não respondem a uma definição acadêmica, mas emergem de um processo coletivo de construção, um processo participativo, popular e progressivo que foi se enriquecendo em seus conteúdos como resultado de um conjunto de debates e discussões políticas iniciadas no próprio processo de conformação da instância que abriga as organizações camponesas críticas das atuais políticas agrárias liberalizadoras e de alimentação (STÉDILE, CARVALHO, 2012, p. 723).

Portanto, defender uma soberania alimentar não é apenas garantir a sustentabilidade social e ambiental da produção camponesa, mas também reivindicar autonomia da produção e da circulação regional e nacional voltada a proteção do trabalhador rural e sua (re)produção. Em outras palavras é garantir autonomia nos espaços camponeses numa condição de soberano sob esses territórios.

3.2. TECNOLOGIA SOCIAL

A *techné* na Grécia Antiga era compreendida como um conjunto de saberes e habilidades profissionais sobre um objeto passadas pela educação de geração em geração. Seja no campo da mecânica, na operação de instrumentos e habilidades de confecções de armamentos ou objetos pacíficos, seja no campo estético das assim chamadas “belas artes”, o conjuntos dos saberes manuais não eram restritos na sua significação, ampliando ainda mais a sua extensão quando comparada com a “ars” romana (VARGAS, 1994).

Não obstante, no Renascimento, a técnica - originalmente do saber fazer e de um caráter mágico e simbólico – eleva-se no patamar central da ciência renascentista e afasta-se da *techné* grega, instituindo uma nova forma de epistemologia pela soma da ciência e da técnica resultando na tecnologia mais próxima como a concebemos hoje (OLIVEIRA, 2008).

A ascensão da burguesia em conjunto com as novas formas de racionalidade nas obras de Descartes e na filosofia que buscou, “desde Bacon, uma definição moderna de substância e qualidade, de ação e paixão, do ser e da existência, mas a ciência já podia passar sem semelhantes categorias” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 19), leva a uma forma de fetiche da tecnologia e pela dominação do sujeito pelo objeto, incidindo numa relação de poder e reduzindo o saber comum numa lógica de equivalência das grandezas abstratas desaguando na reprodução social reificada.

As tecnologias advindas da Revolução Verde no pós guerra explicitada por Altieri (2004) compõem essa massa de inovações no campo da produção agrícola que resultou na concentração do capital, na pulverização dos modelos produtivos camponeses pelo endividamento.

O Estado capitalista garante a naturalização da separação do trabalho intelectual e do trabalho manual, o que dispõe uma tendência na hierarquização do processo de trabalho e a privatização do conhecimento por meio da expropriação do *savoir faire*, possibilitando de maneira sistematizada a codificação da informação (DAGNINO, 2010).

A tecnologia social (TS)

seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo (DAGNINO, 2010, p. 210).

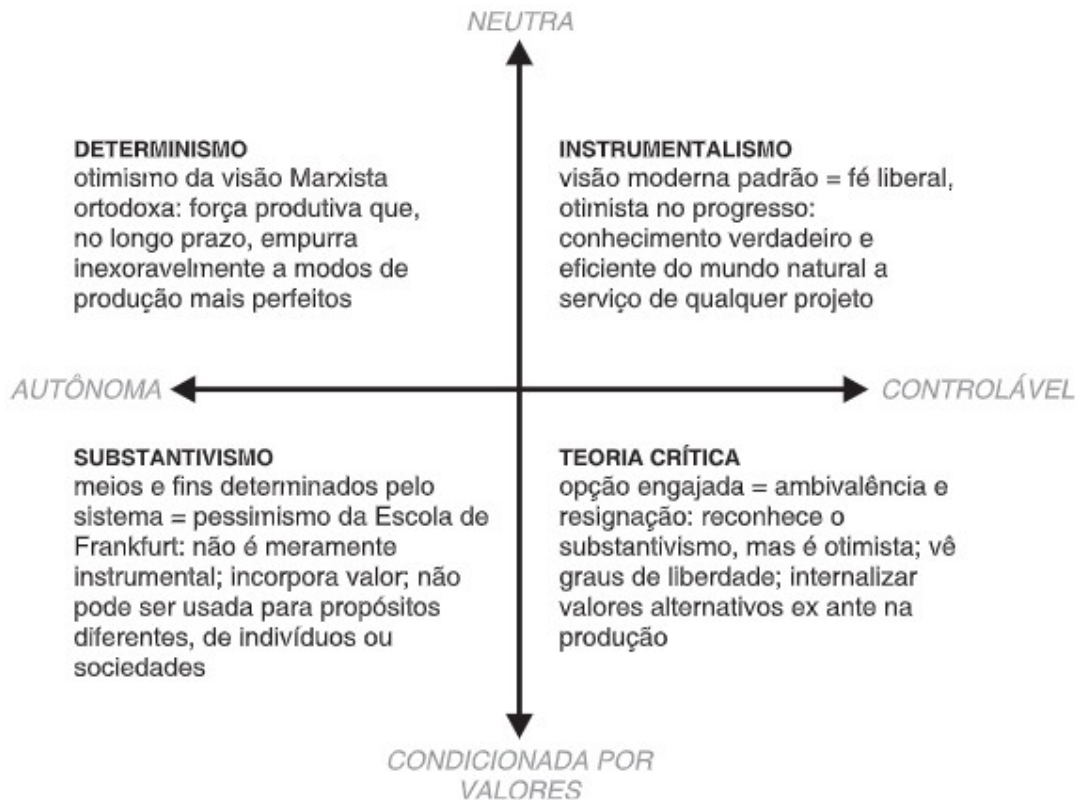
Nesse sentido, a TS se afasta da forma de produção tecnológica desenvolvida no MPC conhecida como Tecnologia Convencional (TC). O modelo produtivo no processo de trabalho no qual intervém a TC é caracterizado pela não inclusão social, pelo fato de que sua lógica circunda a substituição da mão-de-obra pela máquina buscando a maximização dos lucros e a minimização dos custos da produção. Além disso, a intensidade dos produtos sintéticos, produzidos na maior parte por grandes empresas é insustentável e causa a dependência dos

pequenos produtores, o que nos remete a um sistema de exclusão produtivo (TAIT et al, 2020).

A forma de produção capitalista no agronegócio provocou profundas transformações na estrutura da privatização, nos recursos naturais, no acesso à terra, no emprego da tecnologia utilizada pela pesquisa agropecuária, na divisão do trabalho e na circulação mercantil dos produtos (MST, 2013). Com efeito, o Movimento luta por uma “transferência de tecnologias” no sentido de incentivar a criatividade dos camponeses e garantir a democratização do conhecimento, abrindo alas para uma adequação sociotécnica.

Surge a necessidade de um olhar ao que ficou conhecido como abordagem sociotécnica e algumas das novas formas de análises sociológicas sobre a tecnologia. Como bem explicitado por Dagnino, Brandão e Novaes (2010), as contribuições dessa nova sociologia da inovação ou da tecnologia referem-se a três abordagens: ao conceito de sistemas tecnológicos, o construtivismo e de ator-rede. Contudo, este trabalho partilha da crítica dos autores às abordagens citadas pelo fato de que “elas se negam a identificar relações de causalidade monodirecionais entre “o social” e “o tecnológico” e buscam uma alternativa ao que consideram a tensão paralisante entre o determinismo tecnológico e o determinismo social” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 88).

A teoria crítica da tecnologia pode ser sistematizada pela imagem a seguir:

Figura 3: Quatro visões sobre a tecnologia

Fonte: Dagnino, Brandão e Novaes (2010).

As quatro visões dividem-se basicamente em dois critérios: o do (des)controle da tecnologia e de sua neutralidade existente ou não. O instrumentalismo é presente no discurso neoliberal e no campo do agronegócio, cujo qual, exerce hegemonia sobre as terras brasileiras. O exemplo mais emblemático dessa posição é o da indústria 4.0⁴³.

O substantivismo representado pela Escola de Frankfurt demonstra na dominação pela tecnologia da lógica mito-esclarecimento-mito. Na crítica ao marxismo tradicional e ao instrumentalismo “Ela deixará de ser um mero instrumento adequado a qualquer conjunto de valores. Carregará consigo valores que têm o mesmo caráter exclusivo das crenças religiosas.” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 98).

O determinismo refere-se ao que foi colocado na primeira seção do segundo capítulo como sendo marxismo etapistas, cujo qual a roda da história pelo desenvolvimento das forças

⁴³ O termo atualmente acompanha o desenvolvimento da automatização e da gestão da tecnologia de informações, normalmente à distância.

produtivas por si só levaria ao colapso do modo de produção dominante vigente e, portanto no início de uma nova dominação por outro modo de produção.

Por fim, o que mais se aproxima da enunciação oficial do Movimento é a teoria crítica. É claro que dentro do movimento existem aqueles partidários da ideia de um determinismo, contudo o MST (2013) reivindica ao Estado, políticas públicas por uma forma de assistência tecnológica e de armazenagem. Nesse sentido a quarta visão e os documentos do Movimento combinam “as percepções da tecnologia como humanamente controlada e como portadora de valores” (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2010, p. 99).

A adequação sociotécnica que a construção social e política que a TS permite vislumbrar, em conjunto com os saberes e as experiências – epistêmicas e práticas – da agroecologia formam uma cadeia de agregação de valor e, sobretudo sustentável – no sentido ambiental e social – que marcam no Movimento uma nova formação de espaço de disputa político. Espaço este, anteriormente preenchido com tentativas de cooperação que se utilizavam e dependiam da lógica da TC para seu funcionamento. Isso porque

para que haja desenvolvimento rural, é preciso que haja uma importante colaboração de diferentes instituições capazes de alavancar um modelo de desenvolvimento capaz de gerar benefícios para o conjunto dos atores que coexistem em determinado espaço (TAIT et al, 2020, p. 9).

Sob égide dessa lógica, “a classe dominante coloca as suas forças para produzir produtos de exportação, nós precisamos organizar as nossas forças para produzir alimentos.” Isso implica na imposição da “tecnologia que modifica as sementes; nós precisamos defender as sementes e desenvolver a agricultura orgânica.” (VIA CAMPESSINA, 2006).

Além disso, para Tardin et al (2019, p. 23) “Também cabe à agroecologia orientar a organização das agroindústrias (as indústrias que transformam os alimentos) com tecnologias limpas que garantam a qualidade biológica (de alimento vivo!)”. No sentido do controle dessas tecnologias limpas, a relação de apropriação sociotécnica dos produtos de caráter duplo do Movimento – produto político e o produto direto do processo de trabalho – possibilitam a formação de grupos sociais unificados contra a produção hegemônica da classe dominante. Com efeito, o engendramento da propriedade coletiva de produção a partir de uma ação coletiva buscando na cooperação de caráter solidário uma base produtiva autogestionária ainda não aparece em sua forma final nos assentamentos do MST. Entretanto, a condição de possibilidade na ponte entre o ser e dever ser se materializa nas experiências agroecológicas desenvolvidas pelo Movimento.

3.3. ORGANIZAÇÃO

De fato, as condições produtivas se encontram em fases impressionantes de novas tecnologias. A situação na qual a dimensão do trabalho se constitui é bastante atomizada e precarizada. A junção do neoliberalismo com o neoconservadorismo representa em erupções a condição políticas nos países do globo (HARVEY, 2008). Entretanto, um olhar mais atento a essas representações irá notar algumas “faltas”, ou espaços vazios resultados da própria estrutura do modo de produção.

Em meio ao MPC, percebemos algumas faltas que se colocam sob a lógica da determinação em última instância político-econômica, seja no cotidiano, seja na universalização das práticas humanas (ciência, religião, literatura, etc.). Poderíamos realizar um exercício metafórico dessas faltas na formação social burguesa a partir da imagem de um queijo suíço. O que determina de forma geral a identificação de um queijo suíço são seus buracos na estrutura do queijo. O queijo em si, é formado por uma série de componentes, em diferentes processos até sua constituição como tal. Potássio, sódio, colesterol, gorduras em suas variedades, proteínas, carboidratos, etc. são componentes que em conjunto, manejadas em processos específicos e, reações entre partículas de gases durante a fermentação e o leite contido nesses processos dão forma específica ao queijo suíço. Por mais que saibamos, ou representamos a origem dos buracos, do que são constituídos esses espaços vazios na estrutura do queijo?

Da mesma maneira, na formação social burguesa, esses espaços vazios dão forma pelos processos que constituem a sua *raison d'être* e os modos de produção que são circunscritos em sua estrutura. Não importa se sabemos ou não caracterizar, ou mesmo, historicizar os processos de constituição de uma dominação entre modos de produção, porém sabemos diferenciar quando se coloca num significativo, uma formação social burguesa, de uma feudal, ou de uma escravista; da mesma forma como sabemos diferenciar só pela imagem de uma fatia de queijo suíço, de um parmesão, ou de um gorgonzola.

Ao que se identificam os “espaços vazios” numa formação social burguesa? Seriam eles uma ruptura incipiente, uma negação, ou mesmo partes de sua estrutura?

Essas faltas, esses buracos, ou mesmo espaços vazios representam um sintoma característico da estrutura do MPC. As contradições baseadas na dimensão capital-trabalho produzem e reproduzem a sociedade de classes e, por excelência, a riqueza e a pobreza em

seus espectros, gêneros e formas. De forma coetânea à reprodução de classes, as faltas são construídas no momento em que para parte da população ab-rogam-se direitos de acesso à produção e à direção da condição material. Na realidade democrática liberal, a governabilidade dos indivíduos é regida pela representatividade e pela formalidade jurídico-política. O regime participativo é escamoteado primeiro na estrutura e depois reproduzidos em ordens específicas na superestrutura, gerando classes subalternas desagregadas (GRAMSCI, 2002a, BORON, 1994, GUILLERM; BOURDET, 1976).

É nessa desagregação das classes subalternas de forma orgânica e espontânea que se colocam as faltas, em outras palavras, onde a universalização do capital não consegue se inserir em sua forma produtiva – podendo ainda estar inserido na circulação -, colocando aos grupos de indivíduos uma anomalia produtiva da relação capital-trabalho, levando a novas experiências de produção, organização e gestão ulteriores ao capital, mesmo que sua criação seja marcada pela sua dominância. O trabalho assalariado é a base na qual o modo de produção capitalista se estabelece e exerce a sua reprodução de forma sócio-metabólica, contudo outras formas de trabalho colocam-se à margem do capital, ou mesmo, inerentes às suas contradições. É o caso do trabalho associado e suas diversas experiências ao longo da história, sobretudo nos últimos 300 anos (DAL RI; VIEITEZ, 2016). A autogestão surge dessa falta.

Autogestão não poderá ser caracterizada apenas na sua forma de categoria abstrata, a essa categoria já são impostas as experiências da realidade nos países, lugares e grupos que ao longo da história participaram empiricamente do nome, significante, que determina a categoria que se pretende construir nesta seção. O próprio nome “autogestão” surge numa perspectiva histórica na ex Iugoslávia pela experiência político-econômico-social de Tito face ao stalinismo da URSS. Em origem servo-croata, *samoupravlje*, dividindo as origens da palavra em conjunto, na qual “samo” refere-se a auto e “upravlje” a gestão, traduzidos em sua forma literal temos a palavra equivalente para o português (GUILLERM; BOURDET, 1976).

O controle operário é uma forma de movimento de “contestação mais grave do poder patronal do que a co-gestão” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 25). Do ponto de vista crítico, a co-gestão é em seu fim uma forma de colaboração de classes, constituída de forma institucionalizada e legal na experiência alemã e francesa. O controle operário se estabelece de maneira conflitual e de intervenção, sobretudo em greves operárias, buscando uma menor exploração no campo do trabalho ou em concessões patronais a partir de reivindicações por parte dos trabalhadores. Poderíamos destacar o controle operário como uma forma de participação por direitos na ótica dos sujeitos vendedores da força de trabalho

(TRAGTEMBERG, 2004; GUILLERM; BOURDET, 1976). O período revolucionário em curso (PREC) em Portugal no período dos anos 1974 a 1975 indicam palavras de ordem prática como autogestão e controle operário. No recorte histórico português, a educação voltada à aprendizagem dos trabalhadores e na educação em meio aos processos de produção se coloca em evidência na representação de comissão de trabalhadores, soldados, marinheiros e estudantes que se articularam e reivindicavam uma “desfascização do ensino” (TIRIBA, 2010, p. 107).

Uma das similitudes mais frequentes seja na forma de gestão, seja no amparo legal institucional representativo juridicamente é a cooperativa e a forma de autogestão baseada no trabalho associado experimentada nas fábricas recuperadas, nos assentamentos rurais e nas demais posições de associação na lógica de reproduções produtivas e ético-políticas. O trabalho de Nemirovsky (2020) apresenta com ênfase metodológica o começo de uma diferenciação específica das cooperativas e das experiências de aparelhos econômicos recuperados (AERs) na Argentina dentro das dimensões tanto jurídicas, quanto na produção ético-política do comum. Já o trabalho de Singer (2001; 2002) abrange sob a lógica da economia solidária (ECOSOL) tanto cooperativas de trabalhadores quanto experiências de autogestão em um nível mais avançado. É importante comentar que tanto nas cooperativas de trabalhadores quanto nas experiências do que no Brasil ficou conhecido como ECOSOL, “níveis” de autogestão estão sendo colocados, é claro que, nem todas as experiências possuem essa característica, mas uma forma de gestão não heterogênea buscando uma ruptura cultural e ética dos próprios trabalhadores pode-se encontrar em algumas dessas experiências.

O capítulo 11 d’*O Capital* direciona-se à cooperação na produção capitalista, isso significa que a produção de trabalho média entre os trabalhadores media-se pelo trabalho socialmente necessário para a confecção de uma mercadoria, condição essencial para o estabelecimento médio da quantidade de trabalho de uma mesma “natureza” tecelagem, por exemplo. Com o desenvolvimento da exposição das mercadorias até as dimensões de trabalho, mais-valor e na leitura de Tracy em *Traité de la volonté et de ses effets*, a cooperação determina-se pela “forma de trabalho dentro da qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, porém conexos” (MARX, 2013, p. 400). Portanto, não se trata aqui de uma cooperação que aumente as capacidades produtivas individuais, mas sim um conjunto de forças de trabalhos em massa, condição *sine qua non* da reprodução capitalista (MARX, 2013).

A cooperação entre assalariados se manifesta na contradição capital-trabalho na medida em que o capital, por se tornar figura de expropriação do mais-valor necessita de mais trabalhadores no processo produtivo no qual atua, em outras palavras, quanto maior a condição de acumulação dos meios de produção pelo capitalista, maior a capacidade de cooperação entre os vendedores da força de trabalho e, por sua vez, a instauração da figura do supervisor no aumento dos trabalhadores em cooperação e da expansão da capacidade produtiva e, por fim, da maior taxa de mais-valor em massa produzido (MARX, 2013). Marx ao desvelar as condições de cooperação capitalista não ab-roga a cooperação simples na história antes e, inclusive depois do advento do MPC. A própria maneira de cooperação simples entre a antiga sociedade asiática rural, os egípcios e etruscos se colocava na realidade cotidiana da produção específica desses povos. Isso quer dizer que, a cooperação não nasce no MPC, mas sua forma capitalista e até formas mais elevadas de cooperação utilizam-se das experiências cooperativas que se materializaram na história.

Para além da cooperativa capitalista, Marx no terceiro volume d'*O Capital e A guerra civil na França* consagra uma posição de cooperação entre a classe trabalhadora necessária para a reprodução do ato político revolucionário na França pós 2º Império. A farsa de Napoleão III a partir de 1852 e sua queda em 1870 põem em cheque a legitimidade da imagética restauração do Império consubstanciada pelas camadas da classe burguesa francesa. Na crítica do chauvinismo dessas classes contra a Comuna de Paris, a forma ideológica no campo da luta contra o autogoverno dos trabalhadores franceses se demonstra como “um meio de impedir a cooperação entre as classes trabalhadoras, a primeira condição de sua emancipação” (MARX, 2011a, p. 141).

Nas palavras de Guillerme e Bourdet (1976, p. 30)

Não é a multiplicação de cooperativas que pode, sozinha, engendrar a autogestão; é a transformação de todas as estruturas econômicas e sociais em uma imensa cooperativa, ou para retomar os termos de Marx, a conversão da “produção social em largo e harmonioso sistema de trabalho cooperativo”.

A economia solidária surge como uma reinvenção do pós Segunda Guerra Mundial, principalmente nos anos 1990 e nas palavras de Singer (2002, p. 112)

O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de

comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de autoemancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana.

É importante reconhecer que para Singer, a economia solidária não reside como um espaço apenas de produção diante da contradição do capital, ela se coloca como uma forma alternativa de construção de formação social, estendendo assim, a produção associada para além dos muros da fábrica.

O conjunto de experiências sociais no campo da cultura e de outras sociabilidades que se colocam sob a perspectiva da economia solidária também abrangem a possibilidade de técnicas, ou práticas autogestionárias em uma lógica solidária (BENINI; BENINI, 2010). Para Gaiger (2003), a economia solidária assemelha-se a economia camponesa pela distinção da forma de assalariamento e pelo fato de modificarem a extração do excedente da produção além de “converter-se no elemento motor de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extra-econômicos” (GAIGER, 2003, p. 192). Elementos importantes que podem servir de uma mudança substantiva para a construção de uma nova formação social, em outras palavras, Gaiger aponta para uma da teoria da transição do capitalismo pela economia solidária.

Nesse ponto, as leituras de Gaiger (2003), Singer (2002) e Coraggio (2011) se colocam na mesma linha uma vez que observam na economia solidária uma forma de criação da racionalidade substantiva e uma negação das bases da contradição capital e trabalho presentes na esfera da produção e como possibilidades de reprodução no campo ético-político.

O problema advém da seguinte problemática: até que ponto o próprio capital por si reproduz em certa medida as alternativas colocadas pelas experiências consubstanciadas pela economia solidária? De que forma essa “autofagia” do capital por essas experiências pode de certa forma pautar um novo modo de produção em vias de aparecimento?

Responder a essas provocações não seria o ponto pelo qual a forma teórico-metodológica deste trabalho apreende seu caminho. Colocar luz sobre esses objetos de experiências no MST já é por si, uma forma de busca pela via indireta de resposta. Construir e, conseqüentemente, reconstruir as experiências autogestionárias, mesmo que expostas à reprodução do capital em certa medida é a possibilidade de desvelar possíveis brechas no vazio do queijo, mais especificamente, uma rachadura estrutural advinda do vazio, porém que só poderá ser reproduzida nos demais espaços de ar nesse mesmo queijo, se um projeto

hegemônico estiver em disputa. Portanto, trata-se aqui de uma relação dialógica entre esses projetos em disputa e as experiências socio-técnicas do real concreto. A aproximação entre as duas dimensões seria nesse ponto, a melhor forma de coincidir uma mudança na práxis social e de forma coetânea, uma revolução pelo alto, uma superestrutura erigida e determinada em última instância pelo econômico, mas que tem em sua forma uma dimensão político-jurídica específica para sustentar a transição.

A autogestão tem de ser colocada de forma como expressa nas palavras de Tiriba (2018, p. 3) não como uma experiência de um empreendimento autogestionário, para a autora chamar

esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre as quatro paredes de um estabelecimento. Como vimos em outras mesas deste seminário, a autogestão diz respeito aos processos mais amplos da vida.

É importante colocar que duas correntes da autogestão são objetos de diferenciação entre Guillerm e Bourdet e Rosanvallon no trabalho de Lockz Filho e Veronese (2012). Quanto que para Guillerm e Bourdet a autogestão seria tida como mudança radical, isto é, uma generalização dos processos e experiências associadas na sociedade civil, sendo a autogestão um processo de totalização dessa práxis, o trabalho de Rosanvallon permite incidir experiências autogestionárias em níveis menores, sendo um meio pelo qual a construção das relações práticas e políticas possam ser construídas (NEMIROVSKY, 2020).

Nas palavras de Nascimento (2020, p.11) “a autogestão significa, acima de tudo, a instalação de esferas públicas democráticas, a partir dos locais de trabalho, mas estendendo-se ao território, às cidades”. Ao analisar a autogestão, a importante metáfora da toupeira que Marx direciona ao público inglês baseada nas estórias do bardo Robin Goodfellow, em *Sonhos de uma noite de verão* de Shakespeare representam a insurreição inesperada das revoluções no campo da sociabilidade e do cotidiano mesmo com uma paz aparente (NASCIMENTO, 2020; SADER, 2015). Ora, qual caminho melhor para uma toupeira do que os espaços vazios numa estrutura com possibilidades de rachadura?

Para Marx (2011a, p. 60)

A Comuna, exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma verdade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravidão e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado.

A Comuna representa um papel importante pelo auto-governo dos trabalhadores, sendo uma experiência de pouca duração, sua materialização representa um passo no que Marx determina como comunismo numa forma de relação produtiva baseada não mais no trabalho livre assalariado, mas sim no trabalho livre assalariado (MARX, 2011a). São consubstanciadas a partir das experiências de trabalho associado, as possibilidades para um horizonte de autogestão em seu sentido generalizado, nas construções de Gramsci (2007b) quanto ao movimento dos Conselhos de Turim como uma espécie de trabalhador coletivo, com capacidades de controle e consciência dos conhecimentos espontâneos, transpondo a coletividade no campo da produtividade para o campo ético-político e a possibilidade da auto-educação na mediação entre esses conhecimentos, intelectuais orgânicos e as experiências somadas num campo político.

É evidente que as experiências autogestionárias ou de trabalho associado se dão na realidade concreta na conjuntura específica de posições adversas na história e nas regiões do globo.

Historicamente desde o seu nascimento em 1984 e algumas evoluções na luta pelo acesso à terra, o Movimento buscou uma forma de cooperação entre os trabalhadores rurais a baseada na autonomia de caráter leninista e da Igreja – na teologia da libertação. Com efeito, algumas formas de cooperação de caráter cristão e aproximações com as coletivizações advindas de países em experiências socialistas têm um germen que encontra um campo comum (NETO, 2015).

Destaca-se no

período entre 1984 e 1989, havia duas linhas principais de organização da produção. Uma primeira se dava em pequenos grupos e associações coletivas, surgidos em geral por motivação religiosa, contendo inicialmente pelo menos entre 10 e 15 famílias. Defendia-se a ideia de que os sem-terra deviam trabalhar juntos à terra e assim foram tentadas experiências, baseadas inclusive no imaginário sobre os 12 apóstolos e as primeiras comunidades cristãs existentes na história

Uma segunda linha de cooperação era a de grandes associações destinadas não ao trabalho coletivo, mas para representação política dos assentados e prestação de serviços. Essas experiências permitiram iniciar o processo de “liberação de lideranças”: era preciso disponibilizar “quadros” dedicados integralmente à manutenção da máquina do MST, organizando novas ocupações e constituindo assim o Movimento como uma “organização social”. (NETO, 2015, p. 161).

Recentemente, o Movimento mudou a sua forma de cooperação dos anos 1980 e passa a consagrar de forma mais tenaz o associativismo onde normalmente a produção ocorre em lotes familiares e prestam serviços em comum, como a facilitação na compra de insumos e no beneficiamento da produção (NETO, 2015). Ainda assim, a ideia de uma cooperação popular em direção à autogestão materializa-se no MST. A maior dificuldade como coloca Chiariello e Eid (2016, p. 78) é a viabilização de uma rede “intercooperação na produção e na agregação de valor dentro das cadeias produtivas solidárias”.

O MST (2013, p. 42) articula a ideia de “organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais”. Em outras palavras, no campo imediato, a produção do Movimento ainda não se transforma em sua maioria com o trabalho associado, o mais comum é a comercialização associada com a produção sendo dividida pelo assentamento ou pela propriedade familiar.

Nota-se que nessas passagens e na **tabela 9: periodização da agroecologia no MST**, o último momento da agroecologia ainda não adquiriu em sua forma uma reivindicação direta estabelecida com a autogestão. Não obstante, nota-se a consciência coletiva pela maneira estratégica tomada pelo MST na agregação de grupos sociais ligados a produção camponesa desenvolvendo uma forma de hegemonia visando a associação no campo do trabalho, seja na prestação de serviços entre assentamentos ou de famílias no campo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa partiu de uma abordagem teórica na qual a política atua como categoria central das análises de grupos sociais que disputam a constante concentração de poder no MPC. A partir de um olhar mais atento a formação histórica do modo de produção e a questão agrária, um personagem central emerge das contradições particulares brasileiras na década de 1980: o MST.

A importância da atuação do Movimento destaca-se desde sua gênese com a CPT e a teologia da libertação até seu nascimento oficial em 1984. Nós e tramas da realidade brasileira forçam a necessidade de um encontro com a agroecologia. A entrada oficial no MST data do ano de 2000 e desde então, a formulação de uma agenda política e estratégica (re)constróem-se nos produtos políticos particulares produzidos no excedente da produção do movimento social.

Este trabalho leva parte da narrativa de Jean Valjean, um dos personagens mais emblemáticos da literatura romântica do século XIX como uma metáfora da entrada da agroecologia no Movimento e da entrada do personagem numa barricada. O momento muda por completo as futuras ações e nós de Jean Valjean no romance de Victor Hugo. Da mesma maneira, a agroecologia metamorfoza de forma dialética algumas lutas e produtos políticos do Movimento desde sua entrada.

O termo agroecologia aparece pela primeira vez em 1930 como uma forma de produção rural mais sustentável, não obstante, após a Revolução Verde no período pós guerra de 1945, a concentração tecnológica e produtiva nas mãos de poucos produtores rurais leva a uma pauperização das famílias no campo pelo endividamento do crédito na busca por uma produção que pudesse competir minimamente com os altos números do agronegócio.

Sendo assim, formas alternativas de produção começam a aparecer e no contexto da AL, a agroecologia - que vinha sendo desenvolvido pela universidade mundialmente – passa a ser representada por ONG's e movimentos sociais e populares.

A distinção de três momentos epistêmicos de como se conduziu a agroecologia foram construídas neste trabalho. O primeiro como um **novo paradigma produtivo** representou a introdução do conceito de ecossistemas e a forma ampliada do que seria meramente um manejo agrícola, buscando por uma posição sustentável social e ambiental. O segundo marcado pela **introdução sociológica e transição epistêmica** caracteriza-se pela centralidade sociológica com que a dimensão da agroecologia se concebe. Mais do que uma disciplina

interdisciplinar, a nova concepção leva a uma abertura epistêmica na qual análises materialistas, estruturalistas e fenomenológicas consigam abordar a categoria, além da possibilidade da relação entre homem-natureza e na transformação social. O terceiro caracteriza-se pelas experiências da sociedade civil na atualidade como é o caso do MST.

O objeto de pesquisa: **produção agroecológica do MST** requereu uma construção específica do que significava agroecologia para o Movimento e como se davam algumas de suas experiências ao longo dos anos. Para isso a construção da noção de que o MST atua e funciona como um partido político foi realizada de acordo com as bases epistêmicas de Antonio Gramsci.

Na busca por responder à pergunta: **a agroecologia produz consciência política coletiva no MST?** O objetivo deste trabalho apresentou-se como **decifrar o salto rumo ao novo**. Dessa forma dividindo em três partes principais sendo:

a) Caracterizar as significações de agroecologia para o MST. Para este objetivo, quatro fases distintas da agroecologia no Movimento foram identificadas: a primeira caracterizada pelo modelo cooperativista / busca por uma produção alternativa, a segunda pela introdução oficial no MST, a terceira por uma forma de mudança do que o Movimento entendia por agroecologia e a última por uma estratégia política de reivindicação.

b) Apresentar e caracterizar os produtos políticos que compõem territorialidades do Movimento. A noção de um produto político e territorialidade foram fundamentais para atingir esse objetivo. Observando três desses produtos políticos: soberania alimentar, tecnologia social e organização, pode-se determinar uma aproximação da consciência política coletiva de sua terceira fase, isto é, para além de um nível econômico-corporativo e ético-político.

c) avaliar os limites e as possibilidades da produção agroecológica do MST. Este objetivo apresenta formas de avaliação durante o desenvolvimento dos objetivos a) e b).

As possibilidades da produção agroecológica são a forma de metamorfização dos produtos políticos que já estavam presentes antes no Movimento. Um exemplo é a luta pela reforma agrária que após a entrada e transformação da agroecologia durante as fases, as duas categorias passam por uma mudança. Estamos falando, portanto de um novo produto surgido dessa relação que se apresenta como reforma agrária agroecológica.

Além disso, como forma de legitimação da (re)produção do camponês, a sustentabilidade que o Mercado clama e procura encontra no MST uma forma mais ampla de sua concepção. Em outras palavras, na guerra de posição, o Movimento apresenta formas que

valorizam o trabalhador rural ao mesmo tempo que valoriza a cadeia produtiva camponesa e agroecológica.

O principal desafio que a agroecologia no Movimento encontra na sua dimensão atual é articular a partir de formas educativas a construção do espaço político engendrado, sobretudo pela organização, na TS e na soberania alimentar – campos da produção – que se formou com os próprios assentamentos e os trabalhadores rurais. Evidentemente, essa construção não se deu de forma espontânea nos assentamentos, por isso, a ala da produção de uma alterhegemonia pelo MST serve de guia para a possível atuação e sobrevivência política na guerra de posição no enfrentamento dos níveis sociais que estão em disputa no cenário brasileiro.

Nas imediações desta pesquisa, algumas limitações se puseram durante seu processo de criação. Quanto à natureza de uma pesquisa documental, sabe-se que algumas impossibilidades se materializam no campo dos dados, uma vez que as posições mais complexas, contraditórias e espontâneas podem não ascender ao documento público final. Para além do campo documental, as dimensões e impossibilidades surgidas a partir da pandemia devido ao vírus da SARS-coV 2, ou covid-19 irromperam durante grande parte deste esforço teórico-metodológico, impondo limites nas possíveis entrevistas e visitas a campo.

Não obstante, para o que foi proposto, encontram-se além da pergunta de pesquisa respondida, também a construção dos objetivos propostos para a atuação política do MST a partir da entrada da agroecologia. Outrossim, algumas perguntas que podem gerar mais trabalhos e pesquisas podem partir desta dissertação como: Qual o nível de agregação entre o Movimento e os assentamentos? As experiências agroecológicas do MST e sua atuação política promovem a emancipação do trabalhador rural? Como se dá a proposição de hegemonia do MST diante aos outros projetos de hegemonia nos níveis sociais brasileiros? Quaisquer que sejam as perguntas ou bases epistêmicas trabalhadas por outras pesquisas, sabe-se que na mediação política, Jean Valjean já adentrou a barricada, juntam-se forças e os dois feixes: o das ideias e o das dores correm amalgamados na esteira na história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500–1800**. Brasília: Conselho editorial do senado federal, 1998.

ADORNO, Wiesengrund. Theodor. HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

AGUIAR, Ofir Bergemann de. **A recepção de os miseráveis no Brasil do século XIX**. *Signótica*, 13(1), 2009, 157-170.

ALIAGA, Luciana. A forma política do MST. Dissertação em Ciência Política (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCH) Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Vozes: Petrópolis, 1999.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Revista NERA, Presidente Prudente: ano 13, n. 16, p. 22-32, jan/jun, 2010.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecologia: a dinamica productiva da agricultura sustentavel**. . Porto Alegre: Editora de Universidade. UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel Angel. **Agroecology: The science of sustainable agriculture. Revised and expanded edition..** Boulder: Westview Press, 1995.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARCELLOS, Sérgio B. **A formação do discurso da agroecologia no MST**. 2010. 139 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARONE, L. A., FERRANTE, V. L. S. B., & DUVAL, H. C. **A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa**. Revista de Ciências Sociais, nº 45, Julho/Dezembro de, p. 25-45, 2016.

BENINI, E. A., BENINI E. G. **As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária.** o&s: Salvador, v.17, n.55, p. 605-619, Outubro/Dezembro, 2010.

BENINI, Édi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **A Construção do Trabalho Associado Sob a Hegemonia Estatal: Organização, Solidariedade e Sociabilidade.** Organ. Soc., Salvador, v. 22, n. 74, p. 325-344, Sept. 2015.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, l'intémpestif.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.

BIANCHI, Álvaro. **Croce, Gramsci e a "autonomia da política".** Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 29, p. 15-30, Nov., 2007.

BIANCHI, Alvaro. **Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais.** Revista brasileira Ciências Sociais, São Paulo, v. 34, n. 99, e349915, 2019.

BONFIM, Manuel. **A América Latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BORGES, Juliano Luis. **A transição do MST para a agroecologia.** 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

BORON, Atilio. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. **A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, Dec. 2013.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. **Agroecologia e sua epistemologia.** Interciencia, vol. 37, n. 9, septiembre, 2012, p. 711-716.

BRAHAMCHA-MARIN, Jordi. **La réception marxiste de Victor Hugo.** In: Lectures de Marx, 7, 2016, Paris. Anais seminaire <<lectures de Marx>> à l'ENS – 2015-2016 (7e anné). Paris: Openedition, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fXT9vR278M4&t=4275s>

BRASIL. Lei nº 1829, de 9 de setembro de 1870. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1870.** Rio de Janeiro: vol. 001. 14 de Setembro de 1870, p. 89, col. 0.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

BRASIL. Projeto de Lei nº 6299, de 13 de março de 2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>.

CAETANO, Rodrigo. **Uma economia em outono: trabalhadores escravos ligados ao labor**. Almanack, Guarulhos, n. 24, ea03318, 2020.

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida**. Porto Alegre, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Agroecol.eDesenv.Rur.Sustent., Porto Alegre, v.3, n.2, abr./junh. 2002.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CHIARIELLO, Caio Luis. EID, Farid. **Dinâmica da gestão coletiva em uma cooperativa da reforma agrária no MST: Copavi**. In: MAZIN, Angelo Diogo. NOVAES, Henrique Tahan. PIRES, João Henrique. LOPES, Joice Aparecida. **Questão Agrária, cooperação e agroecologia II**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

CHESNAIS, François. **La mondialisation du capital**. Ed. augmentée. Paris: Syros, 1997.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST? a prática da mística e a luta pela terra**. Dourados: UFGD, 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. **Capitalismo: origens e dinâmica histórica**. São Paulo, 2014.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital**. Quito: Abya-Yala, 2011.

CORAGGIO, José Luis. **Los caminos de la economía social y solidaria**. Iconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 33, Quito, enero 2009, pp. 29-38.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CURTY, Carla. MALTA, Maria. VIEIRA, Wilson. LÉON, Jayme, LEITE, Filipe. **A controvérsia dos modos de produção brasileiros: a contribuição do pensamento marxista**. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 17., 2016, Diamantina, MG. XVII Seminário sobre a economia mineira [recurso eletrônico]: anais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

DAGNINO, Renato. **Em direção a uma teoria crítica da tecnologia**. In: DAGNINO, Rentao (orgs). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato. BRANDÃO, Flávio. NOVAES, Henrique. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: DAGNINO, Rentao (orgs). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DALGAARD, Tommy. HUTCHINGS, Nicolas John. PORTER, John. **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**. Agriculture Ecosystems & Environment, n.100, p. 39-51, 2003.

DAL RI, Neusa Maria. **Os caminhos da pesquisa: uma introdução às análises das escolas do MST**. In: DAL RI, Neusa Maria & Outros (org.). Educação democrática, trabalho e organização produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019.

DÁRIO ARANDA org. **Atlas del agronegocio transgénico en el Cono Sur : monocultivos, resistencias y propuestas de los pueblos**. Buenos Aires: Acción por la biodiversidad, 2020

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a reforma intelectual e moral**. Novos Rumos. V. 55, n. 2. P. 1-18, 2018.

DESCARTES, René. **Discurso do método: regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

DURÃES, Yuri Silveira. **Os processos autogestionários dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil – uma análise a partir das mediações de segunda ordem de Mézáros**. Campo Grande: Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015, Dissertação de Mestrado.

ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA. **ELAA**. Disponível em: <http://elaa.redelivre.org.br/sobre/>. Acesso em: 2 de janeiro de 2021.

ESCOLA MILTON SANTOS. **Quem somos?** Disponível em: <https://atemisems.wixsite.com/escolamiltonsantosvc/ems-quem-somos>. Acesso em: 2 de janeiro de 2021.

FARIA, José Henrique. **Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração**. Curitiba: Jaruá editora, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – Brasil**. Revista Nera, n. 1, 2012.

FERNANDES. Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Retomando uma velha polêmica: modos de produção na história do Brasil**. Campinas: Unicamp/CEMARX, 2005. Disponível em: <https://www.unicamp.br/ce marx/ANAI S%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m3c4.pdf>. Acesso em: 01 de julho de 2020.

FIORI, José Luís. **O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. **Volume XVI (1916-1917): Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAIGER, Luiz, Inácio. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, June 2013.

GALASTRI, Leandro. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GALASTRI, Leandro. **Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política**. Crítica Marxista, n.39, p.35-55, 2014.

GALVÃO, Andreia. **Marxismo e movimentos sociais**. Crítica Marxista, São Paulo, v. 32, 2011.

GLIESSMAN, Stephen. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: UFRGS 2005.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná**. 2008. 332 f. Tese (doutorado em geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, Josiane; LEITE, Valter de Jesus; TONÁ, Nilciney; REZENDE, Simone. **Educação em agroecologia um desafio histórico necessário: da educação básica à educação superior**. In: Cartilha 18º Jornada de Agroecologia. 2019.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 6: Literatura. Folclore. Gramática.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002b.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GRESPLAN, J. L. S. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista.** 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular.** 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Irizelda Martins de Souza e Silva. Maringá, 2010.

GUHUR, Dominique. **Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética.** In: NOVAES, Henrique. MAZIN, Ângelo Diogo. SANTOS, Lais. **Questão Agrária, cooperação e agroecologia I.** São Paulo: Outras expressões, 2015.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto. TONÁ, Nilciney. **Agroecologia.** In: CALDART et al, **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUILLERM, Alain. BOURDET, Yvon. **Autogestão: uma mudança radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** Edições Loyola, São Paulo, 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Edições Loyola, São Paulo, 2008.

HEGEDÜS, András. **A questão agrária.** In: HOBBSBAWN, Eric. (org.). **História do marxismo v. 4: o marxismo na época da Segunda Internacional.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984, p. 149-171.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** 2 v. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HIJYA, James A. **The Gita of J. Robert Oppenheimer.** Proceedings of the American Philosophical Society 144, Junho 123-167, 2000.

HUGO, Victor. **Choses Vues I.** Paris: Librairie Ollendorff, 1913.

HUGO, Victor. **Os miseráveis Tomo I**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

INFOPÉDIA. **Soberania**. In: Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2021. [consult. 2021-01-13 21:26:15]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/soberania>.

KAUTSKY, Karl. **La question agraire: étude sur les tendencies de l'agriculture moderne**. Paris: Bibliothèque socialiste internationale, 1979.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LAPA, José Roberto Amaral. **Economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LARA JUNIOR, Nadir. **A mística do MST como laço social**. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecol. Desenv. Rural Sust. V. 3, 2002, p. 36-51.

LEICHSENDRING, Yuri Martins Fontes. **O marxismo de Caio Prado e Mariátegui: formação do pensamento latino-americano contemporâneo**. SP. 2015. 275 f. Tese (Doutorado em história econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEITE, Valter de Jesus. CONCEIÇÃO, Luiz Arthur. **Práticas educativas de introdução a agroecologia nas escolas itinerantes do campo do Paraná**. Revista Ambiente & Educação. v. 25, n. 2, 2020, p. 19-49.

LENIN, Vladimir Ilich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre a lei de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale (orgs). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOCKS FILHO, Pompilio. VERONESE, Marília Veríssimo. **Tramas conceituais: uma análise do conceito de autogestão em Rosanvallon, Bourdieu e Guillermin**. Revista de ciências sociais – política & trabalho, v. 36, 4 out. 2012.

LOMBARDI, Araê Claudinei. **Agroecologia: processos para uma agricultura ecológica.** Questão agrária, cooperação e agroecologia, outras expressões: São Paulo, 2016.

LOSURDO, Domenico. **Os primórdios de Gramsci: entre o Risorgimento e a I Guerra Mundial.** Caderno CEDES, Campinas, v. 26, n. 70, p. 291-310, Dec., 2006 .

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria estética.** São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUXEMBUGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais.** Tese (Doutorado) 182 f. – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Agroecologia e a crise civilizatória.** Revista sem Terra, v. 1, p. 06-09, 2009.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana.** Caracas: Ayacucho, 2007.

MARX, Karl. **A guerra civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **Grundrisse.** São Paulo, Boitempo: 2011b.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia.** São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas vol. 1. Editorial Vitoria Limitada, Rio de Janeiro, 1961.

MARX, Karl. **O Capital I.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital II.** São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital III.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.** Tempo Social, 15(2), 141-175, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das lutas sociais ao PT do poder.** São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELO, Barbosa Staney. **O papel do Estado na democratização do acesso a terra**. 2020. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2020.

MELO, Thiago da Silva. **A ideologia por trás do termo agronegócio**. Revista Pegada, vol. 19, n. 2, maio-agosto, p. 84-113, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Boitempo: São Paulo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. Boitempo: São Paulo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONNERAT, Priscila Facina. **Camponesas Sem Terra: semeando a re-existência com agroecologia**. In: Cartilha da Jornada de Agroecologia do Paraná 2019. Curitiba, 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA; VIA CAMPESINA. **XIV – Plataforma política para uma agricultura soberana e popular**. In: Biodiversidade, organização popular e agroecologia. 5ª Jornada de Agroecologia, Cascavel, 2006.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 1986.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa agrário do MST: Texto em construção para o VI Congresso Nacional**. São Paulo: 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital**. MST, 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/06/26/via-campesina-critica-apropriacao-da-agroecologia-pelo-capital/>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – Coordenação Nacional. **O papel estratégico da agroecologia para o MST**. Revista Sem Terra: edição especial Agroecologia, 2010.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. São Paulo: Pioneira, 1986.

NASCIMENTO, Claudio. **Do beco dos sapos aos canaviais de catende: os ciclos de lutas pelo socialismo autogestionário**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

NASCIMENTO, Claudio. **O princípio da autogestão comunal I**. Disponível em: <https://claudioautogestao.com.br/wp-content/uploads/2014/04/tomo-1-princ-aut-comunal1.pdf>. Acesso em: 29 jul. de 2020.

NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone. **À sombra do capital: as dimensões da reprodução metabólica da economia solidária**. 2012. 285 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2012.

NEMIROVSKY, Gabriel Gualhanone, **O Sísifo Moderno: trabalho e educação na recuperação de fábricas argentinas**, 300 f, Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2020.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **Estética e Ética na perspectiva materialista**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Presidente Prudente: NERA, Ano 18, n. 27, p. 159-182, jan/jun, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, Henrique T., DAGNINO, Renato. **A participação do trabalhador na fábrica: contrastes entre as propostas do modelo japonês e as propostas autogestionárias**. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 24, mai./ago. 2010, p. 242-267.

NOVAES, Henrique T. **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2011.

NOVAES, Henrique T., SANTOS, Laís. **As escolas de agroecologia do movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. In: Neusa Maria Dal Ri & Outros. Educação democrática, trabalho e organização produtiva no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST). Marília: Oficina Universitária; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2019.

NOVAES, Henrique T. SANTOS, Laís. PIRES, João Henrique. FUZER, Antonio Claudio Prado. **A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST**. In: NOVAES, Henrique. MAZIN, Ângelo Diogo. SANTOS, Laís. Questão Agrária, cooperação e agroecologia I. São Paulo: Outras expressões, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, Eziel Gualberto. **Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento local participativo: potencialidades e limitações frente ao capitalismo e suas contradições**. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2017.

OLIVEIRA, João Costa. CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Agroecologia e economia solidária frente ao modo de produção capitalista e a questão da sustentabilidade**. Retratos De Assentamentos, 20(2), p. 149-170, 2017.

OLIVEIRA, Eva Aparecida. **A técnica, a techné e a tecnologia**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG, Jataí, v. 2, n. 5, p.1-13, jul. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Adoção do acordo de Paris**. Paris: Convenção Quadro sobre a mudança do clima, 12 de dezembro, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

PACHUKANIS, Evguiéni, B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PALUDETTO, Melina Casari. **As diretrizes programáticas e a política educacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. f. 186, 2018. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo.

PETEAN, Gustavo Henrique. **Intensificação e afastamento do trabalho nos frigoríficos de Mato Grosso do Sul**. 2020. 286 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. PICCIN, Marcos Botton. **Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa?** Revista Extensão Rural, Santa Maria, n. 16, p. 5-36, jul./dez. 2008.

PIGNATI, Wanderlei Antônio. SOUZA E LIMA, Francco Antonio Neri. LARA, Stephanie Sommerfeld. CORRÊA, Marcia Leopoldina Montanari. BARBOSA, Jackson Rogério. COSTA LEÃO, Luis Henrique. PIGNATTI, Marta Gislene. **Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a vigilância em saúde**. In: SOUZA Murilo Mendonça de Oliveira. FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues (orgs). **Agrotóxicos e Agroecologia: enfrentamentos científicos, jurídicos, políticos e socioambientais**. Anápolis: UEG, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Territorialite: Concept ou Paradigme de la geographie sociale?** Geographica Helvetica, n. 2, 1986.

REIS, José Carlos. **Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira"**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, Sept. 1999.

RIBEIRO, Leandro Nieves. SOBREIRO FILHO, José. **Formação da Via Camponesa no mundo e atualidades das ações no Brasil (2000 – 2011)**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia: 15 a 19 de outubro, 2012.

RUBBO, Deni Ireneu Alfaro. **Campesinos cosmopolitas: um estudo sobre a atuação política internacionalista do MST na América Latina**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

SAAVEDRA, Marco Estrada. **Comunidad armada rebelde y el EZLN**. México, D.F.: El Colegio de Mexico, 2009.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**. 1982. 2v. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SANTOS, Milton. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 166 - 172, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia nova**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Theotonio dos. **Dependencia Económica Y Alternativas De Cambio En América Latina**. Revista Mexicana De Sociología 32, no. 2, 417-463, 1970.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 125-143, Aug. 2014.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: AGRUCO, Plural Editores, CDE, NCCR, 2011.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., 2002.

SILVA, Ricardo de Oliveira da. **Marxismo e escrita da história: os intelectuais e a questão agrária no Brasil (1950/1960)**. Jundiaí: Paco, 2018.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Soc. estado., Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, Dec. 2001 .

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Ciências humanas LTDA, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Modos de Produção no Brasil**. In: LAPA, José R. A. Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

SOUZA, André Luiz. LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A agricultura agroecológica como prática de sobrevivência e resistência no assentamento Ander Rodolfo Henrique**. VII Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais. Araraquara: 29 de junho a 02 de julho, 2016.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. **A mística do MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos**. 2012. 147 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2012.

SPALDING, Walter. **A revolução farroupilha**. São Paulo: Brasiliana, 1980.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 2004.

STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, João Pedro. **O MST e a Questão Agrária**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 31, p.69-97, 1997.

STÉDILE, João Pedro. CARVALHO, Horácio Martins de. **Segurança alimentar**. In: CALDART et al, Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TAIT, Maria Márcia. NEVES, Ednalva Felix. GONÇALVES, Gabriel Eduardo. **Agroecologia e tecnologia social como caminhos para o desenvolvimento rural integral: Uma aproximação**. Economia e Desenvolvimento [Online], v. 32, n. Esp., p.1-13, março, 2020.

TARDIN, José Maria. GUHUR, Dominique. BEZERRA, Islandia. **Sem Terrinha na luta pela reforma agrária popular e agroecologia: produzindo alimentos saudáveis para toda a sociedade!** In: Cartilha da Jornada de Agroecologia do Paraná 2019. Curitiba, 2019.

TAYLOR, Frederik Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TIRIBA, Lia. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa**. Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 69-94, abr. 2009.

TIRIBA, Lia. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E AUTOGESTÃO: desafios frente à crise do emprego.** Revista Trabalho Necessário, [S.l.], v. 3, n. 3, june 2018.

TIRIBA, Lia. **Processo de trabalho e processo educativo: notas sobre o “período de ouro” da educação de adultos em Portugal.** Rev. HistedBr *online*, v. 10, n. 39, p. 104-118, 2010.

TONÁ, Nilciney. **Contribuição dos egressos da Escola Milton Santos para a promoção da Agroecologia e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Paraná.** Dissertação (Mestrado Profissional em Agroecologia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Administração, poder e ideologia.** São Paulo: Unesp, 2004.

VARGAS, Milton. **Para uma filosofia da tecnologia.** São Paulo: Alfa - Omega, 1994.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil I.** Rio de Janeiro : Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VENDRAMINI, Célia Regina. **Pesquisa e movimentos sociais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VIA CAMPESINA. **A luta pelo poder.** . In: Biodiversidade, organização popular e agroecologia. 5ª Jornada de Agroecologia, Cascavel, 2006.

VIA CAMPESINA. **Declaración de la IV conferencia de La Via Campesina.** 2004. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/declaracion-la-iv-conferencia-de-la-via-campesina/>.

VIEITEZ, Candido Giraldez. DAL RI, Neusa Maria. **Elementos da história do trabalho associativo.** In: NOVAES, Henrique. MAZIN, Angelo Diogo. SANTOS, Laís. Questão agrária, cooperação e agroecologia. São Paulo: Outras expressões, 2016.